

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-Reitor

Prof. Mario Sergio Alves Carneiro

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Lincoln Tavares Silva

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Profª. Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis

Profª. Catia Antonia da Silva

Centro de Ciências Sociais

Profª. Dirce Eleonora Nigro Solis

Instituto de Ciências Sociais

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

Prof. Fernando Lattman-Weltman

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Maira Covre-Sussai (Coordenação Geral)

Bernardo Medeiros Ferreira (Coordenação Adjunta)

Eduardo Ribeiro da Silva (Coordenação Acadêmica)

DOI: 10.12957/irei.2022.70829

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 24 número 2
Outubro de 2022

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Maria Claudia Coelho, Paulo D'Ávila e Waleska Aureliano

Assistente Editorial

Thayz Guimarães

Estagiária

Thaissa Cabral

Revisão de Texto

Dayse Lúcia Mendes

Tradução

Marcelo Burgos

Diagramação

Sigaud Gestão e Capacitação Empresarial

Conselho Editorial

Anália Torres Instituto Universitário de Lisboa
Antónia Pedrosa de Lima, Instituto Universitário de Lisboa
Bernardo Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Cecília Loreto Mariz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Araújo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Cristina Jost Mafra (*in memoriam*)
Clarice Ehlers Peixoto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Claudia Barcellos Rezende, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Cristina Rocha, Western Sydney University, Sydney, Austrália
Cynthia Sarti, Universidade Federal de São Paulo
Guy Bellavance, Universidade de Quebec
Hector Leis, Universidade Federal de Santa Catarina
Helio R. S. Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Ítalo Moriconi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
João Trajano Sento-Sé, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
José Reginaldo Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Josué Pereira da Silva, Universidade Estadual de Campinas
Jurandir Freire Costa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Leonardo Avritzer, Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Eduardo Soares, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Flavio Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Luiza Heilborn, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Marjo de Theije, Universidade Livre de Amsterdã
Mark Harris, University of St Andrews, Escócia
Maurício Tenório-Trillo, Universidade de Chicago
Myrian Sepúlveda dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Nélda Archenti, Universidad de Buenos Aires
Paul C. Freston, Wilfrid Laurier University, Waterloo, Ontário, Canadá
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, Universidade Federal de Pernambuco
Ricardo Benzaquen de Araújo (*in memoriam*), Brasil
Roberto DaMatta, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sahra Gibbon, University College London
Sergio Costa, Universidade Livre de Berlim
Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas
Susana Durão, Universidade de Lisboa
Susana Margulies, Universidad de Buenos Aires
Susana Narotzky, Universidade de Barcelona
Valter Sinder, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 24, n.2 (2022) -
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000), Quadrimestral (2019)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning;

DOAJ – Directory of Open Access Journals

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigos

Depois da esperança, a desilusão: transição democrática no rock do Brasil dos anos 1980 200

Mario Luis Grangeia

DOI: 10.12957/irei.2022.70833

Coringas da literatura: Emergência dos(as) os(as) Agentes Literários(as) Profissionais
no Brasil 224

Marcello Giovanni Pocai Stella

DOI: 10.12957/irei.2022.70834

Tédio e Modernidade no *Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa 253

Karen Adorno

DOI: 10.12957/irei.2022.70836

O tempo suspenso da revolta: a liminaridade na Batalha da Rua Muhammad Mahmoud em
contexto da Revolução Egípcia de 2011 279

Pablo Pamplona, Mariana Affonso Penna DOI:

DOI: 10.12957/irei.2022.70832

Reconhecimento espacial: por uma gramática social do conflito urbano 301

Taísa Sanches

DOI: 10.12957/irei.2022.70835

Experiência democrática na ponta dos dedos: digitalização, riscos e desafios
contemporâneos 326

João Vitor Rodrigues Loureiro

DOI: 10.12957/irei.2022.70831

Contents

Articles

After Hope, the Disillusion: The Democratic Transition in the 1980s Brazilian Rock..... 200

Mario Luis Grangeia

DOI: 10.12957/irei.2022.70833

Literary Jokers: The Emergence of Professional Literary Agents in Brazil..... 224

Marcello Giovanni Pocai Stella

DOI: 10.12957/irei.2022.70834

Boredom and modernity in the book of disquiet, by Fernando Pessoa..... 253

Karen Adorno

DOI: 10.12957/irei.2022.70836

The Suspended Time of Uprising: The Liminality in the Battle of Muhammad Mahmoud Street
in the 2011 Egyptian Revolution Context..... 279

Pablo Pamplona and Mariana Affonso Penna

DOI: 10.12957/irei.2022.70832

Spatial Recognition: for a moral grammar of urban conflicts 301

Taísa Sanches

DOI: 10.12957/irei.2022.70835

The democratic experience at your fingertips: digitalization, risks and contemporary
challenges..... 326

João Vitor Rodrigues Loureiro

DOI: 10.12957/irei.2022.70831

Artigos

Depois da esperança, a desilusão: transição democrática no rock do Brasil dos anos 1980

Mario Luis Grangeia ¹

Resumo²

A trilha sonora da redemocratização de 1985 partiu de roqueiros (bossa novistas e tropicalistas tinham musicado o otimismo dos anos JK e o choque pelo autoritarismo pós-1968). Uma análise de conteúdo do repertório de artistas como Cazuza, Legião Urbana, Paralamas do Sucesso e Titãs capta e contrasta duas imagens sobre a transição democrática que predominam em cada metade da década: como *esperança*, no anseio de superar uma quadra autoritária; e *desilusão*, ligando a redemocratização a promessas descumpridas. Há variações notáveis, por exemplo, nas visões de patriotismo e ideologia, além de continuidades, como a recusa do autoritarismo, tão vocalizada por bandas punk como Garotos Podres, Inocentes e Ratos de Porão. Este artigo interpela interpretações sobre o rock dos anos 1980 e sobre a música popular brasileira (MPB) pré-AI-5. Tais imagens dos anos 1960 e as captadas nos anos 1980 permitem discutir percepções então correntes da democracia.

Palavras-chave

Democracia (representações). Atitudes sociais e políticas. Rock (Brasil).

Abstract

The soundtrack of the restoration of democracy in 1985 came from rockers (Bossa Nova and Tropicália artists had musicalized the JK years' optimism and the shock by post-1968 authoritarianism). A content analysis of the repertoire of artists such as Cazuza, Legião Urbana, Paralamas do Sucesso and Titãs captures and contrasts two images regarding the democratic transition that prevail in each half of the decade: as *hope*, in the desire to overcome authoritarian

¹ Doutor em Sociologia (UFRJ), pesquisador associado do Albert Hirschman Centre on Democracy (Geneva Graduate Institute) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (UFRJ). E-mail: mario.grangeia@gmail.com.

² Uma versão anterior foi discutida no IV Congresso REBRAC, da Rede Europeia de Brazilianistas de Análise Cultural, e no II Encontro Internacional Todas as Artes | Todos os Nomes. Sou grato a colegas que o debateram em 2021 e à/ aos pareceristas de *Interseções*, pelas ideias bem-vindas. Este texto avança por rotas tangenciadas nos livros *Brasil: Cazuza, Renato Russo e a transição democrática* e, no prelo, *Os Paralamas do Sucesso: Selvagem?*.

times; and *disillusion*, linking re-democratization to unfulfilled promises. There are noticeable variations, for example, in the views of patriotism and ideology, in addition to continuities, such as the refusal of authoritarianism, so voiced by punk bands such as Garotos Podres, Inocentes, and Ratos de Porão. This article addresses interpretations of the 1980s rock and pre-AI-5 Brazilian popular music (MPB). These images from the 1960s and those captured in the 1980s make it possible to discuss current perceptions of democracy.

Keywords

Democracy (representations). Social and Political Attitudes. Rock (Brazil).

Mais de 3 mil jovens da Grande São Paulo e interior paulista assistiram em novembro de 1982 a um festival muito distinto dos que revelavam tantos músicos nos anos 1960/1970. O I Festival Punk de São Paulo, no Sesc Pompeia, demonstrou a crescente repercussão do punk, exportado a partir de Londres e Nova York desde a segunda metade da década anterior. Vinte bandas tocaram suas músicas em duas tardes do chamado O Começo do Fim do Mundo.

Afinal, qual mundo se desejava encerrar? Desde as raízes, o punk trazia uma atitude de confrontação nas letras e músicas que, para Friedlander (2002), refletia graus distintos de ódio justificado, *performance* técnica, exploração artística do choque de valores e anseio de negar instituições oficiais de criação musical. O desencanto com o mundo e a atitude “faça você mesmo” do punk também atraíram jovens em Brasília, onde a adesão foi favorecida por trocas com filhos de diplomatas e professores universitários com idas ao exterior. Na capital, as origens desse interesse se ligavam menos a um grito de rebelião política e mais à socialização de jovens usando a música para se expressar e se aproximar (ALEXANDRE, 2002).

A revolta deu o tom tanto entre punks ingleses insatisfeitos com políticas excludentes de Margaret Thatcher como entre jovens brasileiros que desejavam exprimir frustração com a sociedade e a política. A mobilização entre músicos e fãs se deu num período em que novos canais de participação política surgiam. Movimentos sociais foram uma expressão relevante da iniciativa popular ao realçarem temas ora preteridos, como a defesa de direitos de mulheres e negros. Tais movimentações na sociedade convergiam com mudanças no estado brasileiro, que, desde o fim dos anos 1970, ensaiava abertura política “lenta, gradual e segura”.

O Brasil teve na transição democrática um ponto de inflexão na sua história – e não foi diferente com o percurso do rock no país, que refletiu e incitou

mudanças sociais e políticas. Esses marcos nas histórias política e cultural se entrelaçam neste trabalho sobre as imagens da retomada da democracia no rock dos anos 1980. O valor documentário do rock atesta que ele, como música popular, cumpriu a função moderna da arte nos níveis da recepção e comunicação direta, intensa e imediata, citada por Naves (2015, p. 170): “Na medida em que interage com um público diversificado e que recorre, no processo criativo, a um repertório também diverso, o rock promove, ao mesmo tempo, um trabalho jornalístico com o aqui e agora”. Atentemos a tal diferencial do rock, ainda mais que a canção, como notou Napolitano (2002, p. 77), “tem o termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas, sobretudo das nossas sensibilidades coletivas mais profundas”.

Por mais que o rock dos anos 1980 fizesse sucesso na mídia e no varejo, ele não foi logo estudado por acadêmicos – pesquisas pioneiras partiram de livros-reportagens de jornalistas como Dapieve (1995), Alexandre (2014 [2002]) e Bryan (2004). A música popular tardou a ser campo de estudos, o que Moraes (2000) avaliou só ter sido viável quando autores superaram obstáculos e dificuldades quanto à linguagem, código, subjetividade e conceito de popular. Tece-se adiante uma análise de conteúdo de letras à luz de seu contexto. Três focos considerados relevantes por Moraes ao uso da canção popular na reflexão histórica serão considerados: linguagem; visão de mundo própria às canções; e a perspectiva social e histórica que revelam e constroem.

Neste artigo, mostro como letras do rock do Brasil dos anos 1980 permitem captar e comparar duas imagens da transição democrática: *esperança*, no anseio de superar a quadra autoritária; e *desilusão*, ligando a redemocratização a promessas descumpridas. Tal repertório do rock tem nítido valor documentário, e a análise de conteúdo das letras foi ampliada por leituras ligadas não só àquela década. Variaram as percepções de roqueiros sobre patriotismo e ideologia, por exemplo, mas era recorrente a recusa do autoritarismo, vocalizada sobretudo por punks. O trabalho dialoga com análises como a de Galvão (1976) de que a MPB dos anos pré-AI-5 tinha uma utopia escapista – o Dia que virá – e três papéis para o cantar: consolar até o Dia chegar (consolo), anunciar sua chegada (divulgação) ou fazer o Dia chegar (pensamento mágico). Esse tom se alterou menos de duas décadas depois? Ainda há consolo, por exemplo?

O tom mudou e nomes da nova geração do rock, como Cazusa, Legião Urbana e RPM, verbalizaram percepções da redemocratização como esperança e desilusão, que predominaram em cada metade dos anos 1980. Mas também

deu espaço à volta de imagens de duas décadas antes – vide letras de bandas punks como as dos Inocentes, Restos de Nada e Garotos Podres.

A primeira seção revisa de forma breve o trajeto do rock para introduzir tal debate. A seção posterior retoma as imagens da MPB pré-AI-5 já citadas e leituras sobre o rock dos anos 1980. Depois, o foco recai sobre o par de imagens da transição democrática no repertório do rock. A seção final propõe discussão e, em seguida, resume o argumento sobre imaginários da democracia no país.

Rock no Brasil: breve retrospecto

Filho da música afro-americana, o rock herdou da África ritmos sincronizados, a voz rouca e sentimental e as vocalizações de chamado-e-resposta típicas dos trabalhadores negros (FRIEDLANDER, 2002) e se massificou na Europa, nos Estados Unidos e em outros países a partir dos anos 1950. Com letras alusivas mais ao amor entre jovens do que às suas angústias, ele foi abraçado pela juventude, e o sucesso comercial da geração de Elvis superou pioneiros como Chuck Berry e Little Richard. Nos anos 1960, Beatles, Rolling Stones e outros ingleses repercutiram mundo afora cantando sobre amor, sobretudo, família, escola, poder e amizade.

No Brasil, o rock entrou em cena ainda na segunda metade dos anos 1950, quando seu êxito no exterior influenciou a adesão de compositores e, às vezes, até plágios de estrangeiros. O fenômeno da Jovem Guarda irradiou o rock em vozes como as de Roberto e Erasmo Carlos a partir de um programa de TV exibido de 1965 até 1968. A Jovem Guarda foi taxada de alienada por não cantar temas como o autoritarismo naquele início de ditadura. A acusação procedia, segundo Erasmo Carlos, devido às baixas escolaridades e rendas dele e de seus pares – ele via a MPB ser cantada por universitários filhos de famílias mais ricas (CARLOS, 2015). A falta de afirmação política convivia com um quê rebelde no comportamento, da liberação sexual e novos hábitos de consumo. O sucesso da Jovem Guarda foi associado à maior urbanização e industrialização, com filhos da classe média baixa – muitos com origens na zona rural – querendo emular os jovens urbanos de famílias tradicionais.

O rock manteve certa timidez mesmo após a explosão daquele fenômeno, cabendo ao Tropicalismo integrá-lo às linhagens da música brasileira. Tropicalistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil inovaram ao abrir o diálogo entre as culturas local e universal, preterindo duas oposições correntes: “nacional” e “autêntico” *vs* “alienígena” e “descaracterizador” e entre a

linguagem acessível da música popular e a metalinguagem erudita da crítica (NAVES, 2001).

No III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, de 1967, o júri e boa parte do público ignoraram a polêmica sobre o uso da guitarra e acolheram as inovações de Veloso (“Alegria, alegria”) e Gil (“Domingo no parque”, com Mutantes). Discípulos da Bossa Nova, eles sentiam-se sufocados pelo elitismo e preconceitos de cunho nacionalista ora vigentes na MPB. Uns viram na Tropicália provocações ao *status quo* (CALADO, 1997, p. ex.); outros, como Tinhorão (1986), criticaram sua renúncia a uma resistência político-ideológica. A grande repercussão de nomes como Caetano Veloso e Chico Buarque foi atribuída por Ridenti (2000) às dificuldades de identidade e de representação de classe, sobretudo das subalternas – dificuldades maiores na ditadura e que não teriam desaparecido após seu término.

A ascensão da MPB e o peso da repressão contribuíram à marginalidade relativa do rock após o Tropicalismo. Nos anos 1970, o rock foi fundido a outros sons por uma nova leva de músicos, com destaque para Raul Seixas, que adotou o gênero por seu efeito catártico. “Era o ritmo tribal que me amarrava mesmo, gostoso, empolgava eu sentia aquela coisa assim obscena, aquela coisa de tribo em volta da fogueira [...] era o contrário de tudo o que se passava no mundo ali da família” (Raul Seixas, 1975 apud BAHIANA, 2013, p. 15). Foi nesse ritmo que Raul compôs um hino à falta de esperança no país: “Aluga-se” (“A solução é alugar o Brasil!/ Nós não vamos pagar nada”), gravada em LP de 1980.

O potencial do rock de alcançar as massas se perdeu ao fim da década de 1970, em que pese sua diversidade: rock mais pesado, progressivo, rural e até um pré-punk... O rock ganhou apelo popular no início da década seguinte, com jovens cantando o amor, diversão, família e outros temas com clareza e irreverência. Como bem resumiu a cientista social Santuza Naves:

O rock brasileiro dos anos 80 se inspirou nos motes do punk anglo-americano: o desprezo de um apuro tecnoformal da música – qualquer um poderia constituir uma banda de rock – e oculto antiestrelismo, de abolição da distância entre artista e público. A influência da “atitude punk” se manifestou na utilização de uma linguagem despojada, de estreita comunicação com os aficionados, fosse ela politizada (anárquica) ou hedonista. Segundo interpretações de época, o rock que se afirmava no Brasil rompia com as fórmulas estéticas consideradas gastas do “rock progressivo” dos anos 70, com seus superastros e seus arranjos pesados e rebuscados. (...) utilizando uma linguagem mais coloquial dos jovens da

época, seguindo parâmetros de informalidade que caracterizavam o novo rock pós-punk e *new wave*. (NAVES, 2010, p. 122-123).

Artistas como Blitz, Legião Urbana, Paralamas do Sucesso e Titãs ilustraram tal renovação musical que atendeu ao anseio de tantas gerações por ampla liberdade de expressão. O contexto com a revogação do AI-5, em 1979, e a volta de anistiados deram indícios de se abrir um tempo de mudanças. Naquele cenário, a transição democrática virou pauta para roqueiros. Antes de avançar no imaginário da democracia entre roqueiros pós-anistia, revisitam-se análises da MPB antes do fatídico 1968 e sobre o rock dos anos 1980 com as quais se dialogará adiante.

Leituras sobre a MPB pré-AI-5 e o rock dos anos 1980

Atenta à MPB nos anos 1960, Galvão (1976 [1968]) fez uma leitura hoje clássica sobre seu repertório, frisando seu projeto informativo e participante que incorporou a evasão e a consolação mesmo sem voltar a falar de moça-flor-sol-barquinho-amor-dor. Ela viu em letras de autores populares – como Caetano Veloso, Chico Buarque, Edu Lobo, Geraldo Vandré e Gilberto Gil – uma mitologia na MPB dirigida a universitários interessados em canções sobre problemas sociais, políticos e econômicos. A MPB denunciava as desigualdades e, ao mesmo tempo, cantava sua utopia escapista: o “Dia que virá”.

Esse Dia, no seu olhar, dispensaria o ser humano de seu papel de sujeito da história, assumido pela figura mítica do Dia. “Trata-se, portanto, de uma proposta imobilista e espontaneísta. Imobilista porque prega os braços cruzados. Espontaneísta porque delega a ação ao Dia, essa abstração mitológica” (GALVÃO, 1976, p. 96). Tal Dia surge em canções como “Ponteio”, de Edu Lobo e Capinam (“Certo dia que sei por inteiro/ eu espero não vá demorar/ este dia estou certo que vem”) e “Vento de maio”, de Gilberto Gil e Torquato Neto, com sua proposta de ação metafórica (“Monte em seu cavalo baio/ que o dia já vai chegar/ vai romper o mês de maio/ não é hora de parar/ galopando na firmeza/ mais depressa vai chegar”). Em Caetano, o Dia seria da volta do nordestino à terra natal, trocando o mito coletivo por um apenas seu (“Eu não estou indo embora/ estou só preparando a hora/ de voltar”, em “Um dia”).

O mito do Dia daria origem ao mito da canção, em que o indivíduo faz do canto sua alternativa à ação. Dispensados de agir, teríamos três formas de

tomar o canto: como consolo (cantar enquanto O Dia não vem), divulgação (cantar para anunciar a todos que O Dia virá) e pensamento mágico (cantar para fazer O Dia vir). Essas finalidades se resumem à consolação.

Cada autor e cada ouvinte se consola com qualquer das três finalidades. Todas elas são nobres, fraternas e avançadas; consolar os que sofrem, anunciar o futuro, preparar o futuro. Assim, autor e ouvinte são reasssegurados de seu papel importante na história.

A canção da MMPB [moderna MPB] resulta, portanto, numa evasão à implicação pessoal de cada um na história. Em primeiro lugar, ela oferece a perspectiva dO DIA; em segundo lugar propõe-se a si mesma como solução. É uma canção que faz da canção um mito. Por isso, cantar é a única proposta que a canção da MMPB ousa fazer. (GALVÃO, 1976, p. 104)

Datada de 1968, a leitura de Galvão foi acurada para certo período da MPB, mas esse repertório veio a ter uma inflexão rumo à presentificação do Dia, que, como notou Aguiar (1994), praticamente coincidiu com o AI-5, de dezembro daquele ano. Três meses antes, Geraldo Vandré tinha instado à ação no refrão que virou símbolo da luta contra o regime militar (“Vem, vamos embora/ esperar não é saber,/ quem sabe faz a hora/ não espera acontecer”, em “Pra não dizer que não falei das flores”). Inspirado por Galvão, Aguiar viu o choque de duas noções de canção – as do anseio pelo *dia que virá*, como “Sabiá” (“Vou voltar, sei que ainda vou voltar”) e “Ponteio” (“Vou ver o tempo mudado/ e um novo lugar pra cantar”), projetando encontrar um paraíso perdido; e do *aqui e agora*, como “Pra não dizer...” (“Somos todos soldados armados ou não”) e “Alegria, alegria” (“Eu quero seguir vivendo, amor”).³

O rock, para Aguiar, despontou na década de 1980 praticamente sem rebeldia, com comportamento doce e sentimentalizado, ingênuo e descompromissado. Daí tomá-lo como diluído e inócuo:

Os conjuntos se ressentem da falta de um projeto, que nem a canção nem mais a época, ao que tudo indica, podem oferecer. A Bossa Nova era um

³ Para Aguiar, “Alegria, alegria” abria novo programa: o intencionalismo, frisando a realidade próxima e deixando-se entregar a anseios de um mundo moldado pela sociedade de consumo. Essa letra, a seu ver, atestaria uma MPB entregue à mídia e esvaziada de projetos. Na sua leitura, a MPB não avançou nos anos 1970 a reboque do debate entre a presença/falta de um engajamento antirregime nas vertentes personificadas em Chico Buarque e Caetano. As perspectivas distintas de Naves (2010, 2015) e Tatit (2004) relativizariam tal visão, como bem notou parecerista de *Interseções*.

projeto, a Música de Protesto também, assim como o Tropicalismo. Mas foram manifestações dos “anos dourados”. De lá para cá, a tônica é o esvaziamento e os músicos a mercê de uma única ideia, posta pela indústria cultural: o consumo. (AGUIAR, 1994, p. 153)

A falta de projeto condizia com a perspectiva do rock que, segundo Aguiar, nunca foi propriamente revolucionária, pois nunca propôs uma ruptura que não fosse logo absorvida pela sociedade de consumo. Para ele, a rebeldia desse estilo estava fadada ao fracasso desde o início. Essa crítica pautada numa visão de indústria cultural fiel às raízes do conceito difundiu-se ainda à época na voz de articulistas como Pinto (1983, p. 2), para quem “o rock tupiniquim não veio para ficar. É apenas uma jogada mercadológica. Como foi a Jovem Guarda”. Sua previsão não se confirmou e ainda se nota aquele rock em meios de comunicação e debates.

Na coleção “Decantando a República”, Jardim (2004) e Miranda (2004) lançaram outro olhar aos roqueiros e suas letras sobre o país. Jardim realçou a onipresença do “ruído do puro descontentamento” (2004, p. 58) e de tons descrentes, desiludidos e distópicos sobre a realidade nacional, que teve várias faces atacadas de forma irônica e direta. Miranda concluía que talvez não fosse exagero atribuir à transição democrática, na esfera da música popular, “uma tomada de consciência muito peculiar das nossas desilusões históricas, fincada que está na reflexão sobre as relações interpessoais e de poder no âmbito da vida cotidiana” (2004, p. 69). Para ele, o rock, o rap e mesmo nomes consagrados da MPB abriram perspectivas à cultura urbana, pois permitiram a emergência de vozes subalternas e situações de subalternidade antes recalçadas.

Nos anos 1980, os anseios e frustrações com a transição democrática deram o tom das percepções populares sobre a política e sociedade. Nos anos 1990, quando a democracia parecia nos eixos, sob vigência da atual Constituição e com a eleição presidencial direta, letras aludindo à política rarearam, no rock e outros gêneros. Para Edgar Scandurra, do Ira!, bandas de discurso mais militante deixaram de ter apelo porque as gravadoras queriam músicas de amor (PAIVA, NASCIMENTO, 2016). Em rádios e TVs, sertanejos e o axé viraram alvo de atenções. Segundo Clemente (*apud* PAIVA, NASCIMENTO, 2016, p. 205-6),

a chegada da democracia fez com que todo mundo desse uma relaxada. Estávamos cansados de guerra, todo mundo queria apenas enlouquecer um pouco sem compromisso. O hip-hop não baixou a guarda e foi

conquistando corações e mentes pela periferia da cidade, e muitos punks debandaram para o rap.

Tal período, não por acaso, remete ao dito “fim” da canção, ao qual Bacal (2021) articulou o início das bpm's, detectado a partir dos exemplos do funk carioca, do hip-hop paulista e do manguêbit no Recife.

Redemocratização como esperança

Em 1982, o festival Começo do Fim do Mundo foi uma vitrine a músicos com olhar oposto ao da geração anterior. Em vez da romantização da pobreza em canções de protesto de artistas egressos das classes médias, os punks queriam denunciar a exploração de trabalhadores como eles e suas famílias. O vocalista dos Inocentes, Clemente, destacou no “Manifesto punk”, na revista *Gallery Around*:

Nós, os punks, somos uma nova face da Música Popular Brasileira, com nossa música não damos a ninguém uma ideia de falsa liberdade. Relatamos a verdade sem disfarces, não queremos enganar ninguém. Procuramos algo que a MPB já não tem mais e que ficou perdido nos antigos festivais da Record e que nunca mais poderá ser revivido por nenhuma produção da Rede Globo de televisão. Nós estamos aqui para revolucionar a Música Popular Brasileira, para dizer a verdade sem disfarces (e não tornar bela a imunda realidade): pintar de negro a asa branca, atrasar o trem das onze, pisar sobre as flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia uma mulher qualquer. (CLEMENTE, 1982 *apud* PAIVA, NASCIMENTO, 2016, p. 99)

O manifesto atacava a MPB pela ideia de liberdade dita falsa. Os punks queriam ainda, nas palavras de Ariel, líder da banda Restos de Nada, “alguma proposta de luta para acabar com esse sistema podre, esse sistema que deixa a gente jogado assim ao lixo, nos deixa assim no fundo do poço do desespero” (ARIEL, 1983 *apud* MOREIRA, 2006). Raros ideólogos do punk, Clemente e Ariel divergiam sobre o arranjo ideal entre a música e a política, com Ariel ressaltando mais a luta política cara ao trotskismo em voga no movimento estudantil e Clemente desejando menos teses e mais rock. No livro de memórias *Meninos em fúria* (2016), escrito junto com Marcelo Rubens Paiva, Clemente afirmou ter visto o punk como vanguarda do levante revolucionário. “Somos a vanguarda revolucionária que vai derrubar a ditadura e o capitalismo através da nossa cultura (...) Vamos para a ação! A periferia

continua desunida, vamos uni-la; a ditadura não cai, vamos derrubá-la; o anarquismo não vinga, vamos à revolução total” (PAIVA, NASCIMENTO, 2016, p. 83). Em LP pioneiro, com músicas das bandas punks Inocentes, Cólera e Olho Seco, vê-se esse ideário em “Garotos do subúrbio” e “Pânico em SP” (ambas de Clemente). Aquela situava os tempos como de jovens com o afã de gritar sufocado e anseio de reagir à repressão, enquanto esta exibia bombeiros, exército e polícia chamados a conter um pânico difuso, mas com prontidão a atirar contrastando com a ignorância dos fatos.

Vontade de gritar sufocada no ar/ O medo causado pela repressão/ Tudo isso tenta impedir/ Os garotos do subúrbio de existir// Garotos do subúrbio, garotos do subúrbio/ Vocês, vocês, vocês não podem desistir/ Garotos do subúrbio, garotos do subúrbio/ Vocês, vocês, vocês não podem desistir de viver (“Garotos do subúrbio”, GRITO SUBURBANO, 1982).

Todos armados até os dentes/ Todos prontos para atirar/ Havia o quê?// Pânico em SP [3 vezes]// Mas o que eles não sabiam/ Aliás o que ninguém sabia/ Era o que estava acontecendo/ O que realmente acontecia. (“Pânico em SP”, GRITO SUBURBANO, 1982).

Para Clemente, “éramos os arautos da revolução. Não medíamos consequências para falar sobre nada, depois que discursávamos não sobrava pedra sobre pedra, era terra arrasada. (...) Foram os punks que arrombaram a porta para a década de 1980 entrar” (PAIVA, NASCIMENTO, 2016, p. 107). A ruptura desejada pelos punks foi reivindicada por Ariel em “Esperança de liberdade” e “Rebeldia incontida”, compostas com Douglas na passagem dos anos 1970/80 e gravada no disco *Restos de nada* (1987).

Os tempos já não são os mesmos/ Hastearmos a bandeira da liberdade!// Lutamos pela vitória final/ O que estava enterrado virá à tona/ E a máscara dos injustos será arrancada/ Para o desfecho da grande farsa (“Esperança de liberdade”, RESTOS DE NADA, 1987).

Nossa rebeldia tem muita razão/ Os capitalistas querem nos sugar/ Temos que ter armas pra nos defender!/ Nos defender, ou morrer!/ [...]/ Rebeldia incontida, rebeldia incontida (“Rebeldia incontida”, RESTOS DE NADA, 1987).

Em Brasília, Renato Russo, vocalista do Aborto Elétrico (1978-1982), trio punk na raiz do Capital Inicial e da Legião Urbana, depurou o discurso punk

que dizia pregar um mundo melhor como fizeram canções dos anos 1960, mas com fala agressiva:

Alguém pode passar o resto de sua via martelando a sua guitarra e dizendo que odeia todo mundo, mas não se esqueça: quando Johnny Rotten cantava “And I Don’t Care”, ele era a pessoa que mais se importava. E se não tivesse se importado tanto, não berraria daquele jeito. Isso eu sei porque a Legião Urbana usou o mesmo discurso punk no início. Uma coisa totalmente niilista, destrutiva e anarquista, mas que, no fundo, estava falando que queria paz e harmonia no mundo. Aconteceu que, na nossa cabeça, as pessoas dos anos 1960 tinham falado disso da maneira mais clara possível, através de flores e de amor. Não deu certo; então, vamos falar de outra maneira, mais dura. (RENATO RUSSO *apud* BRITO, 1989).

Se nas letras se lia desprezo ao país, nas entrelinhas ele o valorizava, em patriotismo implícito em meio a frustrações. Abusos policiais ecoaram, por exemplo, em “Veraneio vascaína”, gravada pelo Capital Inicial: “Porque pobre quando nasce/ Com instinto assassino/ Sabe o que vai ser quando crescer desde menino/ Ladrão pra roubar, marginal pra matar/ Papai, eu quero ser policial quando eu crescer” (CAPITAL..., 1986). Músicas assim atestam que essa geração do rock não aderiu ao silêncio corrente sobre certos temas. No repertório da Legião, Renato Russo atacou a tortura em “1965 (Duas tribos)”: “Cortaram meus braços/ Cortaram minhas mãos/ Cortaram minhas pernas/ (...)/ Podia ser meu pai/ Podia ser meu irmão” (LEGIÃO..., 1989).

A letra fechava na exaltação irônica “o Brasil é o país do futuro” emendada num desejo de “tudo pra cima”. A Lei da Anistia fixara silêncios sobre três temas, segundo Reis (2010): tortura e torturadores; o apoio da sociedade à ditadura; e projetos revolucionárias de esquerda. Ao menos o primeiro foi interpelado por “1965 (Duas tribos)” e “La Maison Dieu” (LEGIÃO..., 1997), que abre prometendo não revelar a “vinte mil soldados” o paradeiro de alguém e cita a tortura, o sumiço de inocentes e a indiferença à pátria. Para o eu-lírico, não era esquecível ou perdoável o terror da revolução e exército “de merda”, afinal “eu não anistiei ninguém”.⁴

O autoritarismo de agentes da lei foi acusado também pela Plebe Rude (1986) em “Proteção” (“A PM na rua, nosso medo de viver/ O consolo é que

⁴ Para uma análise mais detida dos olhares de Renato Russo e de Cazuza à redemocratização, ver Grangeia (2016). Abordo ainda um imaginário do Brasil entre roqueiros dos anos 1980/1990 em outro trabalho (GRANGEIA, 2018).

eles vão me proteger/ A única pergunta é: me proteger do quê?/ Sou uma minoria mas pelo menos falo o que quero apesar da repressão/ É para sua proteção”,⁵ pelos Paralamas do Sucesso (1986) em “Selvagem” (“A polícia apresenta suas armas/ Escudos transparentes, cassetetes/ Capacetes reluzentes/ E a determinação de manter tudo/ Em seu lugar”, 1986) e pelos Titãs (1986) em “Polícia” (“Dizem que ela existe pra ajudar/ Dizem que ela existe pra proteger/ Eu sei que ela pode te parar/ Eu sei que ela pode te prender”) e “Estado violência” (“Estado violência/ Estado hipocrisia/ A lei que não é minha/ A lei que eu não queria/ Meu corpo não é meu/ Meu coração é teu”) – ambas alusivas à prisão de Arnaldo Antunes e Tony Bellotto por porte de heroína. A conjuntura do país foi um fator para a rebeldia do disco *Cabeça Dinossauro*.

Havia o momento do Brasil que estava se desenhando muito problemático, uma ditadura militar ainda se desmanchando, a morte de Tancredo. O clima era de desilusão, um cenário de distopia. E havia também nosso momento como banda. (CHARLES GAVIN *apud* REIS, LICHOTE, 2016, p. 1).⁶

A frustração iria emergindo em setores da sociedade e do rock, sobrepondo as imagens da redemocratização como esperança – presente ainda quando travestida de niilismo, como tinha opinado Renato Russo – e desilusão, captável ora de forma mais implícita, ora mais tácita.

Redemocratização como desilusão

“Vem aí agora o primeiro show da democracia brasileira”, anunciou o apresentador do Rock in Rio, abrindo o 5º dia do festival, em 15 de março de 1985. Cada atração nacional quis reforçar que aquele dia prometia novos tempos – Tancredo Neves tinha acabado de ser eleito presidente, de forma indireta. A banda Kid Abelha & Os Abóboras Selvagens levou ao palco uma grande bandeira do país (havia várias na plateia), Eduardo Dusek entrou numa

⁵ Philippe Seabra disse ter escrito a letra em cinco minutos em 25 de abril de 1984, dia da rejeição da emenda das Diretas Já. Policiais com submetralhadoras pararam o ônibus de uma excursão da turma dele por suspeitarem ser um piquete pela emenda. Cenas da blitz e a censura a notícias da votação na televisão o marcaram (SEABRA *apud* CARVALHO, 2011).

⁶ Por momento dos Titãs, leia-se a má promoção do disco anterior pela Warner, à qual Gavin atribuiu seu ceticismo pessoal com a música e a carreira e a raiva do mercado, da gravadora e do mundo.

lambreta gritando “Muda Brasil!”, e o vocalista do Barão Vermelho, Cazuzza, se enrolou na bandeira e acabou “Pro dia nascer feliz” desejando “que o dia nasça lindo pra todo mundo amanhã... um Brasil novo, com a rapaziada esperta” (BARÃO VERMELHO, 1992). Três anos após enrolar-se na bandeira, Cazuzza cuspiu na lançada pela prima em show no Canecão, do disco *Ideologia*, após a inflação voltar pós-fiasco do Plano Cruzado e depois de denúncias de corrupção e outras ilegalidades. No Rock in Rio: esperança. No Canecão: desilusão. Eis um tom não só de Cazuzza.

Criticado na imprensa pelo cuspe na bandeira, ele fez uma carta, só conhecida após sua morte, na qual atacou a exclusão social incondizente com o lema do país presente na sua bandeira:

(...) Será que as pessoas não têm consciência de que o Vietnã é logo ali, na Amazônia, que as crianças índias são bombardeadas e assassinadas com os mesmos olhos puxados? Que a África do Sul é aqui, nesse apartheid disfarçado em democracia, onde mais de cinquenta milhões de pessoas vivem à margem do Ordem e Progresso, analfabetos e famintos?

Eu sei muito bem o que é a bandeira do Brasil, me enrolei nela no Rock'n'Rio junto com uma multidão que acreditava que esse país podia realmente mudar.

A bandeira de um país é o símbolo da nacionalidade para um povo.

Vamos amá-la e respeitá-la no dia em que o que está escrito nela for uma realidade. Por enquanto, estamos esperando. (CAZUZA *apud* O GLOBO, 1990).

Ao partir em carreira solo, Cazuzza diversificara ritmos e passara a cantar críticas sociais e políticas, sob influência confessa de Renato Russo – sem “Que país é este” não haveria “Brasil”, como declarou, em outros termos, na TV (CAZUZA, 1988). Evitara questões coletivas por se ver apolítico e crer saber escrever só sobre seu mundo na zona sul carioca. O LP *Ideologia* (1988) tinha “Um trem para as estrelas”, primeira letra atenta a vidas distintas da sua e que cita uma esperança – “todos querem se dar bem” – e dá ênfase, contudo, a desilusões como a busca de rumo e os “salários de fome”.

O disco trazia ainda a música-título, que o autor julgava “meio amarga porque a gente achava que ia mudar o mundo mesmo e o Brasil está igual, a sociedade está igual, bateu uma enorme frustração” (*apud* MARQUES; ROCHA, 1988), e “Brasil”, retratando com indignação um país de exclusão e

falta de ética, mas clamando pelo amor à pátria, apesar do desencanto com os primeiros anos após o fim da ditadura.

Os meus sonhos foram todos vendidos/ Tão barato que eu nem acredito/
Eu nem acredito/ Que aquele garoto que ia mudar o mundo/ [Mudar o mundo]/
Frequenta agora as festas do grand monde (“Ideologia”, CAZUZA, 1988).

Não me convidaram/ Pra essa festa pobre/ Que os homens armaram pra
me convencer/ A pagar sem ver/ Toda essa droga/ Que já vem malhada
antes de eu nascer/ [...] Grande pátria desimportante/ Em nenhum
instante/ Eu vou te trair/ (Não vou te trair) (“Brasil”, CAZUZA, 1988).

Naquele 1988, quando o governo Sarney era ruim ou péssimo para 65% dos brasileiros e menos de 10% julgavam ótimo ou bom (DATAFOLHA, 1990), Cazuzza criou “O tempo não para”, em dia com uma realidade revoltante. “Considero ‘Ideologia’, ‘Brasil’ e ‘O tempo não para’ uma trilogia de Sarney ao PT no poder. É uma trilogia da esperança. Elas falam mais ou menos a mesma coisa – tem umas frases em que eu falo a mesma coisa de maneiras diferentes” (*apud* MAIA, 1989, p. 30). A eleição de Luiza Erundina levou o Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de São Paulo. O cantor depois se diria criando com mais afirmação que negatividade.

A tua piscina tá cheia de ratos/ Tuas ideias não correspondem aos fatos/
O tempo não para/ [...] Te chamam de ladrão, de bicha, maconheiro/
Transformam o país inteiro num puteiro/ Pois assim se ganha mais
dinheiro (“O tempo não para”, CAZUZA, 1989)

Os Paralamas do Sucesso também cantavam o inconformismo com o país real, longe do idealizado, ainda que inicialmente com menos frequência do que temas íntimos como relacionamentos e autoidentidade. Daí letras de Herbert Vianna nessa década como “O beco”, com sua crítica à violência urbana, e “Perplexo”, com o drama do desemprego e hiperinflação.

No beco escuro explode a violência/ No meio da madrugada/ Com
amor, ódio, urgência/ Ou como se não fosse nada/ Mas nada perturba o
meu sono pesado/ Nada levanta aquele corpo jogado/ Nada atrapalha
aquele bar ali na esquina/ Aquela fila de cinema/ Nada mais me deixa
chocado, nada! (“O beco”, PARALAMAS..., 1988).

Desempregado, despejado, sem ter onde cair morto/ Endividado sem ter mais com que pagar/ Nesse país, nesse país, nesse país/ Que alguém te disse que era nosso// Mandaram avisar/ Agora tudo mudou/ Eu quis acreditar/ Outra mudança chegou// Fim da censura, do dinheiro/ Muda nome, corta zero/ Entra na fila de/ Outra fila pra pagar/ Quero entender/ Quero entender/ Quero entender/ Tudo o que eu posso/ E o que não posso (“Perplexo”, PARALAMAS..., 1989).

Planos econômicos de trocas de moeda e o fim (tardio) da censura eram citados como mudanças distintas das esperadas, como mais empregos e serviços públicos, promessas de líderes da dita “Nova República”. Versos como “Nada mais me deixa chocado, nada!” e “Outra mudança chegou” aludiam a expectativas não saciadas desde o fim da ditadura.

Essa frustração não destoou da cantada por roqueiros com origem no punk. A raiva inicial dos Inocentes e a vontade de que jovens da periferia tivessem voz (GRITO..., 1982) deu lugar à desilusão de “Pátria amada”, inspirada pelo fracasso do Plano Cruzado, e da música de trabalho do LP de 1989: “Promessas”, sobre o hiato entre o prometido ao povo e o recebido.

Pátria Amada, é pra você esta canção/ Desesperada, canção de desilusão/ Não há mais nada entre eu e você/ Eu fui traído e não fiz por merecer/ [...] Pátria Amada, de quem você é afinal/ É do povo nas ruas? Ou do Congresso Nacional/ Pátria Amada, idolatrada, salve, salve-se quem puder! (“Pátria amada”, INOCENTES, 1987).

Boca calada, cabeça abaixada/ A mão calejada de quem trabalha e trabalha/ No rosto as marcas, lágrimas sinceras/ De quem acredita em promessas, promessas/ [...] Promessas são apenas promessas/ Promessas nada mais que promessas// Nada é o que a gente recebe/ Nada é o que a gente merece? (“Promessas”, INOCENTES, 1989).

Os Ratos de Porão compartilhavam a crítica dos Inocentes à política nos anos da Constituinte e gravaram sua paródia-crítica ao Plano Cruzado I, datado de 1986:

Planejaram febrilmente o Brasil ia mudar/ Congelaram a pátria amada/ Botaram as coisas no lugar/ Todo mundo, o mundo inteiro/ Essa farsa engoliu/ O povo se fodeu e o Brasil faliu// Deu tudo errado/ Plano furado// Eles não fraquejaram/ Prometeram que iam ver/ Uma desculpa nova e o plano refazer/ Refizeram a Constituinte com um grande bacanal/ Não rifaram o Brasil porque era ilegal (“Plano furado”, RATOS..., 1987).

Desilusão, traição e farsa eram entoadas em vozes graves e ritmo acelerado – tão veloz que dificultava entender alguns versos. A letra era tão ligada ao contexto nacional que não entrou em *Dirty and Aggressive*, versão em inglês do LP. O disco *Brasil* (1988) inclui “Plano Furado II”, que virou “Fucked Plan II” no álbum em inglês.

Hei, Ribamar/ Olhe só o que você fez/ Sua cabeça vai rolar/ Se der errado outra vez/ [...]/ Você não se arrependeu/ Daquela última vez/ O Brasil quase faliu/ E você quase morreu (“Plano furado II”, RATOS..., 1988).

No ABC paulista, os punks tinham emergido ao lado do movimento sindical, aderindo às primeiras greves contra a ditadura e tocando vestidos de metalúrgicos. A desilusão após a redemocratização foi cantada pelos Garotos Podres, que estrearam em show pelo fundo de greve do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e que lançariam em 1988 o disco *Pior que antes*.

Nasceu num subúrbio operário/ De um país subdesenvolvido/ Apenas parte da massa/ De uma sociedade falida/ Submisso a lei injustas/ Que o fazem calar./ [...]/ Perdido no meio da massa/ Apenas caminhando/ No compasso de seus passos/ Seu grito de ódio/ Ecoa pelo espaço// Sem esperança de uma vida melhor/ Pois os parasitas sugam o seu suor. (“Subúrbio operário”, GAROTOS..., 1988)

No disco *Canções para ninar* (1993), há chamados à revolução nas letras de “Rock de subúrbio” (“Quero ver em cada garagem da periferia/ Pulsar o ritmo da revolta/ Queremos subverter a ordem burguesa/ Que existe na música e na arte”, de Mauro e Mau) e “Fuzilados da CSN” (“Mas por mais rosas que os poderosos matem/ Nunca conseguirão deter/ A Primavera/ Pois o futuro vos pertence”, de Mau, Ciro e Darwin). Tal música foi dedicada aos três metalúrgicos mortos pelo Exército ao reprimir uma greve na CSN em 1988.

Uma rara banda punk fora do eixo São Paulo-Brasília com projeção foi a baiana Camisa de Vênus, que em 1987 gravou seu retrato desiludido do Brasil:

Aqui não tem problema, só se você quiser/ Este é o país do futuro, tenha esperança e fé/ Todo dia lhe oferecem, sempre o melhor negócio/ Vão levar a sua grana, vão lhe chamar de sócio/ Vai ficar tudo bem, acredite em mim, meu filho/ A gente aumenta o seu salário, dispara o gatilho/ Aí, pra que você não reclame, e também pra que não esqueça/ Dispararam o tal do gatilho, em cima da sua cabeça/ Nós vamos outra

vez, pro fundo do buraco/ Você não tem vergonha, e eu já não tenho saco/ E vamos outra vez, pro fundo do buraco/ Você não tem vergonha, e eu já não tenho saco (“O país do futuro”, CAMISA..., 1987).

O vocalista Marcelo Nova já tinha expressado uma insatisfação com o estado do país que era corrente entre essa geração do rock e a população brasileira em geral.

O problema é que a face política do país é a mesma há décadas! Hoje o nosso presidente José Sarney se diz porta-voz de uma Nova República. Se nós não tivermos a memória muito curta, a gente vai ver que há dois anos este mesmo personagem era presidente do partido do governo, dos militares! E está muito engraçado. Um outdoor de Paulo Maluf metendo paranoia na cabeça da população: que precisa de segurança, que assassino tem de ir para campo de concentração. Quer dizer: isso é o quê? É a paranoia de um povo subdesenvolvido culturalmente também. Então parece que a solução é a repressão, é a paranoia, é a porrada. Vai ter Rota rodando 24 horas por dia, todo mundo de metralhadora na mão. E essa é a base de uma campanha eleitoral para governador do maior Estado do país. E isso é tenebroso! Todo mundo sabe. O que aconteceu com o Abi-Ackel, pelo amor de Deus? Contrabandista, provado. Ele está em cana, está na detenção? (MARCELO NOVA *apud* ENCARNAÇÃO, 2016, p. 201)

Outra cria do punk, a Legião Urbana cantou um país motivo de vergonha, “piada no exterior”. Composta em 1978, “Que país é este” tardou a ser gravada porque, como disse Renato Russo no encarte do disco de 1987, “sempre havia a esperança de que algo iria realmente mudar no país, tornando-se a música então totalmente obsoleta. Isto não aconteceu e ainda é possível se fazer a pergunta do título, sem erros” (LEGIÃO..., 1987).

Nas favelas, no Senado/ Sujeira pra todo lado/ Ninguém respeita a Constituição/ Mas todos acreditam no futuro da nação/ [...] Terceiro mundo se for/ Piada no exterior/ Mas o Brasil vai ficar rico/ Vamos faturar um milhão/ Quando vendermos todas as almas/ Dos nossos índios em um leilão (“Que país é este”, LEGIÃO..., 1987).

O desabafo anticorrupção seguia atual e foi o maior hit brasileiro nas rádios de 1987. O verso “Que país é este” ganharia ao vivo a réplica “é a porra do Brasil”, cantada em coro em reação em dia com o estado do país e seu povo. No encarte, o autor notou que “nosso país iria crescer e mudar para melhor, e todos

acreditaram. Até aí morreu o Neves (trocadilho imperdoável, mas necessário) e cantar que ‘temos todo o tempo do mundo’, porque ‘somos tão jovens’ lembra um tempo distante, um tempo perdido mesmo” (LEGIÃO, 1987). Ele ironizava críticas a um suposto apoliticismo de sua geração: “Dizem que não temos caráter. Crescemos em meio a uma ditadura, vendo National Kid e os Três Patetas. Como eles querem que eu saiba o que foi a Coluna Prestes etc? Quer dizer: nega-se o alimento para uma pessoa e depois reclama que a pessoa é malnutrida” (RENATO RUSSO *apud* DOMINGOS, 1990, p. 58).

O desalento com a transição democrática sobressaía em “Metal contra as nuvens” e seu desabafo sobre o herói idealista deslocado numa terra problemática, alusiva ao torpor coletivo nos anos Collor, e no manifesto “Perfeição”.

Quase acreditei na sua promessa/ E o que vejo é fome e destruição/ Perdi a minha sela e a minha espada/ Perdi o meu castelo e minha princesa (“Metal contra as nuvens”, LEGIÃO..., 1991).

Vamos celebrar os preconceitos/ O voto dos analfabetos/ Comemorar a água podre/ E todos os impostos/ Queimadas, mentiras e sequestros/ Nosso castelo de cartas marcadas/ O trabalho escravo/ Nosso pequeno universo/ Toda hipocrisia e toda a indiferença/ Vamos celebrar epidemias:/ É a festa da torcida campeã. (“Perfeição”, LEGIÃO..., 1993).

Outras perspectivas da desilusão foram cantadas pelo RPM em “Juvenilia”, com uma vontade do autoexílio e a frustração de ver uma terra linda sujeita a espoliadores que a tornam indigna, e em “Revoluções por minuto”, onde o país é associado com uma sensação de vazio:

Sinto um imenso vazio e o Brasil/ Que herda o costume servil/ Não serviu para mim/ [...] Parte o primeiro avião/ E eu não vou voltar/ E quem vem para ficar/ Para cuidar de ti/ Terra linda/ Sofre ainda a vinda de piratas/ Mercenários sem direção (“Juvenilia”, RPM, 1985).

Sinais de vida no país vizinho/ Eu já não ando mais sozinho/ Toca o telefone, chega um telegrama enfim/ Ouvimos qualquer coisa de Brasília/ Rumores falam em guerrilha/ Foto no jornal/ Cadeia nacional// Viola o canto ingênuo do caboclo/ Caiu o santo do pau oco (“Revoluções por minuto”, RPM, 1985).

Versos de desencanto também foram irradiados a partir de Porto Alegre, onde os Engenheiros do Hawaii expressaram horizontes sem esperança em

letras como “Fé nenhuma”. Segundo o release do disco *Longe demais das capitais* (1986), “são doze faixas e o resumo de dois anos de asfalto pelo Sul do Brasil. Um país à parte, vivendo entre leis do passado e a ausência do futuro” (*apud* ENCARNAÇÃO, 2016, p. 204).

Você quer me pôr no agito/ No movimento estudantil/ Mas eu não acredito/ No futuro do Brasil// Eu não vou morrer de fome/ Eu não vou morrer de tédio/ Eu não vou morrer pensando/ Qual seria o remédio// Sei de cor seus comentários/ Sobre o mal da alienação/ Mas eu não vivo de salário/ Eu não vivo de ilusão// Não levo fé nenhuma em nada!/ Não levo fé nenhuma em nada! (“Fé nenhuma”, ENGENHEIROS, 1986).

“Fé nenhuma” mostrou, na leitura de Encarnação (2016, p. 203-204), que “os ‘filhos da ditadura’ não tinham e nem viviam de ‘ilusões’ políticas, bem como o discurso sobre engajamento, via movimento estudantil, não atraía boa parte da juventude universitária, como boa parte dos roqueiros oitentistas que frequentaram curso superior”. As pinceladas políticas do disco se irmanavam com referências literárias e com a autoafirmação e outros temas íntimos.

Os Titãs, por sua vez, perguntavam num refrão do disco de 1987: “Quem quer manter a ordem?/ Quem quer criar desordem?”. Na falta de respostas, referiam-se a um povo à margem das decisões públicas, a uma nação que era uma “loucura”, com preços sem controle e carros de polícia queimados por uma multidão enfurecida, e aos governantes de sempre:

Mais uma briga de torcidas/ Acaba tudo em confusão/ A multidão enfurecida/ Queimou os carros da polícia/ Os preços fogem do controle/ Mas que loucura está nação/ [...] É seu dever manter a ordem/ É seu dever de cidadão/ Mas o que é criar desordem/ Quem é que diz o que é ou não?/ São sempre os mesmos governantes/ Os mesmos que lucraram antes/ Os sindicatos fazem greve/ Porque ninguém é consultado/ Pois tudo tem que virar óleo/ Pra pôr na máquina do estado. (“Desordem”, TITÃS, 1987).

Esse desencanto com o país marcou outras letras desse disco, como “Lugar nenhum” (“Não sou brasileiro/ Não sou estrangeiro/ (...)/ Nenhuma pátria me pariu”, Bellotto, Fromer, Gavin, Britto e Antunes) e “Comida” (“A gente não quer só comida/ A gente quer comida/ Diversão e arte”, Fromer, Britto, Antunes). A popularidade desta a alçou a slogan de protestos estudantis e fez Dapieve (1995, p. 101) vê-la como “uma neocanção de protesto, sem o culto à miséria que caracterizava as antigas”. Os Titãs cantavam ironia, desprezo,

desencanto e horror ao país. Como notou o poeta Paulo Leminski no release do disco de 1987, “os Titãs é o que restou do rock, suas letras são o que restou de um país falido, um vice-país, vice-governado, vice-feliz, vice-versa” (LEMINSKI *apud* DAPIEVE, 1995, p. 101). Era óbvia a alusão ao vice-presidente eleito por políticos e que assumiu o Palácio do Planalto.

A referência mais clássica do rock à eleição indireta tinha partido, contudo, do Ultraje a Rigor, outra banda paulistana: “A gente não sabemos escolher presidente/ A gente não sabemos tomar conta da gente/ [...] / Inútil! A gente somos inútil!” (“Inútil”, ULTRAJE..., 1983). O *hit* remetia à declaração de Pelé de que brasileiros não sabiam votar e se tornou uma das trilhas das manifestações de rua pelas Diretas Já.

A TV tocava ‘Coração de estudante’, de Milton Nascimento, como o hino da campanha das diretas. Mas, na prática, era ‘Inútil’. Só que ‘Inútil’ incomodava, porque ia fundo na ferida. Temos a mania de colocar a culpa nos políticos, mas ‘Inútil’ dizia que a coisa dependia do povo, dependia do outro brasileiro, de outro cara que *nós* colocássemos lá. (ROGER *apud* ALEXANDRE, 2013, p. 184)

Outras letras da banda atestam o quanto ela se importava com os problemas do país, como “Prisioneiro”, que a Censura a princípio tinha vetado ser gravada com a letra original.

Com tanta gente roubando ninguém vai me dedar/ Sigo tranquilo no meio ninguém vai me pegar/ Vivo bem com o tráfico e com a corrupção/ Se o negócio sujar é só tomar um avião// Duvido que um dia isso possa mudar/ Tem pra todos ninguém irá tentar/ Me tirar o apoio e a posição/ Me colocar enfim numa prisão (Maurício, Roger Moreira, “Prisioneiro”, *Sexo!!*, 1987)

Discussão e considerações finais

Revisitar álbuns e personagens do rock no Brasil dos anos 1980 é um meio de percorrer não só uma trilha musical familiar a gerações de brasileiros. É uma oportunidade de reconstituir parte da trilha de um país e seu tempo. Décadas antes, bossa novistas e tropicalistas musicaram o otimismo dos anos JK e o choque pelo autoritarismo a partir de 1964. Desta vez, anseios e frustrações com a transição democrática deram o tom das letras de roqueiros com percepções sociais e políticas então em circulação. Tal como pesquisas de opinião e outras

fontes, a música popular ofereceu via fértil que, tempos depois, permite captar imaginários da redemocratização.

Os roqueiros atribuíram dois significados à retomada da democracia: esperança, ligada sobretudo à expectativa de virar a página do autoritarismo oficial, e desilusão, remontando a promessas não concretizadas de lideranças da dita Nova República. Aquela geração do rock verbalizou ao microfone, nos anos 1980, duas percepções da redemocratização que acompanharam o desenrolar dessa transição – antes dela, esperança (muitas vezes com nítidos matizes de raiva); depois dela, desilusão. Por mais que esse imaginário se apresente de forma predominante, notam-se variações nas visões sobre patriotismo (ora exaltação, ora indignação) e ideologia (menos ou mais pró-revolução, por exemplo), e continuidades, como a recusa do autoritarismo, vocalizada sobretudo pelos punks.

É útil recuar ao cancionário dos anos pré-AI-5 e buscar aproximações e afastamentos frente ao imaginário posterior. O mito do “Dia que virá” e imagens do canto como consolo (cantar até o Dia vir), divulgação (cantar para anunciar a vinda do Dia) ou pensamento mágico (cantar para fazer o Dia vir) teriam traços de continuidade no discurso de bandas punks paulistanas, entre outras. Basta ler o chamado à revolução entre os Inocentes, Restos de Nada e Garotos Podres, por exemplo, que, diferentemente da leitura de Galvão sobre a MPB, não tinham no canto um consolo à disposição – transpareciam nos versos (e nas declarações públicas desses roqueiros) expressões sobretudo de indignação (inicialmente mais esperançosa; depois, mais desiludida). Logo, essa indignação transita do que não se tem – vide ampla gama de direitos – para o que não se obtém (ex.: poder de compra não refém da inflação). Até havia consolo, divulgação e/ou pensamento mágico – mais como resquício do que essência.

Pode-se dizer que 1985 viu a chegada de certo Dia (não necessariamente o visado nos anos 1960, por certo). E esse marco temporal, a julgar pelas letras ora analisadas, delimitou – grosso modo, ressalte-se, pois continuidades convivem com rupturas – uma mudança de tom nas percepções da democracia plasmadas no rock. A leitura de Aguiar (1994) que distinguiu o cancionário sessentista entre “anseio pelo *dia que virá*” e canções “do *aqui e agora*” tem pontos de aproximação ao repertório oitentista; a presente análise corroborou ainda apontamentos de Jardim (2004) e Miranda (2004).

O reconhecimento de um imaginário musical – e popular – no qual esperança e desilusão se sucedem e no qual persistem mitos como o “Dia que virá” não permite antever trilhas sonoras futuras. Porém, pode ter grande valia

por reconstituir percepções outrora correntes da transição democrática e, a partir desse quadro, fazer pensar que outras imagens menos polarizadas tendem a ser bem-vindas até por denotarem olhares mais maduros para virtudes e vícios da democracia.

Referências

- AGUIAR, Joaquim Alves de. (1994). Panorama da música popular brasileira: da Bossa Nova ao rock dos anos 80. In: SOSNOWSKI, Saúl; SHWARTZ, Jorge (org.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo, Edusp.
- ALEXANDRE, Ricardo. (2014). *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. 2 ed. Porto Alegre, Arquipelago Editorial.
- ALMUDENA, Celia. (1986). Podres. *Trip*. Dez. 1986. p. 82-83.
- BACAL, Tatiana. (2021). Sonidos en tensión: del Brasil nación a la globoperiferia. In: ULIANO, Rodolfo; BOIX, Ornela (coord.) *La cultura como dimensión transversal de lo social: objetos, conceptos y debates actuales acerca de los mundos del arte contemporáneos* <ePub>. La Plata, Biblos/Clacso, p. 79-95.
- BAHIANA, Ana Maria. (2003). Eu em noites de Sol [1975]. In: PASSOS, Sylvio. *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo, Martin Claret, p. 11-29.
- BRYAN, GUILHERME. (2004). *Quem tem um sonho não dança: cultura jovem brasileira nos anos 80*. Rio de Janeiro: Record.
- BRITO, Hagamenon. (1989). Legião Urbana. *A Tarde*. Salvador.
- CALADO, Carlos. (1997). *Tropicalália: a história de uma revolução musical*. Rio de Janeiro, 34.
- CARLOS, Erasmo. (2015). Entrevista. *Áudio Retrato*. Bis.
- CARVALHO, Vladimir (dir.). (2011). *Rock Brasília: era de ouro*. Doc. 111 min. Brasil, Downtown.
- CAZUZA. (1988). Entrevista. *Cara a cara*. 6/12/1988. Bandeirantes.
- DAPIEVE, Arthur. (1995). *BRock: o rock brasileiro dos anos 80*. Rio de Janeiro, 34.
- DATAFOLHA. (1990). *Avaliação governo José Sarney*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/ava_pres_01031990.pdf> Acesso em: 1- abr. 2021.
- DOMINGOS, Denise. (1990). Quando o artista faz sucesso fica sempre devendo. *Amiga*. p. 58.
- ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. (2016). “Eu não acredito no futuro do Brasil”: rock e política no Brasil dos anos 1980. *Albuquerque: revista de História*. v. 8, n. 15. p. 190-208.
- FRIEDLANDER, Paul. (2002). *Rock and roll: Uma história social*. Rio de Janeiro, Record.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. (1976). MMPB: uma análise ideológica. In: *Saco de gatos: ensaios críticos*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades.
- GRANGEIA, Mario Luis. (2016). *Brasil: Cazusa, Renato Russo e a transição democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- (2018). *Pátria amada, não idolatrada: o Brasil no rock dos anos 1980/1990*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016* (coleção O Brasil Republicano, v. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 353-387.
- JARDIM, Eduardo.
(2004). *Que país é este*. In: CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EINSENBURG, José (org.). *Decantando a República: retrato em preto e branco da nação brasileira*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo, Fundação Perseu Abramo. p. 45-59.
- MAIA, Sônia.
(1989). *Cazuza: um fim de semana no antro dos exagerados*. *Bizz*. n. 44. p. 28-32.
- MARQUES, Carlos José; ROCHA, Eduardo Fonseca da.
(1988). *Eu vou bem. O Brasil vai mal*. *IstoÉ*. p. 3.
- MIRANDA, Wander Melo.
(2004). *Brutalidade jardim: tons da nação na música brasileira*. In CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EINSENBURG, José (org.). *Decantando a República: retrato em preto e branco da nação brasileira*. v.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo, Fundação Perseu Abramo. p. 61-72.
- MORAES, J. G. V. de.
(2000). *História e música: canção popular e conhecimento histórico*. *Revista Brasileira de História*. v. 20, n. 39, p. 203-221.
- MOREIRA, Gastão (dir.).
(2006). *Botinada: a origem do punk no Brasil*. Doc. 110min. Brasil, ST2.
- NAPOLITANO, Marcos.
(2002). *História & música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NAVES, Santuza Cambraia.
(2001). *Da Bossa Nova à Tropicália*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
(2010). *Canção popular no Brasil: a canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (2015). *A canção brasileira: leituras do Brasil através da música*. Rio de Janeiro: Zahar.
O GLOBO.
(1990) "O Vietnam da Amazônia". *O Globo*. Segundo Caderno, 16/07. p. 1.
- PAIVA, Marcelo Rubens; NASCIMENTO, Clemente Tadeu.
(2016). *Meninos em fúrias: e o som que mudou a música para sempre*. Rio de Janeiro: Alfaguara.
- PINTO, José Nêumanne.
(1983). *O atual "rock" brasileiro é um produto artificial*. *Jornal do Brasil*. Caderno B, 25/10. p. 2.
- REIS, Daniel Aarão.
(2010). *Didadura, anistia e reconciliação*. *Estudos Históricos*. vol. 23, n. 45, p. 171-186.
- REIS, Luiz Felipe; LICHOTE, Leonardo.
(2016). *Peça e livro celebram os 30 anos de 'Cabeça dinossauro', dos Titãs*. *O Globo*. Segundo Caderno. 20/10/2016. p. 1.
- RIDENTI, Marcelo.
(2000). *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record.
- TATIT, Luiz.
(2004). *O século da canção*. Cotia, Ateliê Editorial.
- TINHORÃO, José Ramos.
(1986). *Pequena história da música popular: da modinha ao tropicalismo*. São Paulo, Art Editora.
- Discografia**
- BARÃO VERMELHO.
(1992). *Ao vivo no Rock in Rio*. Rio de Janeiro: Som Livre. 1LP.
- CAMISA DE VÊNUS.
(1987). *Duplo sentido*. São Paulo: WEA. 2 LPs.
- CAPITAL INICIAL.
(1986). *Capital Inicial*. Rio de Janeiro: PolyGram. 1 LP.

- CAZUZA.
(1988). *Ideologia*. Rio de Janeiro: PolyGram. 1 LP.
- (1989). *O tempo não pára*: ao vivo. Rio de Janeiro: PolyGram. 1 LP.
- ENGENHEIROS DO HAWAII.
(1986). *Longe demais das capitais*. São Paulo: RCA Victor. 1 LP.
- GAROTOS PODRES
(1988). *Pior que antes*. Araraquara: Continental. 1 LP.
- (1993). *Canções para ninar*. São Paulo: Radical Records. 1 LP.
- GRITO SUBURBANO (Cólera, Inocentes, Olho Seco).
(1982). *Grito suburbano*. São Paulo: Punk Rock. 1 LP.
- INOCENTES.
(1987). *Adeus Carne*. Rio de Janeiro: Warner. 1 LP.
- (1989). *Inocentes*. Rio de Janeiro: Warner. 1 LP.
- LEGIÃO URBANA.
(1987). *Que país é este 1978/1987*. Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- (1989). *As quatro estações*. Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- (1991). *V*. Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- (1993). *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- (1997). *Uma outra estação*. Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- PARALAMAS DO SUCESSO, OS.
(1986). *Selvagem?* Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- (1988). *Bora Bora*. Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- (1989). *Big Bang*. Rio de Janeiro: EMI. 1 LP.
- PLEBE RUDE.
(1986). *O concreto já rachou*. Rio de Janeiro: EMI. 1 EP.
- RATOS DE PORÃO.
(1987). *Cada dia mais sujo e agressivo*. Belo Horizonte: Cogumelo. 1 LP.
- (1988). *Brasil*. São Paulo: Eldorado. 1 LP.
- RAUL SEIXAS.
(1980). *Abra-te Sésamo*. Rio de Janeiro: Columbia. 1 LP.
- RESTOS DE NADA.
(1987). *Restos de nada*. São Paulo: Devil Discos. 1 LP.
- RPM.
(1985). *Revoluções por minuto*. Rio de Janeiro: Epic/CBS. 1 LP.
- TITÃS.
(1986). *Cabeça Dinossauro*. São Paulo: WEA. 1 LP.
- (1987). *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*. São Paulo: WEA. 1 LP.
- ULTRAJE A RIGOR.
(1983). *Inútil/Mim quer tocar*. São Paulo: WEA. 1 EP.
- (1987). *Sexo!!*. São Paulo: WEA. 1 LP.

Recebido em

abril de 2021

Aprovado em

agosto de 2022

Coringas da literatura: emergência dos(as) os(as) agentes literários(as) profissionais no Brasil

Marcello Giovanni Pocaí Stella¹

Resumo

Um(a) novo(a) profissional ganhou mais espaço no mundo literário no final do século XX e início do século XXI. Nesse período, o Brasil começou a ver surgir mediadores chamados(as) agentes literários(as), que alteraram o panorama das publicações brasileiras. Este artigo busca compreender a emergência desses agentes olhando para suas trajetórias sociais e profissionais, bem como sua inserção no campo literário brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave

Agentes literários. Campo literário. Literatura brasileira. Sociologia da literatura. Mediadores literários.

Abstract

A new professional gained more space in the literary world in the late 20th and early 21st centuries. During this period, Brazil began to see the emergence of mediators known as literary agents, who changed the panorama of Brazilian publications. This article seeks to comprehend the emergence of these agents to better understand their social and professional trajectories as well as their role in the Brazilian contemporary field.

Keywords

Literary agents. Literary field. Brazilian literature. Sociology of literature. Literary mediators.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: marcello.stella1@gmail.com.

Introdução

Um(a) novo(a) profissional ganhou mais espaço no mundo literário no final do século XX e início do século XXI. Nesse período, o Brasil começou a ver surgir mediadores chamados(as) agentes literários(as), que alteraram o panorama das negociações de direitos autorais e também influíram nos fluxos e dinâmicas da circulação transnacional de obras literárias. No país, nos anos 1950 até 1970, os primeiros agentes foram, sobretudo, estrangeiros que deram pontapé em uma profissão que praticamente inexistia por aqui.

Já nos anos 1990/2000 começaram a surgir as primeiras agências criadas e geridas por brasileiros(as). Na sequência, em 2010 o agenciamento literário conheceu seu primeiro crescimento súbito. Estes(as) profissionais tiveram e têm cada vez maior centralidade na representação de autores(as), e por muitas vezes têm assumido tarefas antes exclusivas dos editores: descoberta de novos(as) escritores(as), trabalho de editoração, marketing e promoção de livros, etc. Este artigo se baseia em entrevistas semidiretivas realizadas com algumas(ns) agentes literárias(os) brasileiras(os), buscando-se melhor compreender as rotinas de sua atividade, assim como um pouco sobre suas trajetórias pessoais e profissionais.

Para realizar esta pesquisa em primeiro lugar, procedi a um levantamento de agências literárias brasileiras, chegando a um primeiro conjunto de empresas: Agência Riff, Villas-Boas & Moss (VB&M), MTS (Marianna Teixeira Soares), Increasy Consultoria Literária, Página da Cultura Agência Literária Ideias Sobre Linhas, Oasys Cultural, Bookcase, H. Katia Schumer, Agência Página 7, O Agente Literário, Mertin Literary Agency, BookOffice (BookTailors), Ilídio Matos, Agência das Letras, Karin Schindler Agência Literária, Paul Christoph Agency, AMS Agenciamentos, Vikings of Brazil, Anja Saile Literary Agency e Abroadbooks.

Este levantamento de agências foi realizado pela internet em sua maior parte. Em seguida, realizei entrevistas com sete agentes literários: Lúcia Riff, Luciana Villas-Boas, Pasi Loman, Valéria Martins, Nicole Witt, Flavia Viotti e Dênya Rabelo, e através deles pude aprofundar a compreensão acerca do desempenho da atividade. Como não possuem uma associação que centralize seu registro e cadastro, esse conjunto de agências é possivelmente subestimado, já que um(a) agente pode trabalhar autonomamente de sua própria casa, e há também agências de língua inglesa ou outros idiomas que possuem escritórios no Brasil – e eventualmente podem representar autores locais no próprio país

e fora dele. Contudo acredito que o painel construído seja representativo embora não exaustivo de como esses(as) profissionais vêm atuando².

A relevância e influência dos(as) agentes literários(as) cresce, como relata Thompson (2013, 2021), em primeiro lugar no espaço literário de língua inglesa, juntamente com um conjunto de outras mudanças. Os fatores intervenientes que alteraram a dinâmica do mundo literário inglês no alvorecer do século XXI foram, para o autor: o crescimento do setor varejista de livros (grandes redes de livrarias abrindo *megastores* em *shopping centers* e outras partes da cidade) e

² O estudo de pequenos grupos de produtores culturais é sempre um desafio em termos de anonimização de seus agentes, pois facilmente em uma descrição acerca de um indivíduo, sua formação e atuação em um espaço com poucos pares se torna facilmente identificável. Por isso, optou-se neste artigo pelo uso dos nomes dos agentes e apresentação de dados prosopográficos que estão disponíveis publicamente em entrevistas e artigos. Quando recorri a citações diretas, preferi manter o anonimato dos entrevistados e entrevistadas para preservar seu sigilo e posição. A escolha das agências foi baseada no levantamento *on-line* e a partir da indicação dos próprios atores, todos e todas as agentes foram contatados(as) e quem deu alguma devolutiva foi ouvido. As perguntas feitas em ordem sequencial foram: 1) Como você se tornou agente literária? Você teve alguma formação específica para a profissão? 2) O que é a profissão de agente literário para você? Qual o significado? 3) Você poderia me descrever seu trabalho? 4) Que trabalho você realiza com os autores? (revisão de manuscritos? Cessão de direitos para publicação em língua original? Cessão de direitos para publicação para tradução? Cessão de direitos audiovisuais?) 5) Questões de atividades cotidianas: Como é um dia/semana típica sua? (quem você encontra mais frequentemente: autores, editores? Por quais razões?) 6) Normalmente você representa integralmente toda a obra de um escritor ou somente uma obra em particular? 7) Como o trabalho se organiza na sua agência? Há domínios de especialização (jurídico, contábil, etc.)? 8) Como você escolhe seus autores (ou livros)? Você seleciona mais projetos que recebe e/ou vai à procura de novos autores e novas autoras? 9) Como se dá a seleção? Quais são seus critérios? 10) Como você faz a prospecção para a cessão de direitos autorais? E para os direitos de tradução? E para os direitos audiovisuais? Você trabalha com alguns editores mais particularmente e mais frequentemente?... 11) No que diz respeito à tradução, para quais países/línguas você mais cede direitos? Se representa autores/livros infanto-juvenis, é diferente o fluxo de cessão de direitos de tradução? 12) Quais cláusulas principais o contrato com o autor comporta? 13) Qual geralmente é sua porcentagem nos negócios? É diferente para o gênero infanto-juvenil (caso trabalhe com esse gênero)? Que porcentagem você recebe trabalhando como representante de outras agências (trabalho de sub-agente)? 14) Qual a sua responsabilidade em relação ao autor? Você se sente responsável pelo conteúdo da obra? E quando se trata de um livro infanto-juvenil? 15) Você chegou a tomar contato ou ficou sabendo de casos de processo por plágio? Você já se confrontou com problemas de censura de obras ou/e de autores? 16) Questões de feiras internacionais: você vai as feiras de Londres/Bolonha/Frankfurt? Como se organizam seus dias nas feiras, o que normalmente você faz? Quem você costuma encontrar (editores, outros agentes, autores, etc...) 17) Sua agência pertence a uma associação profissional? Se sim, a qual e o que ela oferece para os agentes associados? 8) Você diria que a profissão de agente é uma profissão feminizada? Por exemplo, mais que a edição? 19) Quais são seus projetos futuros? Por favor diga sua: data e lugar de nascimento, formação educacional (completa), profissão dos pais.

das vendas *on-line* (Amazon e *sites* de venda de livros usados), o aparecimento dos agentes literários e a emergência das grandes corporações editoriais transnacionais (THOMPSON, 2013, 2021).

Os(as) agentes literários(as), entre outras funções, representam produtores literários e são responsáveis pela negociação de contratos de edição, tradução³, adaptação de livros em outros formatos e suportes, etc. O agente ganha uma porcentagem em cima de cada contrato firmado (algo em torno de 10 a 20% em média). Devido à sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções cada vez maior dos editores – graças à reestruturação de mercado editorial nos anos 1980 e 1990, que dentre outras coisas reduziu e terceirizou diversas etapas e funções do processo de publicação, visando enxugar a estrutura operacional das editoras e assim diminuindo despesas com a folha de pagamentos – os agentes têm assumido algumas funções antes exclusivas da editoração: procura de novos talentos, trabalho de revisão e consultoria criativa para os textos, etc. (THOMPSON, 2013, 2021; PARDO, 2018). Tornaram-se verdadeiros coringas da vida literária, podendo e desempenhando uma quantidade bastante elevada de papéis no mundo da edição e também fora dele.

Além disso tudo, agentes têm desempenhado forte papel enquanto vetores de internacionalização dos escritores, conforme propõe Thompson (2013, 2021), atuando, inclusive, como novos guardiões (*gate keepers*) do campo literário. Os editores em geral cada dia mais estafados e com cada vez menos tempo e recursos humanos à disposição para ler centenas de milhares de originais, recorrem aos catálogos dos agentes que previamente realizam a triagem de originais. Deste modo, as editoras passam a receber dezenas de manuscritos já filtrados e resumidos para uma avaliação muito menos exaustiva e longa.

O aparecimento de agentes literários cada vez mais poderosos alterou a dinâmica do espaço literário de língua inglesa, desde pelo menos a virada do século XIX para o XX, conforme mostra Gillies (2007). Logo, esses atores não são figuras novas no mundo literário, porém atualmente eles vêm desempenhando o papel de defensores dos direitos de seus autores, diferentemente de seu antigo papel mais vinculado a uma espécie de

³ Embora não trabalhado aqui, as agências literárias brasileiras, tiveram papel importante no desenho do programa de Apoio à tradução de autores brasileiros no exterior criado pelo Estado brasileiro na década de 2010, os agentes se envolveram no desenvolvimento da política e também nas seleções das obras contempladas com as bolsas, sendo muitos e muitas contemplados pelo programa, o que facilitava em muito seu trabalho de vendas de direitos e prospecção (cf. SANTOS, 2022).

intermediação ou corretagem para editores, defendendo ao mesmo tempo nesse período os interesses de editoras e escritores (PARDO, 2018).

Os agentes, ou superagentes, como os define Thompson (2013, 2021), ampliaram sua presença e seu poder no espaço editorial a partir da própria expansão do mercado varejista de livros, que impôs novos contratos e novas obrigações com as quais poucos escritores sozinhos souberam lidar⁴. As negociações de direitos de tradução e demais direitos de exploração de uma obra (bem como a gestão da figura pública de autores[as]) foram se tornando mais e mais complexas, fazendo com que algumas editoras até preferissem tratar com agentes, por serem profissionais mais preparados para tratar dessas questões do que com os escritores sem domínio de trâmites burocráticos comerciais.

Este artigo busca explorar o funcionamento da atividade de agenciamento literário através do mapeamento dos seus principais protagonistas no país. Como a bibliografia sobre o tema é escassa na sociologia da cultura e da literatura, resumindo-se aos estudos de Pardo (2018), convido mais pesquisadores a futuramente desenvolverem mais pesquisas no tema, já que este texto está longe de esgotar as possibilidades de análise que o objeto oferece.

O mapeamento visa a identificar e esboçar do lugar no campo (relevante e ao mesmo tempo frágil) ocupado pelos agentes literários, mostrando uma característica um pouco diferente da defendida por Pardo (2018), que segue na esteira de Thompson (2013, 2021), mostrando os agentes brasileiros e seus papéis, muito à luz da experiência estadunidense e europeia (notadamente, inglesa). Uma hipótese que apresentamos e uma possível pista para a manutenção de uma posição central dos(as) agentes literários(as) brasileiros(as), porém sem o mesmo poder de influência de seus pares estadunidenses e europeus, são as diversas iniciativas que criam em paralelo à profissão (cursos de escrita, *ghost writing*, etc.) e o caso singular de Dênya Rabelo, que se torna uma agente exclusivamente voltada para a inserção de livros brasileiros em editais públicos de compras estatais latino-americanos.

Além disso, como parte dessa exploração e mapeamento, definimos as gerações de agentes literários(as) que trabalharam e trabalham no Brasil e tentamos definir seus principais traços, quanto ao seu recrutamento social e

⁴ Entre outras, as mais citadas pelos e pelas agentes entrevistados foram: cuidado com cláusulas sobre direitos de adaptação da obra para outras linguagens artísticas, atenção à data de término do contrato de direitos autorais, determinação da destinação do estoque de livros remanescentes após o encerramento do acordo, o valor do adiantamento e de *royalties*, definição de cessão de direitos digitais e de audiolivros etc.

condições de exercício de sua profissão, chegando a duas gerações principais, uma de imigrantes-pioneiros da atividade, que se dedicavam à representação de catálogos de editoras estrangeiras no país e representação de autores brasileiros no exterior. Os agentes eram em sua maioria recrutados no próprio universo do mundo editorial ou tradutores. Nesse período, os homens eram maioria em relação às mulheres nas agências.

A segunda geração de agentes continua sendo recrutada no mercado editorial, mas já apresenta um número de indivíduos que são herdeiros da primeira geração. Atores que iniciam seu trabalho em vantagem em relação a outros e outras, que foram recrutados principalmente do jornalismo e das áreas de contrato e marketing do meio editorial. Há o aparecimento de figuras advindas do mundo dos negócios e sem nenhuma, ou pouca, ligação com o mundo literário, mostrando em contornos mais nítidos a face mais comercial do agenciamento.

A observação das formas de recrutamento e das condições de trabalho dos(as) agentes literários(as) no Brasil, entre 1960 e 2010, mostra por outro prisma a própria evolução do campo literário. E apesar de ser um estudo mais exploratório, arrisco algumas hipóteses a serem trabalhadas mais ao final do texto. Diferentemente dos superagentes do mundo inglês, conforme caracterizados por Thompson (2013, 2021), o agenciamento brasileiro é muito mais frágil e menos poderoso – conforme sugerido. Isso porque o mercado editorial nacional ainda é bastante limitado, apesar de sua expansão no final dos anos 1990 e começo dos 2000.

Tal hipótese pensada a partir dos estudos de Pierre Bourdieu (2002) sobre a circulação de bens simbólicos no espaço internacional pode nos levar a pensar que não só os objetos culturais (livros, filmes, quadros, etc.) enfrentam restrições estruturais na passagem entre fronteiras de criação e recepção. As próprias profissões do mercado de bens simbólicos sentiriam os efeitos de seus contextos nacionais de atuação e a força ou fraqueza relativa desses espaços na arena internacional mais amplas. Assim, se agentes ingleses e estadunidenses são superpoderosos, os brasileiros e brasileiras possuem poderes e atuação mais limitados.

Em segundo lugar, o recrutamento social dos agentes literários parece indicar que a profissão se consolida e nasce, principalmente, não de um excesso de demanda que abriu espaço para estes/estas profissionais, mas sim de um retraimento do mercado editorial (também do jornalismo), que expulsou profissionais “caros” da edição dos selos tradicionais, e, vendo-se sem emprego formal e com dificuldades de se encaixarem no mercado novamente, buscaram

na construção do próprio empreendimento literário uma saída. Vejamos as características da primeira geração de agentes:

1ª Geração de agentes literários no Brasil

Com o objetivo de complementar a pesquisa feita principalmente através de entrevistas e nos *sites* das agências literárias na internet, busquei lançar mão da pesquisa documental em jornais sobre os/as agentes literários(as) no Brasil. Para tal fim, utilizei a hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional⁵, na qual é possível pesquisar um extenso acervo de jornais brasileiros. O período coberto foi do século XVIII até o XXI, todavia, para os fins deste trabalho, foi necessário focar a análise somente entre as décadas de 1940 até 2010.

Nos anos 1940 a 1950, quando se pesquisa a ocorrência do termo agente literário nos jornais, encontram-se notícias apenas sobre a atuação de agentes literários ingleses e estadunidenses em seus respectivos países. Somente nas décadas de 1960 e 1970 que começaram a ser noticiadas a chegada e atuação de agentes literários no Brasil, agentes brasileiros e também estrangeiros. Nesse período até os anos 1980, os(as) principais agentes são:

Quadro 1 - 1ª Geração de agentes literários no Brasil

1ª Geração de agentes literários(as)					
Agentes	Local de Nascimento	Cidade/Estado/País da agência	Ano de Fundação da agência	Ocupações	Especialização
Johannes Erwin Bloch	Alemanha	Brasil, RJ, Rio de Janeiro	Década de 1950	Agente literário	Representação de catálogos de editoras inglesas no Brasil
Thomas Colchie	EUA	EUA, NY, Nova Iorque	Década de 1970	Agente literário/ tradutor	Representação de autores brasileiros nos EUA
Ray-Gude Mertin	Alemanha	Alemanha, Hesse, Frankfurt	1982	Agente literária/ tradutora	Representação de autores de língua portuguesa e espanhola na Europa e no mundo
Romuto Paes Sarreto	Brasil	Brasil, RJ, Rio de Janeiro	Década de 1970	Agente literário/ Funcionário Público/ Advogado	Representação de autores brasileiros no Brasil
Carmen Salcells	Espanha (Catalunha)	Espanha, Catalunha, Barcelona	Década de 1970	Agente Literária	Representação de autores de língua portuguesa e espanhola na Europa e no mundo

Fonte: Dados da pesquisa.

⁵ Site de acesso a hemeroteca digital: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

No Brasil há uma imprecisão sobre qual teria sido o primeiro agente literário, se Rômulo Paes Barreto ou se Johannes Erwin Bloch. Conforme história relatada por Karin Schindler, a primeira agência⁶ foi criada por Johannes Bloch no final dos anos 1950, em São Paulo. Vamos às trajetórias dos dois para melhor compreender como implantaram o papel de agente e o agenciamento literário no Brasil.

Rômulo era Pernambucano e advogado de formação. Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (INL) como assistente regional em Pernambuco, assessor de relações públicas e também assessor do presidente do INL. Como funcionário público ainda foi chefe de cultura escolar do Ministério da Educação e assessor do secretário geral do ministro da Saúde. Também atuou como advogado, jornalista no *Última Hora* e no *Jornal de Letras*, colunista de livros no *Boletim Ariel*, diretor cultural no Clube dos Advogados do Rio de Janeiro e, por fim, Diretor de Atividades Culturais na Associação Brasileira de Imprensa. Representava autores como: Assis Brasil, Walmir Ayala, Ondina Ferreira, Esdras do Nascimento, Maria Lucia Amaral, Osman Lins (textos teatrais), também alguns juristas e psicólogos.

De fato, em diversas matérias de jornais, Rômulo é descrito como o primeiro agente literário brasileiro, mas em tom comumente propagandístico. Em algumas entrevistas, fazia questão de ressaltar que essa atividade era apenas experimental, e como mostra sua biografia, ele não abandonou seus cargos públicos em nenhum momento para se dedicar exclusivamente ao agenciamento literário. Nos anos 1990 parou de aparecer nas páginas dos jornais como agente e começou um doutorado em Direito na UFRJ. Depois disso, assumiu um cargo que ocupou até o final de sua vida na Associação Brasileira de Imprensa, na seção cultural. Por isto, levamos em conta Rômulo como agente, não necessariamente como o primeiro ou o mais importante, mas, sem dúvida, como o primeiro brasileiro que ensaiou inventar essa ocupação no Brasil (BARRETO, 1975, 1977).

Já Johannes Bloch era alemão e foi casado com uma descendente de judeus. O casal teve um filho de ascendência judaica, o que os forçou, durante a Segunda Guerra Mundial, a uma fuga de seu país. A primeira parada do exílio foi a Inglaterra e, em seguida, rumou para o Brasil. Bloch advinha de uma família que possuía uma editora de textos teatrais na Alemanha. Na Inglaterra

⁶ Sorá (2010) registra que já nos anos 1930, 1940 a Livraria Globo se valia de agentes sediados em Nova Iorque para antecipar lançamentos e conseguir exclusividade na compra de direitos de tradução. Segundo o autor, a difusão de autores brasileiros por agentes literários(as) brasileiros(as), no entanto se daria somente a partir de 1980.

procurou trabalhos ligados à edição, com os quais já tinha familiaridade, assim trabalhou brevemente em uma editora inglesa, onde teceu uma importante rede de relações comerciais. A partir dessa rede trouxe consigo alguns contratos ingleses para representação de catálogos editoriais no Brasil.

Em 1956, já no Brasil, Jorge Zahar convidou Johannes Bloch para trabalhar para ele com negociações de direitos de tradução, levando em conta sua experiência com o mercado editorial e o fato de Bloch, a época, ser o representante de oito editoras inglesas no Brasil. Atendendo ao pedido de Zahar, Bloch primeiro trabalhou no interior da Zahar editores como responsável por contratos editoriais estrangeiros e, em seguida, com a ampliação do ramo, criou sua própria agência e contratou uma garota alemã chamada Karin Schindler (de família judaica, refugiada no Brasil também pelos eventos da Segunda Guerra Mundial). Ela foi inicialmente (a partir de 1974/1975) secretária trilingue (inglês, alemão e português) de Bloch, assumindo a agência com a morte deste em 1981. (ALMEIDA, 2015; NETO, 2015; GIANNINI; 2016; NETO, ALMEIDA, 2015). Karin permaneceu como chefe da agência até 2015, quando se aposentou.

Não eram só Bloch e Rômulo Paes Barreto que abriam agências no país, também nos anos 1970, a já renomada Carmen Balcells abriu uma filial brasileira da sua agência catalã, e Ray-Gude Mertin juntamente com Thomas Colchie eram tradutores/agentes que buscavam abrir seus próprios negócios.

Carmem Balcells nasceu em 1950 em um pequeno povoado catalão chamado Santa Fé de Segarra. Seus pais eram pequenos proprietários de terra e possuíam algumas cabeças de gado. Quando se transferiu para Barcelona, já era jovem-adulta e trabalhava para uma associação de industriais, onde tomou a cargo a publicação de catálogos de propaganda e promoção de algumas indústrias, tendo assim seus primeiros contatos com o mundo editorial.

Começou a trabalhar como agente literária a partir dos anos 1950, quando foi contratada por Carlos Barral em sua editora Seix Barral para ser uma agente interna, que lidava com direitos autorais do selo. Incomodada com a posição de agente literária de uma editora, Carmen saiu do trabalho e decidiu trabalhar como agente representante de escritores. Após essa decisão, foi contratada pelo escritor Vintila Horia para ser sua correspondente em Barcelona – a agência de Vintila se chamava Acer. Em 1960, Vintila decidiu vender sua agência, e Carmen a comprou, criando a própria agência em Barcelona ainda nos anos 1960. Dos anos 60 em diante ela teve papel destacado na promoção do chamado *boom* da literatura latino-americana, quando era representante de autores que se tornariam clássicos: como Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Julio

Cortazar, Pablo Neruda, Isabel Allende, Rubem Fonseca, Clarice Lispector e Nélide Pinon. Faleceu em 2015 em sua cidade natal (RODRIGUES, 2015, La Cláusula Balcells, 2016; BALCELLS, s.d.).

Diferentemente de Balcells, a agente alemã Ray-Gude Mertin (1943 - 2007, nascida em Marburg) teve um percurso mais ligado à universidade. Era formada em Literatura Brasileira e Filologia Germânica pela Universidade de Berlim. Sua primeira vinda ao Brasil foi em 1969, pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (BUENO, 1991). Através desse mecanismo, ela assumiu o departamento de língua alemã da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e também deu aulas na Universidade de São Paulo. Mertin só saiu do Brasil em 1977 para morar em Nova Iorque, e ainda retornou à Alemanha após 8 anos, onde defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Colônia, que tratava do livro *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna. Fundou sua própria agência, a Mertin Literary Agency, apenas em 1982.

Muito provavelmente foi no período em que esteve em Nova Iorque que a agente alemã conheceu Thomas Colchie. Ambos foram sócios durante alguns anos, na década de 1970, traduzindo e publicando autores(as) brasileiros(as) simultaneamente nos EUA e na Alemanha (entre outros escritores e escritoras traduziram/agenciaram Clarice Lispector, Murilo Rubião, Ariano Suassuna, Márcio Souza, Jorge Amado, Moacyr Scliar, Ignácio de Loyola Brandão, etc.).

Colchie (SANDRONI, 1977) assim como Mertin tinha uma trajetória mais vinculada à universidade. Estudou Civilização Hispano-Americana na Universidade de Princeton, onde realizou as primeiras leituras de autores brasileiros: Machado de Assis e Euclides da Cunha. Interessado pela língua portuguesa, foi para uma universidade em Portugal, onde começou a se especializar na tradução do português para o inglês, posteriormente tendo feito doutorado em português medieval. De volta aos EUA, foi professor de literatura comparada no Brooklyn College da City University de Nova Iorque. Enquanto lecionava, traduzia alguns contos de autores brasileiros para revistas estadunidenses, como a *New Yorker*, e devido ao êxito que obteve começou a ser procurado por escritores para que representasse suas obras nos Estados Unidos. O que começou a ser feito como uma atividade subsidiária terminou como atividade principal, juntamente com a de tradutor.

Todos(as) esses(as) agentes se tornaram importantes atores do mercado editorial brasileiro, sobretudo para a negociação de catálogos de editoras estrangeiras que desejavam ter seus livros vendidos no Brasil e como vetores de divulgação, tradução e publicação de autores brasileiros no exterior. Conforme demonstra o Quadro 2, os estrangeiros dominavam a profissão no

Brasil – chamando a atenção para a existência prévia desses profissionais em países centrais e de longa tradição literária. Apenas um brasileiro ter tentado a sorte como agente e não ter logrado grande sucesso e perenidade chama a atenção para o fato de que o mercado editorial brasileiro ainda era bastante incipiente e não dava espaço para a presença de um agente literário que cuidasse apenas da representação de autores locais em território nacional. Muito provavelmente a falta de conexões e relações com editores internacionais foi um fator que bloqueou a continuidade da carreira de representante de escritores de Rômulo Paes de Almeida. Em compensação, os estrangeiros e estrangeiras vinham de espaços literários com tradições literárias longevas e de mercado editorial consolidado (Ray-Gude, Johannes Bloch e Karin Schindler da Alemanha; Balcells da Espanha; e Colchie dos EUA). Porém, nem mesmo estes puderam se dedicar em sua maioria apenas ao agenciamento literário, exceção de Balcells. Ray-Gude e Thomas Colchie eram também tradutores e Johannes Bloch estava bastante ligado a selos editoriais nacionais e de fora.

Os homens dessa geração são maioria em relação às mulheres, relação que irá se alterar nas décadas seguintes. Outra mudança será a de recrutamento social, se nessa primeira geração dominam os imigrantes vinculados ao mercado editorial ou ao mundo editorial, na segunda geração temos um recrutamento mais amplo e que começa a extravasar os contornos do mundo literário.

No final dos anos 1980 e 1990, a segunda geração de agentes se deparou com condições mais favoráveis ao exercício exclusivo do agenciamento de dedicação integral à gestão da carreira de seus escritores e das publicações deles.

2ª Geração de agentes literários no Brasil

Quadro 2 - 2ª Geração de agentes literários no Brasil

2ª Geração de agentes literários(as)					
Agentes	Local de Nascimento	Cidade/Estado/País da agência	Ano de Fundação da agência	Ocupações	Especialização
Ana Maria Santeiro	Brasil	Brasil, RJ, Rio de Janeiro	1989	Agente literário(a)	Representação de autores brasileiros no Brasil e no mundo
Karin Schindler	Alemanha	Brasil, SP, São Paulo	1981	Agente literário(a)	Representação de autores e catálogos de editoras estrangeiras no Brasil
Lucia Riff	Brasil	Brasil, RJ, Rio de Janeiro	1991	Agente literário(a)	Representação de autores brasileiros no Brasil e no mundo, além de representar catálogos de editoras estrangeiras no país
Luciana Villas-Boas	Brasil	Brasil, RJ, Rio de Janeiro	2012	Agente literário(a)	Representação de autores brasileiros no Brasil e nos EUA
Nicole Witt	Alemanha	Alemanha, Frankfurt	2006	Agente literário(a)	Representação de autores de língua portuguesa e espanhola na Europa e no mundo
Flávia Viotti	Brasil	EUA, NY, Nova Iorque	2013	Agente literário(a)	Representação de autores independentes estadunidenses nos EUA e no mundo
Pasi Loman	Finlândia	Brasil, SP, São Paulo	2012	Agente literário(a)	Representação de autores nórdicos/ escandinavos no Brasil e de brasileiros nos países nórdicos/ escandinavos
Valeria Martins	Brasil	Brasil, RJ, Rio de Janeiro	2008	Agente literário(a)	Representação de autores brasileiros no Brasil
Dênya Rabelo	Brasil	Brasil, MG, Belo Horizonte	1994	Agente literário(a)	Representação de catálogos de editoras brasileiras de livros infantis e didáticos em programas de compras governamentais da América Latina

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os anos 1980 e 1990, além da transição democrática, o país viveu uma longa transição econômica, que atuou no sentido de estabilização econômica ainda que com permanência de desigualdades. Todavia, o surgimento do Real e o fim das taxas de hiperinflação foram benéficos para editores e toda a cadeia de comercialização do livro. Assim, a partir de 1993, viu-se um florescimento de novas editoras no Brasil e um crescimento acentuado da produção e comercialização do livro (REIMÃO, 1996; HALLEWEL, 2012; STELLA, 2018).

Além desse efeito vale mencionar a constante queda nas taxas de analfabetismo e um desenvolvimento que vinha desde décadas anteriores, da chamada indústria cultural brasileira (incentivada pelos militares), sobretudo no setor audiovisual vinculado à televisão (ORTIZ, 1989). Tal cenário acenava para um mercado literário nacional em expansão, ainda que em boa medida esse crescimento fosse sustentado por compras de livros didáticos pelo governo (CASSIANO, 2013) e os resultados das editoras apresentassem valores sempre deficitários (SÁ-EARP; KORNIS, 2010).

O conjunto de agentes que atuou no período mencionado foi consideravelmente diferente, no que toca as suas origens e trajetórias sociais, do de seus predecessores, e os desafios que encararam no mundo dos livros mudaram qualitativamente e quantitativamente. Divido os(as) agentes desse período entre os(as) herdeiros(as) e os(as) profissionais do mundo editorial reconvertidos(as) em agentes literários(as). Vamos aos(às) primeiros(as).

As primeiras agências que se dedicaram a representar privilegiadamente autores brasileiros no próprio espaço nacional foram as de Lúcia Riff e de Ray-Gude Mertin – esta última sucedida em 2007 por Nicole Witt. Riff tem 63 anos e é natural do Rio de Janeiro - RJ, ex-funcionária do escritório brasileiro da agência Carmem Balcells do Rio (criado em 1976/1977 e fechado em 1991). Lúcia foi a responsável pelo fechamento do escritório de Carmem em 1991 e, ao mesmo tempo, decidiu abrir sua própria agência, na esteira de sua antiga chefe. Ela começou a trabalhar com a agente espanhola em 1983 por aproximadamente um ano. Depois se demitiu e foi então contratada pela editora Nova Fronteira, na qual trabalhou no setor de direitos autorais (contratos). Após isto ainda esteve em outros projetos editoriais. Quando, em fins dos anos 1980, começo dos anos 1990, Carmem a convidou para ajudar a fechar sua filial no Brasil, não hesitou em assumir a tarefa e e depois abrir sua própria agência.

A Agência Riff conta atualmente com 12 funcionários, metade mulheres, metade homens. Eles estão divididos entre representantes de autores no Brasil e no cenário internacional. Agenciam ao todo mais de 100 escritores no Brasil e ainda atuam com a representação de catálogos estrangeiros no país e direitos autorais no exterior. Lúcia vai todos os anos à Feira de Frankfurt e também à de Guadalajara. No entanto, ela menciona na entrevista que para os agentes brasileiros muitas vezes o investimento para ir às feiras é tão grande que não vale a pena, já que os números pagos pelos direitos (de tradução) de língua portuguesa são muito baixos.

Nicole Witt é a atual chefe da Agência Mertin – fundada em 1982 pela professora de filologia alemã, Ray-Gude Mertin, que também foi tradutora do português para o inglês e o alemão, conforme já citado (BUENO, 1991). A Mertin Literary Agency mudou de dona, após a morte de sua fundadora em 2007. Witt (49 anos, nascida em Soest - Westphalia) assumiu a empresa, que já desfrutava de grande visibilidade, a partir de 1999, quando um escritor de seu catálogo, José Saramago, recebeu o primeiro Prêmio Nobel da Língua Portuguesa.

Sua atual diretora fez estudos técnicos no setor bancário e, em seguida, começou um bacharelado em Filologia, onde conheceu uma professora (colega de Ray-Gude Mertin) que a colocou em contato com a agente literária. Assim, em 1999, Nicole começou sua carreira como agente chamada por Ray-Gude para trabalhar com ela. Atualmente a agência tem 3 funcionários, 2 mulheres e um homem. Ao contrário dos agentes brasileiros e brasileiras, Nicole viaja o tempo todo para feiras e festivais literários: Londres, Frankfurt, Montevidéu, Buenos Aires, Guadalajara, Gotemburgo e, às vezes, Lisboa. No Brasil, ela frequenta a Festa Literária de Paraty e algumas editoras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ela representa escritores de língua portuguesa (Portugal, Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa) em território brasileiro e no exterior – além de escritores de língua espanhola. Mertin e Riff são consideradas as agências mais prestigiadas para escritores brasileiros(as) e mais amplamente para todos(as) autores(as) de língua portuguesa.

Outras duas agentes herdeiras são Karin Schindler e Ana Maria Santeiro. A primeira, como já referido, era estrangeira e trabalhou como secretária de Johannes Bloch até a morte deste, quando assumiu seu negócio. Comandou sua agência Karin Schindler - Agência Literária até o ano de 2015, quando se aposentou. Karin, porém, por gosto pessoal, como conta em várias de suas entrevistas, nunca quis trabalhar com representação de autores brasileiros, por achar que eram muito ansiosos e ficavam no pé de seus agentes, fato que a incomodava muito.

Já Ana Maria Santeiro é a segunda herdeira de Carmem Balcells no Brasil. Formada em Administração de Empresas pela PUC-RJ, ela começou a trabalhar com Carmem entre as décadas de 1970 e 1980, fundando depois sua própria agência, a AMS Agenciamento Literário, em 1989. Ana representava importantes autores infanto-juvenis, como Maria Clara Machado, Ruth Rocha e Ziraldo. Apesar de ter entre seus clientes expoentes da literatura adulta, como Ligia Fagundes Telles e Érico Veríssimo, a agente acabou se especializando na representação de escritores de literatura infanto-juvenil brasileira.

Chamo essas agentes de herdeiras, pois todas aprenderam seus ofícios com agentes literárias(os) que basicamente criaram a profissão e fundaram as primeiras agências situadas no Brasil ou dedicadas a escritores brasileiros privilegiadamente. Assim como a profissão de escritor, a de agente literário não apresenta um diploma específico para seu exercício, sendo, portanto, uma atividade que comporta diversos trajetos de origem e de chegada. Um dos trajetos típicos identificados no caso brasileiro é o de ex-funcionárias(os) de agências que assumem o negócio da(o) antiga(o) chefe ou abrem sua própria agência. Normalmente largam em vantagem em relação a outros atores do mercado editorial, que resolvem criar suas agências do “zero”, pois já possuem um *know-how* de seu ofício, além da rede de contatos no mundo literário e do catálogo de autores, livros e editoras já trabalhado pelos pais/mães fundadores.

O segundo grupo de agentes que não são herdeiros se caracteriza por pessoas oriundas de profissões do mercado editorial que, dadas as oportunidades e contingências de seu trabalho, resolveram reconverter suas trajetórias em direção à profissão de agente literário, olhada por eles(as) como uma forma de independência e empreendedorismo, ainda que bastante desgastante, em relação a seus antigos trabalhos mais formais de editores(as), tradutores(as) e/ou jornalistas.

Um das agentes “empreendedoras” é Luciana Villas-Boas. Ela se formou em História, porém, logo após a faculdade, começou a trabalhar com jornalismo. Passou pelo telejornalismo da Rede Globo, pela revista *Veja* e pelo *Jornal do Brasil*. Neste último trabalhou por 10 anos, e foi através do trabalho na seção “Ideias” que começou a ter contato com diversos editores. Depois disso teve longa carreira na editora Record, onde foi diretora editorial entre 1995 e 2012. Demitiu-se de seu cargo na Record para abrir sua própria agência em 2012, a Villas Boas & Moss (SANTOS, 2018). Sua equipe é de 4 pessoas, sendo ela e seu sócio fundador Raymond Moss metade da agência, e a outra metade é composta por uma sócia e um segundo agente literário. Villas-Boas se dedica mais aos autores brasileiros, e sua equipe aos estrangeiros.

Trajetória parecida possui Valéria Martins, que trabalhou nas editoras Campus e Elsevier e no Grupo Editorial Record, onde, inclusive, foi chefiada por Luciana Villas-Boas. Antes de entrar no mundo editorial em 2014, no departamento de marketing da Campus e Elsevier, Valéria costumava trabalhar privilegiadamente como jornalista, sua área de formação (fez graduação na PUC-RJ). Assim como Luciana, Valéria saiu da Record para abrir sua própria empresa na virada da década de 2000 a 2010 (mais precisamente

em 2008). Sua agência, a Oasys Cultural, oferece diversos serviços para além do agenciamento literário clássico (representação de autores nacionalmente e internacionalmente): *coaching* para autores, curadoria e mediação de eventos literários, cursos para jovens autores que queiram saber mais sobre como publicar e divulgar seu trabalho (através de canal próprio no Youtube), etc. A sua estrutura de agenciamento é bem enxuta, a agente trabalha de um dos quartos de sua própria casa convertido em escritório e possui apenas mais um funcionário.

Diferentemente das herdeiras que encontraram caminho já pavimentado e um acúmulo de livros e autores em catálogos já constituídos, Valéria e Luciana se valeram de suas trajetórias no jornalismo e no mercado editorial para se “formarem” enquanto agentes. Suas redes de contatos e de possíveis clientes e o manejo de tarefas relacionadas à negociação de direitos autorais foram aprendidos no universo jornalístico (ligado à cultura) e no mercado editorial (nas seções de marketing e de direitos autorais das editoras). Porém outros caminhos ainda são possíveis.

Pasi Loman, por exemplo, antes de se tornar agente, teve uma atuação importante como tradutor do finlandês para o português. Após um primeiro trabalho de revisão e tradução do finlandês para o português, Pasi entrou em contato com editoras nórdicas para saber se poderia representar seus catálogos no Brasil. Naquela altura cogitava atuar como tradutor, porém, dado que um tradutor ganha muito pouco, segundo ele, valia mais a pena atuar na negociação dos direitos como agente literário. Finlandês, Pasi concluiu a educação básica em seu país natal e os estudos superiores em História na Inglaterra, onde chegou a concluir um doutorado em História Antiga. Seu plano original era se tornar professor universitário, mas um casamento com uma vizinha brasileira durante sua estada no Reino Unido mudou seu rumo e o trouxe para o Brasil. Aqui, ao perceber a pouca penetração da literatura nórdica, através de seus trabalhos de tradutor, enxergou uma oportunidade de negócio: a promoção da literatura de sua terra natal e de países vizinhos no Brasil, fato que gerou boas vendas para ele, como conta, dado que se tornou representante exclusivo de muitas editoras nórdicas no Brasil⁷. O escritório da Vikings Brasil é um *co-work*, e a agência é tocada por Pasi e sua esposa, ela

⁷ Importante notar que os direitos de tradução de livros de países nórdicos são consideravelmente mais baratos e menos concorridos em geral do que de obras francesas, inglesas e estadunidenses. Nestes espaços linguísticos dominantes e mais tradicionais os direitos de autor são mais inflados e normalmente já estão em posse de agências grandes e tradicionais, o que os encarece mais ainda.

trabalha com a parte financeira enquanto ele se dedica integralmente ao trabalho de agente.

Já Flavia Viotti, como disse em depoimento para esta pesquisa, apresenta uma trajetória um pouco mais *sui generis*, ou mais distanciada dos percursos mais frequentes que levam alguém à profissão de agente literário. Flavia é formada em administração de empresas e fundou sua agência, a Bookcase, ao perceber que autores independentes estadunidenses não eram publicados no Brasil e não tinham muitas opções de agenciamento fora dos EUA. Identificada essa lacuna, ela estudou sobre direitos autorais e como funcionava a dinâmica de funcionamento do mercado editorial. Em seguida, fundou sua própria agência no ano de 2012 em Nova Iorque, cidade onde morou por duas oportunidades e decidiu estabelecer residência com sua família. A agência, baseada em North Hollywood, na Califórnia (na época de realização da entrevista estava sediada em Nova Iorque), conta, além de Flávia, com mais duas pessoas, uma baseada em Lisboa, que auxilia no controle da lista de autores adultos, e uma terceira agente que cuida da lista de autores de infanto-juvenis (ou em inglês, *young adults*).

Temos, portanto, caminhos muito variados em seus pontos de partida e de chegada para a profissão de agente literário. Os mais típicos são aqueles traçados por ex-funcionários(as) herdeiros(as) dos(as) fundadores(as), em seguida egressos do jornalismo e do mercado editorial e, por fim, outras trajetórias ligadas à tradução ou mesmo novos atores que vêm de uma formação mais voltada para os negócios e para a administração de empresas. O recrutamento social predominante passa a ser o de mulheres no lugar dos homens, que parecem rarear na fileira dos intermediários literários. Voltaremos a isso nas considerações finais.

Vejam, agora, um pouco de como se deu e se dá o trabalho de agente literário.

Velhos e Novos desafios do agenciamento literário no Brasil

Considero que a atividade de agente literário em relação a situação do livro no Brasil não pode assumir evidentemente as mesmas características do trabalho de colegas desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos onde a profissão surgiu quase que simultaneamente com a invenção da imprensa. [...] há pouco mais de dois anos tinha convicção de que além de servir de intermediário entre o autor e o editor, era necessário trabalhar não só pela cultura como para divulgação do livro. (BARRETO, 1977, p. 3).

O depoimento de Rômulo Paes Barreto é eloquente da dupla dificuldade que enfrentava ao se arriscar a inventar a posição de agente literário profissional no Brasil. Em primeiro lugar, apesar da expansão do sistema cultural em geral, sobretudo a partir de incentivos a uma indústria cultural nascente (ORTIZ, 1989), o Brasil na década de 1970⁸ possuía taxas de analfabetismo ainda de 29,8% para homens e 36% para mulheres, segundo o censo de então (STELLA, 2018). Taxas que só viriam a cair com força nos anos 1990 e depois em 2000/2010, junto com uma maior escolarização da população dado os investimentos que o sistema de ensino em todos os níveis teve ao longo dos mesmos anos (RIDENTI, 2018).

Sem um público leitor ainda bastante robusto, o que dificultava a formação de um mercado interno de leitores mais amplo, também faltava a Rômulo Barreto uma rede de contatos internacional para a exportação/tradução de livros, capital que os(as) agentes pioneiros(as) estrangeiros(as) já tinham, devido ao seu trabalho no mundo editorial ou nas universidades como tradutores(as). Assim, Barreto ficava limitado ao cenário nacional, enquanto o resto da 1ª geração de agentes conseguia situar os escritores brasileiros, na onda do *boom* latino-americano (ainda que sem ter igual destaque aos escritores da literatura hispanófono) (PARDO, 2004, 2010).

Mesmo depois, quando nos anos 1990, com políticas econômicas que controlaram a inflação e trouxeram relativa estabilidade econômica para o país, com o fim da censura prévia pós-1988 e a disponibilidade de um leitorado maior, os(as) agentes literários(as) profissionais continuaram encontrando algumas dificuldades e barreiras para a sua atuação.

Como muitas agentes disseram em entrevistas para esta pesquisa a literatura brasileira e a de língua portuguesa entre 1990 e 2010 teve uma internacionalização razoável, mas continua longe de ser uma área linguística que gera lucros e adiantamentos tão volumosos como áreas linguísticas mais antigas e tradicionais, como: inglês, francês e espanhol. Como podemos notar no seguinte depoimento de uma das agentes entrevistadas:

⁸ Vale lembrar que a lei de direitos autorais no Brasil tinha sido promulgada apenas em 1973 no mês de dezembro, sendo ainda um mecanismo novo, que permitia um melhor controle da comercialização de livros por parte de autores e agentes literário, mas, por outro lado, trazia em seu bojo um mecanismo de censura prévia às obras. Daí muito provavelmente a atuação da primeira geração de agentes quase que exclusivamente com a tradução de autores brasileiros para fora do país, em países e mercados onde escritores(as) não seriam alvo de censura.

Entrevistador - Normalmente as tiragens de autores brasileiros traduzidos são baixas né?

Agente - É, dentro do Brasil também.

Entrevistador - 3.000 exemplares mais ou menos em média né... um autor jovem...

Agente - Sim, mais ou menos, é verdade. E sabe uma coisa, muitas vezes nos países nos países de fora é a mesma coisa. Se conseguimos vender algo na Suécia, vai ser bem mais baixa essa tiragem. Na Itália podem ser 3.000 também, às vezes nem vendem os 3.000, às vezes se vai fazer uma segunda edição, depende. Mas, em geral, hoje em dia é muito difícil a literatura em tradução do português, que não seja best-sellers, são poucos os best-sellers internacionais, e toda a atenção global vai a muitos poucos títulos, em nível mundial. E tem poucos best-sellers no mundo inteiro e se o livro não faz parte deles, é uma porcentagem, mínima, mínima, mínima. Se não faz parte, vai ser difícil. (Depoimento de uma agente para a pesquisa)

E as dificuldades não são notadas apenas por quem trabalha com circulação internacional de obras, muitas agentes relatam que a representação de um autor de ficção nacional, mesmo bastante premiado e prestigiado, do ponto de vista financeiro chega a não valer a pena:

(Responde sobre o trabalho mais tradicional de agenciamento de um autor e seus livros em território nacional)

Agente - Eu também faço, em alguns raros casos. E na maioria desses casos eu faço por prazer, pois autores brasileiros de ficção que são aqueles com os quais eu trabalho. Sempre se ganha, muito, muito, muito pouco dinheiro. Então eu trabalho, tenho muito prazer em fazer esse trabalho, mas assim eu diria que é um trabalho quase assim, eu diria que a remuneração é muito, muito pequena. Mas ninguém tá preocupado com isso, nem eu e nem eles. A gente faz pela literatura entendeu. (Depoimento de uma agente para a pesquisa)

Baixas traduções e tiragens fazem com o que o percentual que cada agente ganha por celebração de contratos de autores de língua portuguesa ou brasileiros(as) seja um valor bem abaixo do que o que é negociado por um agente inglês para a publicação de um(a) autor(a) inglês(a) ou estadunidense. Isto tem consequências práticas para a vida cotidiana de uma agência, a saber,

as agências que lidam somente ou privilegiadamente com brasileiros(as) ou de escritores de língua portuguesa devem possuir muitos clientes e estrutura enxuta para que deem lucro, o que aumenta a carga de trabalho para os(as) intermediários(as).

Bem eu respondo mais ou menos 150 e-mails por dia. Repasso outros tantos, é muito em cima do computador, e-mail. Leituras às vezes, artigos, coisas que surgem. Textos mais curtos eu leio aqui mesmo. Tenho muitas reuniões, autores que vêm nos visitar, alguns compromissos fora da agência também. Negociação de contratos, telefonema é um atrás do outro. [...] Às vezes estou no celular, toca o telefone fixo. A gente dá um jeito pede pra alguém esperar e depois liga de volta. É muito intenso (Depoimento de uma agente para a pesquisa).

A estrutura muito pequena e operada no limite cria essa rotina quase frenética. Adicione-se a presença necessária em festas de lançamento, sessões de autógrafos, feiras literárias nacionais e internacionais, encontros com editores, etc.⁹ Isso tudo acontecendo em um mercado literário teoricamente em expansão nos anos 1990 e 2000, mas, como pontuaram Sá-Earp e Kornis (2010), com uma crise de solvência em que o lucro real das editoras no período sempre esteve no negativo quando descontadas as taxas anuais de inflação.

Houve na mesma época, devido ao grande volume de compras governamentais de livros didáticos e literários, um *boom* sustentado um tanto artificialmente pela máquina estatal, e quando essas compras começaram a rarear devido à crise econômica, uma boa parcela do mercado editorial se viu em má situação, em muitos casos à beira da falência (MOREIRA, 2017).

A saída para a crise que veio forte em 2014 foi em muitos casos explorar novas possibilidades de trabalho para o agente, o que também gera a necessidade de mais trabalho. A necessidade de “inovação” da atuação do agente se deu, sobretudo, para aqueles(as) que não eram herdeiros(as) e, portanto, não possuem catálogo de autores já consolidado e estável.

Uma das saídas colocadas em prática foi a reunião de três agências literárias: Riff, Villas-Boas & Moss e MTS, que, juntas com a Amazon, publicaram antologias de contos chamada de Coleção Identidades (NETO, 2018). Aqui as agências e a *marketplace* de livros *on-line* americana se juntaram e driblaram as editoras para vender os contos de escritores(as) agenciados(as) diretamente em

⁹ É tanto trabalho e tão pouco tempo que muitos(as) agentes cobram, inclusive, pela primeira conversa com um(a) escritor(a), mesmo que este(a) não venha fechar contrato com a agência.

ebook na página web da Amazon. Neste caso as agências são as organizadoras dos livros, e a Amazon, a “editora”. Como se pode ver nas capas da coleção.

Imagem 1 – Capas da Coleção Identidades da Amazon organizada pelas Agências literárias



Fonte: Adaptado do site da Amazon.

Outra estratégia explorada pelas agências é a criação de canais de vídeos no Youtube, onde fornecem cursos para escritores iniciantes (ou até mais experientes) que queiram ter uma introdução à estrutura de funcionamento do mercado editorial e também de estratégias de publicação e divulgação de suas obras.

Imagem 2 – Home page do canal do Youtube da Agência Oasys Cultural



Fonte: Adaptado do Youtube.

O curso “O escritor no século XXI: Como escrever, publicar, divulgar e vender seu livro”, oferecido pela agente Valéria Martins a partir de sua agência Oasys Cultural, é composto de 10 videoaulas e prevê até (feito pagamento suplementar) sessões de *coaching* por Skype ou pessoalmente com a agente no Rio de Janeiro.

Neste caso, a experiência de agenciamento literário torna-se fonte de conteúdo pedagógico para escritores(as) neófitos(as) ou nem tanto assim, que talvez não desejem ter ou não foram aceitos por nenhuma editora e/ou agência literária.

Agências mais consolidadas e centrais, por exemplo, a Mertin, não tiveram de recorrer a tais expedientes, como já ressaltado, a existência de um catálogo previamente trabalhado, ter tido um autor entre os galardoados com o prêmio Nobel e sua presença para além do mercado brasileiro garantem a Nicole Witt e seu *staff* uma posição mais privilegiada e dominante. Sem tempo e espaço neste momento para mostrar como o papel de um agente pode ser determinante na vida de um escritor, ofereço pelo menos um exemplo.

Em entrevista concedida à pesquisa de mestrado (STELLA, 2018) Luiz Ruffato destaca a importância que a atuação da agência Mertin tem na sua trajetória literária. Graças ao esforço de Nicole Witt, boa parte de sua obra foi traduzida para o alemão, e o autor frequentemente vai à Áustria e Alemanha para lançamentos e palestras. Essa atividade extra lhe rende um pagamento estável para além dos direitos autorais e do adiantamento em euros da edição europeia, pago antecipadamente – diferente do que ocorre no Brasil. Além da presença na Alemanha, Ruffato destaca a presença de suas obras em alguns países Escandinavos, onde, graças ao trabalho de sua agente, também faz excursões literárias pagas, que o auxiliam a fechar o orçamento doméstico mensal, pois, como ele mesmo diz, viver só de direitos autorais é irreal para qualquer escritor brasileiro. As atividades conexas e as traduções no exterior são fundamentais como complemento de renda, ou, talvez, nem devam ser chamadas de complemento, confundindo-se com a renda principal dos escritores.

Deste modo, sem os milhões de vendas de um Harry Potter ou de um dos livros de Stephen King, e sem agências com centenas de funcionários, tal como descreve os agentes ingleses e estadunidenses (THOMPSON, 2013), os(as) agentes brasileiros(as) ou estrangeiros(as) que trabalham com literatura brasileira ou de língua portuguesa tentam abrir espaço para seus trabalhos e manterem suas firmas de pé, mesmo que, para isso, como mostrado, em tempos

de crise tenham que assumir verdadeiro papel de coringas, assumindo ainda mais posições e funções do mundo editorial, que antes lhes eram alheias.

Agentes de mudança em transformação permanente

Content might be king, but distribution is the kingdom.
(THOMPSON, 2018).

Bourdieu (2002), ao tratar sobre a circulação transnacional de bens simbólicos (culturais), afirma que o nó central para se pensar como se dá a passagem de um bem de um campo nacional ao outro é constituído pelos intermediários culturais. No caso da literatura, os intermediários que vêm ganhando centralidade são os(as) agentes literários(as), principalmente entre o fim do século XX e o início do XXI – embora existam pelo menos desde o século XIX na Inglaterra, como mostra Gillies (2007).

Para dar um último exemplo concreto do papel central dos agentes literários como aqueles(as) que são responsáveis centrais pela circulação transnacional de livros, destaco a atuação de Dênya Rabelo, na sua agência Abroadbooks. Pela sua posição singular, no campo, Dênya também é mais um exemplo da busca de alternativas para exercer a posição de agente no Brasil. Ela desde 1994 trabalha analisando catálogos de livros infantis e juvenis de editoras brasileiras, procurando livros que se enquadrem em processos de compras estatais de países latino-americanos, que, assim como o Brasil, a partir de 1985 (CASSIANO, 2013), passaram a estruturar grandes programas de compras de livros para suas escolas e também bibliotecas, aconselhados por organismos internacionais, tais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Dênya é nascida em Diamantina, Minas Gerais, e teve uma mãe diretora escolar e um pai funcionário dos Correios. O incentivo pela leitura veio da mãe e, apesar de ter se formado em secretariado executivo bilíngue, ela logo ingressou na editora *Ler*, em Belo Horizonte, onde permaneceu por 10 anos. Teve uma formação em administração pela FGV, com passagem pela universidade americana UCLA, em Santa Bárbara, na Califórnia, e também fez na Universidade de Salamanca espanhol como língua estrangeira e estudos hispânicos.

Todo esse percurso acadêmico e de trabalho fez a então funcionária da *Ler* notar nas feiras do livro internacionais das quais participava haver uma demanda do mercado de livros em língua espanhola para as licitações

internacionais de compras de livros juvenis. Vendo essa oportunidade, inscreveu a *Ler* em uma licitação em La Paz, onde obteve êxito, passando a se dedicar dentro do selo, somente a essa função. Com o tempo, e a tessitura e o adensamento de vínculos com distribuidores locais de livros em cada país da América Latina, a possibilidade de participação em licitações em quase todos os países da região fez que com o tempo ela pensasse em trabalhar autonomamente, o que fez a partir do início dos anos 2000.

Hoje trabalha sozinha, mas com uma rede de editoras e distribuidores locais, que, quando ganham uma licitação, dividem os lucros e pagam a ela uma comissão. Há também um tradutor, normalmente designado pela editora brasileira, que cuida da versão em espanhol, apesar de não trabalhar diretamente para autores, mas, sim, para editoras. O trabalho de Dênya envolve a divulgação e circulação da literatura infanto-juvenil brasileira em língua espanhola e para diversos países latino-americanos.

Embora seja um nicho bastante específico e que seja capaz de sustentar a atuação de uma agente, a pequena estrutura de negócios de Dênya deixa entrever mais uma vez a dificuldade do agenciamento de autores brasileiros ou de língua portuguesa em sustentar grandes estruturas administrativas, diferentemente dos casos de língua inglesa e espanhola. Esse recurso a formas criativas e diversas de atuação na área de agenciamento é uma amostra da posição fragilizada das agências e agentes brasileiros(as) ou que representam autores nacionais e de língua portuguesa.

Como vimos, essa dificuldade geral do agenciamento brasileiro também se deu num primeiro momento quando ainda predominavam os agentes literários de origem imigrante, pioneiros na criação e exercício da atividade no Brasil. Neste período, o único brasileiro que se arriscou na atividade, dada a incipiência do mercado literário de então, teve de reorientar sua trajetória de volta ao domínio do Direito e da imprensa.

Uma vez o campo literário mais adensado e complexificado, nos anos 1980 e 1990, o recrutamento social muda e aparecem mais agentes: herdeiros(as) dos(as) pioneiros(as) e/ou pessoas que buscaram nessa atividade uma saída do mundo editorial e jornalístico tradicional – em crise. São recrutados agentes com formações menos literárias e mais práticas no mercado editorial e até mesmo indivíduos totalmente externos ao universo literário, mas com formação em administração de empresas. Neste segundo momento passaram a se dedicar inteiramente ao agenciamento, fazendo dele uma verdadeira profissão, diferentemente dos(as) primeiros(as), que conciliavam o trabalho com a atividade de tradutor(a), professor(a) universitário(a), etc.

Na segunda geração de agentes literários há uma tendência de feminização da profissão, ainda a ser mais bem estudada, com conjunto mais amplo de atores para confirmar o que foi verificado nas sete entrevistas. Havia uma maioria de homens na primeira geração do agenciamento literário brasileiro. A profissionalização se deu para todas, porém, diante do cenário de crise do mercado editorial, muitas tiveram que expandir os papéis e formas de atuação do agente, conforme comentado.

O fato de os(as) agentes ganharem por contrato assinado (de publicação, tradução, adaptação, etc.) os pressiona a estarem constantemente em busca de oportunidades para seus clientes, garantindo um fluxo de dinheiro constante para a agência e para seus agenciados. Estes, por sua vez, tendem a sempre, como relatam os(as) agentes, a cobrá-los(as) de mais celeridade na divulgação de suas obras e de posicionamento de seus livros em seus espaços nacionais e no espaço internacional.

Conforme destaca Pardo (2018) os(as) agentes não são mais somente intermediários, mas sim defensores (representantes) principais do escritor em relação a diversas instituições da cultura. No passado, como aponta Gillies (2007), já foram figuras mais ambíguas que representavam ao mesmo tempo editores e autores. É comum que agentes sejam vistos(as) como efeito da profissionalização dos campos artísticos, mas também poderíamos pensá-los(as), de certa forma, como artífices dessa profissionalização, dada a ausência de *scripts* e códigos predeterminados sobre sua atividade. Profissionalização que não deve ser encarada como um processo em marcha contínua e infinita em direção única, mas sim como um movimento de avanços e recuos. Com momentos de retração da profissionalização e outros de ganho.

Os agentes podem mesmo explorar novas possibilidades de uso de direitos autorais, como no caso da coleção de livros da Amazon, ou mesmo usar seu conhecimento para a formulação de cursos de ensino a distância para jovens escritores que desejam saber mais como conseguir uma publicação. Caso suas atividades principais estejam em dificuldades, parecem buscar um papel de coringa do espaço literário, ocupando mais posições e mais variadas quanto possível, para obter algum ganho de visibilidade e de negócios.

Por fim, vale destacar entre o conjunto de agentes e agências levantado a concentração literária no eixo Rio-São Paulo, onde as agências mais importantes do país estão situadas. Outro dado, já citado, aponta para o grande número de mulheres na profissão, dentre os 14 indivíduos considerados, elas representam 10 (aproximadamente 71% de todo o universo em questão).

O que fica sugerido, por fim, é que essa figura do agente literário, em alguma medida, tomou o lugar dos editores no que tange à facilitação de acesso à publicação de um livro, e às vezes até tirando as editoras tradicionais do jogo em benefício de novos atores, como a Amazon. Os(as) agentes têm feito também o papel de curadores ou descobridores de novos(as) autores(as). Não só isso, como também têm atuado para auxiliar sua distribuição em contexto nacional e internacional.

Essa multiplicação de papéis é, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza, pois como tentamos argumentar, diferentemente da importância e centralidade dos superpoderosos agentes ingleses e estadunidenses, os agentes que trabalharam com autores brasileiros ou de língua portuguesa enfrentam desafios adicionais para seu trabalho: mercado literário deficitário, baixo volume de leitores em seus países, crises econômicas, etc. Isso tudo acaba por empurrá-los para uma atuação mais polivalente e sempre no limite de suas capacidades de trabalho. É importante pensar também nas desigualdades de poder entre diferentes agências em um espaço nacional/linguístico, em que algumas têm maior capacidade e solidez de atuação devido a seu enraizamento no campo literário e da antiguidade de seus catálogos, fator que Thompson (2013, 2021) e nem Pardo (2018) analisam detidamente.

Ainda que com muitas dificuldades e obstáculos em nações e/ou regiões linguísticas periféricas, os agentes podem não ser os reis (escritores e editores) que possuem ainda a maioria do conteúdo e dos meios de publicação, mas são com certeza, cada vez mais, os guardiões e sentinelas, ou coringas que guardam as chaves e o acesso aos reinos da distribuição, circulação, consagração e notoriedade literária.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. (2002). Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 145, dez. La circulation internationale des idées. p. 3-8,. DOI: <https://doi.org/10.3406/arss.2002.2793>. Disponível em: www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793. Acesso em: 02 jul. 2019.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. (2013). *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora UNESP.
- GILLIES, Mary Ann. (2007). *The Professional Literary Agent in Britain 1880 - 1920*. Toronto: University Of Toronto Press.

- HALLEWELL, Laurence.
(2012). *O Livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- ORTIZ, Renato.
(1989). *A moderna tradição Brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense.
- PARDO, Maria Carmem Villarino.
(2018). El papel de los agentes literarios en las dinámicas de campo. *Iberoromania*, [s.l.], n. 88, p.203-217, 2018. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/iber-2018-0022>.
- PARDO, Maria Carmem Villarino.
(2004). Encontros de escritores brasileiros nos finais da década de 70: um mecanismo de institucionalização e de mercado. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, v. 23, p. 151-168.
- PARDO, Maria Carmem Villarino.
(2010). A conquista de autoridade intelectual. Polêmicas, debates e boom editorial em meados dos anos setenta no Brasil. *Românica (Lisboa)*, v. 19, p. 173-189.
- REIMÃO, Sandra.
(1996). *Mercado Editorial brasileiro: 1960 – 1990*. São Paulo: Com-arte/FAPESP.
- RIDENTI, M.
(2018). Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. *Plural*, v. 25, n. 1, p. 45-62.
- SÁ-EARP, Fabio; KORNIS, George.
(2010). Em queda livre? A economia do livro no Brasil (1995 - 2006). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp. p. 349-362 (Cap. 20).
- SANTOS, Júlio César Bernardes.
(2022). *Estado e Tradução: Uma Análise Sociológica do Programa de Tradução da Fundação Biblioteca Nacional*. 2022. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SAPIRO, Gisèle.
(2017). Développement professionnel et évolutions du métier d'écrivain. In: RABOT, Cécile; SAPIRO, Gisèle (Orgs.). *Profession? Écrivain*. Paris: CNRS Éditions, p. 19 - 42.
- SORÁ, Gustavo.
(1996). Os livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt. *Bib: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 3-33. Semestral. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/universo/acer vo/biblioteca/periodicos/bib/bib-41/461-os-livros-do-brasil-entre-o-rio-de-janeiro-e-frankfurt/file>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- SORÁ, Gustavo.
(2010). *Brasílianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Com-Arte.
- STELLA, Marcello Giovanni Pocai.
(2018). *Literatura como vocação: escritores brasileiros contemporâneos no pós-redemocratização*. Dissertação de Mestrado. PPGS/Universidade de São Paulo. doi:10.11606/D.8.2019.tde-29032019-134526. Acesso em: 20 abr. 2019.
- THOMPSON, Derek.
(2018). *Hit Makers: the science of popularity in an age of distraction*. Nova Torque: Penguin.
- THOMPSON, Jonh B.
(2013). *Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI*. São Paulo: Editora Unesp.
- THOMPSON, Jonh B.
(2021). *As guerras do livro: A revolução digital no mundo editorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

Fontes Documentais

- ALMEIDA, Pedro.
(2015). A aposentadoria de Karin Schindler: A criadora da função de agente literária no Brasil anunciou a sua aposentadoria. *Publishnews*. São Paulo, p. 1-1. 08 abr. Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/materias/2015/04/08/81353-a-aposentadoria-de-karin-schindler>. Acesso em: 04 abr. 2018.

- ALMEIDA, Pedro; NETO, Leonardo. (2015). *Karin Schindler fala ao PublishNews*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=thG4Icu8zhE&feature=youtu.be>>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- BALCELLS, Agencia Literaria Carmen. (s.d.). *História*. Disponível em: <<http://www.agenciabalcells.com/pt/agencia/historia/>>. Acesso em: 06 set. 2019.
- BARRETO, Rômulo Paes. (1975). Agente Literário Brasileiro Fará Contatos no Exterior. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 11, p. 23-23. set.
- BARRETO, Rômulo Paes. (1977). Agente literário tenta unir empresa e cultura. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, p. 3-3. 31 out.
- BUENO, Eduardo. (1991). À espera de novos autores: A agente literária alemã Ray Gude Mertin fala sobre o êxito de autores como Raduan Nassar em seu país e diz que, para manter o lugar conquistado a literatura brasileira precisa de novos escritores. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 07 set. Cultura, p. 3-3.
- GIANNINI, Alessandro. (2016). Agente literária Karin Schindler relembra formação do mercado editorial brasileiro: Em 41 anos de profissão, ela representou no país nomes como F. Scott Fitzgerald e Agatha Christie. *Globo*. Rio de Janeiro, p. 1-1, 26 abr. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/agente-literaria-karin-schindler-relembra-formacao-do-mercado-editorial-brasileiro-15966665>>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- MOREIRA, Ardilhes. (2017). Governo federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas: Última remessa de obras foi em 2014. Programa de compras foi extinto e alternativa está em elaboração de edital: se tudo der certo, nova entrega ocorre só a partir 2019. *G1*. Rio de Janeiro, set. 2017. Educação, p. 1-1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- NETO, Leonardo. (2015). Dois dedos de prosa com Karin Schindler: Testemunha da profissionalização do mercado brasileiro, a agente recebeu o PublishNews para um papo. *Publishnews*. São Paulo, p. 1-1. 15 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/materias/2015/06/15/82306-dois-dedos-de-prosa-com-karin-schindler>>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- NETO, Leonardo. (2018). Amazon lança coleção que leva assinatura de três agentes literárias brasileiras. *Publishnews*. São Paulo, p. 1-1. 05 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2018/12/05/amazon-lanca-colecao-que-leva-assinatura-de-tres-agentes-literarias-brasileiras>>. Acesso em: 06 set. 2019.
- RODRIGUES, Maria Fernanda. (2015). Carmem Balcells, agente literária de García Márquez e Vargas Llosa, morre aos 85: Ela representou, ainda, nomes como Cortázar, Neruda e Isabel Allende e foi uma das responsáveis pelo boom latino-americano. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 1-1. 21 set. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,Carmem-balcells--agente-literaria-de-grandes-autores--morre-aos-85-anos,1766236>>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- SANDRONI, Cícero. (1977). Como vender o autor brasileiro nos EUA, segundo Thomas Colchie. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 out. p. 5-5.
- SANTOS, Marcio Renato dos. (2018). Os editores | Luciana Villas-Boas: Onde só os otimistas têm vez. *Cândido: Jornal da Biblioteca Pública do Paraná*. Curitiba, fev. p. 32-37. Disponível em: <<http://www.candido.bpp.pr.gov.br/arquivos>>

/File/Candido_79_PDF_final.pdf>. Acesso em:
12 ago. 2019.

Recebido em
fevereiro de 2021

Vídeos

Aprovado em
agosto de 2022

LA CLÁUSULA BALCELLS.
(2016). Direção de Pau Subirós. Realização de
Neus Ballús. Barcelona: Tve, 2016. Son., color.
Série Imprescindibles. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=wBPK8SiQk4c>>. Acesso em: 05 set. 2019.

Tédio e modernidade no *Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa¹

Karen Adorno ²

Resumo

Apoiada na afirmação do filósofo norueguês Lars Svendsen (2006 [1999]) de que o tédio é um “fenômeno vago e multiforme”, “típico da modernidade”, proponho, neste artigo, explorar a relação entre tédio e modernidade no *Livro do Desassossego* (2012 [1982]), de Fernando Pessoa. A narrativa se desdobra num conjunto de textos em prosa nos quais a subjetividade se torna a chave mestra da expressão do semi-heterônimo Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros da cidade de Lisboa. Podendo ser lida como uma criação moderna por excelência, cujo autor se tornou um dos percussores do Primeiro Modernismo em Portugal, o “conjunto de obras-fragmentos”³ nos permite entender o tédio como um sintoma da modernidade, resultante de uma perda de sentido do homem moderno.

Palavras-chave

Fernando Pessoa. *Livro do Desassossego*. Modernidade. Tédio.

Abstract

Based on the Norwegian philosopher Lars Svendsen’s statement (2006 [1999]) that says that boredom is a “diverse and vague phenomenon”, “typical of modernity”, this article explores the relation between boredom and modernity on *The Book of Disquiet* (2012 [1982]), by Fernando Pessoa. The narrative unfolds in a set of fragmentary texts, in which the subjectivity becomes the master key of the expression of the semi-heteronym Bernardo Soares, an assistant bookkeeper in Lisbon. Considered a modern creation by excellence, whose author became one of the precursors of the First Modernism in Portugal, the narrative allows us to understand boredom, first and foremost, as a symptom of modernity, a result of the modern man's loss of sense.

Keywords

Fernando Pessoa. *The Book of Disquiet*. Modernity. Boredom.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

² Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: karen.adorno@acad.ufsm.br.

³ LOURENÇO, Eduardo. *Fernando Pessoa, rei da nossa Baviera*. Lisboa: Gradiva, 2008, p. 77.

E na mesa do meu quarto abrumado, reles, empregado, e anónimo, escrevo palavras como a salvação da alma e douro-me do poente impossível de pináculos altos vastos e longínquos, da minha estola recebida por prazeres, e do anel de renúncia em meu dedo evangélico, jóia parada do meu desdém extático (PESSOA, 2012, p. 52-53)⁴.

Introdução

Não há como negar a importância que a abordagem formalista do texto literário teve para o desenvolvimento de uma teoria sobre a literatura e sobre a materialidade da construção textual. Porém, também não se pode ignorar o quão fundamental é lançar um olhar para a obra literária através de sua profunda relação com a realidade social e com o tempo de sua criação, aproximando-se dela por mecanismos históricos e sociológicos. Não se trata de considerar, conforme Luiz Costa Lima, que a “análise sociológica da literatura (e da arte) subordina seu objeto ao propósito de entendimento dos mecanismos em operação na sociedade” (LIMA, 2002, p. 661). Ou mesmo de julgar que a análise sociológica de um texto literário se volta para a área dos discursos apenas “com o propósito de ilustrar, exemplificar ou comprovar uma interpretação de caráter bem mais abrangente: a interpretação de certa sociedade” (LIMA, 2002, p. 661) e sim de compreender que literatura e sociedade são duas faces da mesma moeda.

Partindo do pressuposto de que uma perspectiva sociológica “se pueden decir acerca de la literatura muchas cosas, pero no se puede decirlo todo, y que los conocimientos obtenidos darán siempre lugar a un saber particular y finito” (ALTAMIRANO; SARLO, 2001, p. 8) e que nenhuma teoria ou aporte teórico tem a pretensão de explicar uma obra literária em sua totalidade, ou melhor, nenhuma obra literária se permite ser decifrada através de apenas uma teoria, proponho, neste artigo, um recorte teórico que procura explorar a relação entre tédio e modernidade no *Livro do Desassossego* (2012 [1982]), de Fernando Pessoa.

Não é mera casualidade o título da obra ser *Livro do Desassossego*. A introspecção de Bernardo Soares, a sua “fragmentariedade” desperta um misto de admiração e inquietação no leitor. É como se, ao lermos o *Livro*, abrisse para nós um universo sem fecho nem desfecho, de modo que adentramos em uma espécie de labirinto interior do ajudante de guarda-livros, verticalizando em

⁴ Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr052/inter/Fr052_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 15 jul. 2020.

sua subjetividade até atingir o seu âmago. Por um lado, é como se Bernardo Soares se perdesse em si mesmo. Por outro, é como se nós, leitores, nos perdêssemos nele mesmo. Foi dessa desorientação, dessa ausência de referências, do desassossego do *Livro* que nasceu a proposta de alinhar “conjunto de obras-fragmentos”⁵ à filosofia de Lars Svendsen e à crítica de Georg Simmel, no tratamento da relação entre a modernidade e o tédio. Não está aqui um exame crítico, minuciado da inquietante obra de Fernando Pessoa, mas sim uma proposta de leitura, de interpretação, utilizando a filosofia e a sociologia como chave.

O artigo foi dividido de modo a refletir uma certa relação de causalidade entre o tédio experienciado por Bernardo Soares e a modernidade. Para isso, no tópico “Sentimento de um metropolitano: Fernando Pessoa e o seu *Livro do Desassossego*”, faço um preâmbulo sobre revelação do *Livro do Desassossego* e das suas múltiplas interpretações. Caminho para abordagem da obra a partir da “ausência do Eu a si mesmo e ao mundo”, focalizando a condição conflituosa entre o sujeito e a modernidade. Em “Bernardo Soares e a tragédia do homem metropolitano: contexto antes do tédio” abordo a relação *desassosseicante* que o ajudante de guarda-livros mantém com a cidade de Lisboa, a partir do conceito de falácia patética. Desenvolvo ainda a correlação de fragmentariedade indivíduo-texto-mundo amparada na análise que Simmel fez da modernidade e dos seus efeitos sociais. A teoria da sociedade moderna criada por Georg Simmel é uma forte chave de leitura quando utilizada para entender as subjetivações de Bernardo Soares, principalmente ao ser direcionada ao sentimento que o narrador-personagem nutre pelo trabalho, pelo ócio, pelo cansaço e pelo mal-estar.

Já no último tópico “O sujeito moderno, o desassossego e o tédio existencial”, examino o cansaço e o mal-estar como dois dos significados mais recorrentes e opressores que são relacionados ao tédio, intimamente interligados à modernidade. Identifico que Bernardo Soares emprega esses dois estados como uma tentativa de compreender o seu estado de perturbação mental e físico. Seguindo essa linha de raciocínio, me amparo teoricamente no filósofo norueguês Lars Svendsen e no sociólogo alemão Georg Simmel para estabelecer uma conexão entre tédio e modernidade.

⁵LOURENÇO, Eduardo. *Fernando Pessoa, rei da nossa Baviera*. Lisboa: Gradiva, 2008, p. 77.

Sentimento de um metropolitano: Fernando Pessoa e o seu *Livro do Desassossego*

A revelação do *Livro do Desassossego* data de 1982, quarenta e sete anos após a morte de Fernando Pessoa. Editada em Portugal, a sua primeira tiragem foi dividida em dois volumes, que somavam seiscentas páginas. Do vasto espólio de Fernando Pessoa, contendo mais de 27 mil papéis, conservados em uma arca em seu apartamento na Baixa de Lisboa, saiu umas das mais perturbadoras narrativas da Literatura Portuguesa conhecidas até o momento. Segundo Fernando Cabral Martins, a organização da primeira edição do *Livro*, sob a responsabilidade de Jacinto do Prado Coelho, “a partir do trabalho de pesquisa e fixação de texto de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha”, é “um momento histórico para a leitura de Pessoa, e uma grande surpresa, pois descobre-se um livro com uma dimensão que nem a obra poética já razoavelmente conhecida fazia prever” (MARTINS, 2000, p. 220).

Os textos em prosa poética que constituem o *Livro do Desassossego* percorreram um longo período de produção, que foi de 1910 até o ano da morte do autor, em 1935. Na opinião de Teresa Rita Lopes, “podemos dizer que foi o livro da vida de Pessoa: foi sendo redigido desde que retomou a nunca abandonada expressão escrita em português, no início dos anos 10, até que morreu, em 1935” (2016, p. 79). A *não unidade* caracteriza-se como um dos mais perturbadores aspectos do *Livro*, a contar da sua confecção, visto que “O livro é três livros – assinados por três autores, perfeitamente diferenciados [...] Fernando Pessoa que, a certa altura, nomeou Vicente Guedes seu representante, o Segundo pelo Barão de Teive e o Terceiro por Bernardo Soares” (LOPES, 2016, p.79). Até a pluralidade de publicações, de que “já teve mais de seis editores (Galhoz, Cunha, Quadros, Zenith, Pizarro, Lopes et al.)” (PIZARRO, 2016b, p. 290).

Consoante Jerónimo Pizarro, em artigo que discute “a problemática existente em torno das várias versões que constituem o *Livro do Desassossego*” (PIZARRO, 2016a, p. 11), a obra de Fernando Pessoa deve ser entendida, em sua existência, como “plural que é muitos *Livro do Desassossego*, visto que do *Desassossego* temos menos um livro do que uma realidade arquivística e que todas as tentativas de transformar essa realidade num livro único são póstumas” (PIZARRO, 2016a, p. 11). Leyla Perrone-Moisés, em prefácio para a edição brasileira de 1986, ponderou que a obra pessoana está em permanente

expansão, uma vez que não foi Pessoa quem a editou⁶. Tal como ficou o *Livro*, considerou Perrone-Moisés, ele jamais terá uma forma definitiva. Em outro artigo sobre a obra pessoana, um dos seus muitos estudos sobre o poeta português, Perrone-Moisés declarou que “O verdadeiro e definitivo *Livro do Desassossego* nunca existiu, e não existirá jamais” (2001, p. 293), afirmação tão acertada a ponto de também ser utilizada por Jerónimo Pizarro em artigo de 2016a, anteriormente citado. Segundo esses estudiosos pessoanos, o *Livro* é, então, um organismo vivo, vivente em seus incontáveis formatos e sempre em evolução. O que, nas palavras de Pizarro:

temos que nos adaptar à pluralidade literária de Fernando Pessoa da mesma forma que temos que reconhecer a pluralidade editorial dos seus livros –nomeadamente do *Desassossego* –, visto que não é negativo, e sim extremadamente positivo, pois é um signo de vitalidade, que Pessoa seja cada dia mais múltiplo em termos de edição e de interpretação. Todo autor está destinado a multiplicar-se (a ser multiplicado) e muito mais um que se multiplicou e deixou as suas arcas para a posteridade. (PIZARRO, 2016a, p. 12).

Próximo ao ponto de vista de Pizarro, Eduardo Lourenço também acrescentou, no tocante das constantes transformações da obra ao longo das décadas e diante da dificuldade de classificação do conjunto do textos que compõem o *Livro do Desassossego*, que se torna quase impossível considerar a obra do poeta no sentido habitual, posto não haver uma obra, mas um “conjunto de obras-fragmentos”, cuja conexão está justamente na “manifestação de uma única e inesgotável experiência: a ausência do Eu a si mesmo e ao mundo” (LOURENÇO, 2008, p. 77). E é a partir dessa afirmação penetrante de Lourenço (2008) que me surgiu a abertura de interpretar a “ausência do Eu a si mesmo e ao mundo”, característica do *Livro*, como uma condição conflituosa entre o sujeito e a modernidade, em que o tédio é o sintoma mais sobressalente. Considero que o afastamento do sujeito do seu significado imediato de ser no mundo, traço tão acentuado em Bernardo Soares, encaminha-o à inevitável condição da “ausência de sentido”. O ajudante de guarda-livros da cidade de Lisboa não está só ausente do mundo

⁶A respeito das complexas questões de edição do *Livro do Desassossego*, reporto-me ao estudo de Fernando Cabral Martins, “Editar Bernardo Soares” (2000). Ou ainda, Jerónimo Pizarro, “A ansiedade da unidade: uma teoria da edição” (2016). Disponível em: <<https://oajournals.fupress.net/index.php/bsfm-lea/article/view/7716/7714>>.

ao seu redor, ele está ausente de si mesmo, e o tédio é traço mais pronunciado dessa sua condição.

Em se tratando de Fernando Pessoa, seria crível afirmar que o poeta deu lugar, principalmente nas páginas do *Livro do Desassossego*, ao sujeito moderno por excelência, que persegue o labor poético até as últimas consequências, até se despersonalizar em “outros”, até a fatalidade de “multiplicar-se (a ser multiplicado) e muito mais um que se multiplicou e deixou as suas arcas para a posteridade” (PIZARRO, 2016a, p. 12). Para além dessa imagem despersonalizada, Pessoa também incorporou o retrato do poeta crítico e questionador que, declara Jacinto do Prado Coelho, se põe diante da sua situação paradoxal provocada pela dor da “universal ignorância”. “A inteligência lembra uma varinha de condão: graças a ela, tudo o que dormia o sono do nada, incluindo o próprio Homem, acorda para a existência. Ser é ser objeto de conhecimento” (COELHO, 1969, p. 105 – grifo do autor).

Dessa “inteligência esquadrihadora que, na clausura do *eu*, é vizinha impotente do caos obscuro da vida” (COELHO, 1969, p. 105 – grifo do autor), o poeta vive o paradoxo do “saber é sofrer”, um alto preço a ser pago pela lucidez. Ele – o poeta, Fernando Pessoa, Bernardo Soares – é sabedor da sua condição, do seu vazio inexpugnável e exprime a sua dor de viver através da acuidade filosófica. Georg Simmel, no seu renomado ensaio *A metrópole e a vida mental* (1979 [1903]), refletia que o homem metropolitano – cabe aqui entender Pessoa como esse homem metropolitano e, por conseguinte, moderno – “reage com a cabeça, ao invés de com o coração” (SIMMEL, 1979, p. 13). E ao reagir no mundo com a cabeça, “uma conscientização crescente vai assumindo a prerrogativa do psíquico. A vida metropolitana, assim, implica uma consciência elevada e uma predominância da inteligência no homem metropolitano” (SIMMEL, 1979, p. 13).

Mas é enganador pensar que essa conscientização, essa predominância da inteligência do homem metropolitano, do homem moderno e, por extensão, de Pessoa, significa insensibilidade em experimentar sentimentos. Pelo contrário, a sensibilidade manifesta-se no seu pensar filosófico e no seu fazer poético. Decerto, Fernando Pessoa foi um poeta inclinado à filosofia e atento às implicações das temáticas filosóficas na vida do sujeito, como ele mesmo chegou a afirmar: “Eu era um poeta impulsionado pela filosofia, não um filósofo dotado de faculdades poéticas. Adorava admirar a beleza das coisas, descortinar no imperceptível, através do que é diminuto, a alma poética do universo” (PESSOA, 1966, p. 14).

No processo de “descortinar no imperceptível”, a partir da atração do poeta pelas questões filosóficas relacionadas ao sujeito moderno, me deparei, no *Livro do Desassossego*, com a imagem de “um poeta impulsionado pela filosofia”, que se movimenta por certos conceitos filosóficos de uma intensa temática existencial – como o tédio, a modernidade, a consciência, a ausência de sentido. Essa desenvoltura de temáticas existenciais numa obra intitulada, pelo próprio poeta, como *Livro de Desassossego*, ultrapassa a coincidência e agarra-se na afinidade, senão intencionalidade, de Fernando Pessoa com tais questões. Daqui emana o meu objetivo de explorar o tédio como um sintoma da modernidade, resultante de uma perda de sentido do homem moderno, podendo ser observado em inúmeras passagens do *Livro*.

Para tanto, escolhi para este trabalho a versão *on-line* do *Arquivo LdoD*, que é um arquivo digital colaborativo do *Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa. Essa plataforma, que desfruta de confiabilidade investigativa, foi desenvolvida no âmbito do projeto de investigação “Nenhum Problema Tem Solução: Um Arquivo Digital do Livro do Desassossego”, do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra (CLP) e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), informações descritas no próprio site⁷. Os motivos que me levaram a escolher a plataforma foram, ademais do seu prestígio, a possibilidade de acesso à leitura e a comparação das transcrições das quatro edições virtuais do *Livro*: a de Jacinto do Prado Coelho, a de Teresa Sobral Cunha, a de Richard Zenith e a de Jerónimo Pizarro.

Optei, então, pela edição digital de Richard Zenith. A escolha é justificável porque mantenho uma relação estreita com a edição impressa (2012) de Zenith, por ser indicação do *mui caro* professor José Carlos Seabra, na altura responsável pela cadeira de Estudos Pessoaanos, na Universidade de Coimbra, a qual eu tive o privilégio de me matricular. Foi com essa edição que me aprofundi no universo extraordinariamente caótico do *Livro*. Sei bem, contudo, das críticas a respeito dos critérios organizacionais efetivados por Zenith nessa edição, que, segundo Pizarro, de 1998 (1.^a ed.) a 2012 (10.^a ed.), mesmo na tentativa de corrigir as suas leituras referentes às edições anteriores do *Livro*, Zenith decidiu “incluir e excluir fragmentos; o que é surpreendente é que o fez, quase dissimuladamente, sem nunca alterar a numeração dos trechos. Quando perdia um trecho procurava um outro para preencher o lugar”

⁷ Portela, Manuel e António Rito Silva, orgs. (2017). *Arquivo LdoD: Arquivo Digital Colaborativo do Livro do Desassossego*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://ldod.uc.pt/>>. Acesso em: 17 de ago. 2021.

(PIZARRO, 2016, p. 22). Porém, convocando novamente Pizarro ao texto, as ações de Zenith no *Livro* são legítimas, visto que “a edição de Zenith não é monolítica nem estática – embora tente ser apresentada com frequência como tal – e porque, em termos teóricos, convém reiterar que os textos não são entidades abstractas” (PIZARRO, 2016, p. 23), mas sim “entidades históricas que mudam e se transformam com o tempo, e que o sentido dos textos é inseparável da sua materialidade (PIZARRO, 2016, p. 23).

Bernardo Soares e a tragédia do homem metropolitano: contexto antes do tédio

Em face do que foi exposto, encontrei, nesta edição digital do *Livro*, organizada por Richard Zenith, setenta ocorrências da palavra tédio⁸. O vocábulo está distribuído por toda a extensão da obra, e os fragmentos abordam diversas temáticas do cotidiano metropolitano do narrador-personagem Bernardo Soares. Das ruas de Lisboa, do escritório comercial em que trabalha, do seu quarto na Rua dos Douradores, Soares retira matéria para um mergulho à sua subjetividade nauseada pela vida vulgar que o cerca. Para Perrone-Moisés, a Lisboa que Soares descreve em suas perambulações é

uma cidade oprimida, de névoa, de céu carregado, povoada de pessoas vulgares e barulhentas, que se movem como fantoches, entrando em elétricos (bondes) ou saindo de tabacarias, carregando mercadorias, trabalhando em escritórios sombrios ou vivendo em casas de cômodos. (PERRONE-MOISÉS, 1986, p. 16).

A narrativa permite, através da descrição da Lisboa de Soares, ler a cidade e o próprio clima como uma alegoria da alma do ajudante de guarda livros. Como um espelho, a cidade de Lisboa e as suas intempéries climáticas refletem as angústias nauseantes do narrador-personagem, que brotam do seu mais abissal interior⁹. O resultado dessa falácia patética, advinda da subjetividade de Bernardo Soares, é, segundo Perrone-Moisés (1986), uma Lisboa decadente,

⁸Há dê-se considerar que as repetições do termo “tédio”, no *Livro*, podem variar acerca dos editores e das edições – inclusive a mudança de suporte de leitura. Mesmo sofrendo variações, a recorrência da palavra não deixa de ter um volume considerável, independente da edição. Sobre as diferenças de edições do *Livro* consultar: PIZARRO, Jerónimo. Os muitos desassossegos. *Revista do CESP*, Belo Horizonte, v. 36, n. 55, 2016, p. 11-27.

⁹A respeito da convulsão existencial de Bernardo Soares, consultar José Gil, *Fernando Pessoa, ou a metafísica das sensações* (1987).

enevoada e opressora; um espaço geográfico que também é, igualmente, um estado de alma da própria personagem. A metrópole lisboeta apresentada por Soares estabelece correlações com a constatação de Robert Ezra Park de que a “cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc” (PARK, 1979, p. 26), a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados”. Assim, a metrópole está “envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza e particularmente da natureza humana” (PARK, 1979, p. 26).

Em um tempo desencantado e em um espaço decadente – desconcertado, diria Camões – Bernardo Soares fragmenta-se e do seu texto irrompe essa sua inevitável condição de descentramento. De acordo com Martins (2000), vale ressaltar que, apesar de ser o fragmento, em princípio, “o produto de uma fragmentação”, ele não deve ser associado, no caso do *Livro*, “aquilo que é incompleto ou, de algum modo, inacabado [...] não é pouco contraditório e desarmante notar que muitos dos “fragmentos” que Pessoa deixou para o *Livro do Desassossego* são, de facto, poemas em prosa completos” (MARTINS, 2000, p. 220).

Na obra, juntam-se os fragmentos de Soares em meio aos “fragmentos de texto”, lembrando sempre que os “fragmentos de texto” não transmitem uma sensação de “dissonância” e de “dilaceração formal”, como bem considerou Martins (2000). Pelo contrário, pode-se muito bem relacionar essa fragmentariedade sujeito/escrita representada no *Livro* à análise que Simmel fez da modernidade e dos seus efeitos sociais. Conforme Frisby (2013 [1985]), tal exame simmeliano da modernidade não é o da totalidade social, mas sim o dos “fragmentos fortuitos da realidade” (*the fortuitous fragments of reality*). A “chave para a análise contemporânea da modernidade não está na direção de uma investigação do sistema social ou mesmo de suas instituições, mas nos ‘fios invisíveis’ (*the invisible threads*) da realidade social”¹⁰ (FRISBY, 2013 [1985], p. 6), nas “diversas ‘imagens momentâneas’ ou ‘instantâneos’ (*Momentbilder*) da vida social moderna que devem ser vistos *sub specie aeternitatis* (sob a forma de eternidade)”¹¹ (FRISBY, 2013 [1985], p. 6).

E são, justamente, esses “fragmentos fortuitos”, esses “fios invisíveis” da realidade social transformados em “imagens momentâneas” que colhemos do

¹⁰Tradução minha do original em inglês.

¹¹Tradução minha do original em inglês.

narrar de Bernardo Soares. Ao apresentar ao leitor esses fragmentos, o ajudante de guarda-livros transmuta a angustiante narrativa em *sub specie aeternitatis* (sob a forma de eternidade). Os fragmentos e os fios invisíveis da realidade social de Bernardo Soares são feitos eternos quando colocados em narrativa. A condição histórica do narrador-personagem, atravessada de angústia e de cansaço, de sensações aludidas e/ou comparadas por ele como designadoras do seu estado de tédio, lançam luz aos “fios invisíveis” da realidade social vivida pelo ajudante de guarda-livros da cidade de Lisboa:

Levo comigo, só de ouvir estas sombras de discurso humano que é afinal o tudo em que se ocupam a maioria das vidas conscientes, *um tédio de nojo, uma angústia de exílio entre aranhas e a consciência súbita do meu amarfanhamento* entre gente real; a condenação de ser vizinho igual, perante o senhorio e o sítio, dos outros inquilinos do aglomerado, espreitando com nojo, por entre as grades traseiras do armazém da loja, *o lixo alheio que se entulha à chuva no saguão que é a minha vida.* (PESSOA, 2012, p. 312 – grifos meus)¹².

O tédio... Pensar sem que se pense, com o cansaço de pensar; sentir sem que se sinta, com a angústia de sentir; não querer sem que se não queira, com a náusea de não querer – tudo isto está no tédio sem ser o tédio, nem é dele mais que uma paráfrase ou uma translação. É, na sensação directa, como se de sobre o fosso do castelo da alma se erguesse a ponte levadiça, nem restasse, entre o castelo e as terras, mais que o poder olhá-las sem as poder percorrer. Há um isolamento de nós em nós mesmos, mas um isolamento onde o que separa está estagnado como nós, água suja cercando o nosso desentendimento. (PESSOA, 2012, p. 264-265 – grifos meus).¹³

A teoria simmeliana da sociedade moderna é uma forte aliada quando aplicada às subjetivações que Bernardo Soares faz do trabalho, do ócio, do cansaço, do mal-estar e do estar inerte. Para Georg Simmel, em seu ensaio *O conceito e a tragédia da cultura* (1998), o fenómeno mais característico da modernidade ocidental é a separação entre as culturas subjetiva e objetiva. Seria a cisão entre uma e outra que dá conteúdo ao conceito de tragédia da cultura moderna. O conceito simmeliano de tragédia humana e de destino

¹²Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr033/inter/Fr033_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

¹³Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr234/inter/Fr234_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

trágico alinha com o fato de que “as forças destruidoras mobilizadas contra um ser foram produzidas pelas tendências mais profundas deste mesmo ser” (SOUZA, 2005, p. 10). Tal como a metrópole e a modernidade, por exemplo, ambas criadas pelo Homem, mas que ao fim tornou-se loba do próprio Homem, devorando-o. Assim é

a própria lógica interna do ser humano uma consequência da dinâmica da sua própria estrutura, que constitui um ‘destino’ – posto que percebido pelos contemporâneos como uma fatalidade sem autor-destrutivo, repressor, estranho, produtor de infelicidade e mal-estar. (SOUZA, 2005, p. 10).

Simmel constrói uma análise que abarca os fatores estruturais constituintes da tragédia humana. Tais fatores são relacionados “aos fatos mais cotidianos dos indivíduos que vivem sobre a sua égide” (SOUZA, 2005, p. 10), e a economia monetária é um fator estruturante mais importante da modernidade. Digamos que o dinheiro é uma faca de dois gumes na vida do homem moderno, uma vez que ele proporciona liberdade, mas também demanda um contexto de obrigações. Quando nos libertamos das nossas obrigações, “temos a impressão de liberdade até que outras obrigações assumam o lugar das antigas” (SOUZA, 2005, p. 10).

Quer isso dizer que o homem moderno vive constantemente esse ciclo de liberdade e de obrigações. Daí que a prerrogativa da modernidade que visava à emancipação do homem se transforma; estático frente a essa “tragédia da cultura” em que o dinheiro é sua salvação e seu carrasco, o Homem passa a ser absorvido pela modernidade. Nessa linha de pensamento, a vida de Soares é uma espécie de testamento tragédia humana e de seu destino trágico, expressão do descentramento do sujeito moderno, da fragmentação da identidade do homem da metrópole. A narrativa do ajudante de guarda-livros pode ser lida, então, como uma não linearidade moderna, um abandono à unidade, configurando a despersonalização estética do sujeito narrador-personagem. A Lisboa onde move Bernardo Soares é um espaço narrativo em pedaços, totalizada pela sua incapacidade, ou sua preferência, de não seguir uma linha lógico-semântica de linearidade narrativa. Assim, como “um clássico Bernardo Soares rejeita o descontínuo e o mal acabado de seu *Livro*” (PERRONE-MOISÉS, 2001, p. 282). Porém, como “um romântico, vive a fragmentação na nostalgia da Obra. Como um moderno, deixa a sua obra como tal, em processo, em perda, em infinidade (PERRONE-MOISÉS, 2001, p. 282).

O eu moderno-metropolitano descentrado que enuncia nessa narrativa-puzzle encontra a sua expressão na fragmentação do texto como procedimento estético. Isso porque a modernidade é “um modo particular de experiência vivida dentro da sociedade moderna, que se reduz não apenas às nossas respostas internas a ela, mas também à sua incorporação em nossa vida interior”¹⁴ (FRISBY, 2013 [1985], p. 46). A narrativa de Bernardo Soares é esse modo particular de experiência vivida da modernidade, cuja “imperfeição é então assumida como projeto [...] e Bernardo Soares torna-se subitamente moderno: ‘Porque escrevo este livro? Porque reconheço-me imperfeito. Calado, seria a perfeição; escrito, imperfeioa-se; por isso escrevo’” (PERRONE-MOISÉS, 2001, p. 282).

Em razão disso a estética da fragmentação narrativa do ajudante de guardalivros transparece um sujeito desassossegado, desencantado e decadente face a esse mundo em incessantes transformações. Ali, o “mundo externo torna-se parte do nosso mundo interno. Por sua vez, o elemento substantivo do mundo exterior é reduzido a um fluxo incessante e seus momentos fugazes, fragmentários e contraditórios são todos incorporados à nossa vida interior”¹⁵ (FRISBY, 2013 [1985], p. 46). Além disso, a exteriorização dessa crise existencial do sujeito moderno narrada por Bernardo Soares se condensa em fragmentos, como em um jogo de espelhos – fragmentos de narrativa, fragmentos de um sujeito, unidos em uma completude descontínua.

O sujeito moderno, o desassossego e o tédio existencial

As setenta repetições do termo tédio no *Livro do Desassossego*¹⁶ estão associadas aos mais variados significados. Ao passo que a leitura avançou, a convicção de que o tédio se fixou como a mais recorrente sensação da personagem e, sem dúvidas, o sentimento mais inquietante e mais elevado das aflições de Bernardo Soares aumentou. Selecionei para a discussão dois dos significados mais pujantes que estão manifestadamente relacionadas ao tédio, em íntima relação com a modernidade. As duas sensações selecionadas foram o cansaço e o mal-estar, que ora estão aludidas ora comparadas ao tédio.

¹⁴Tradução minha do original em inglês.

¹⁵Tradução minha do original em inglês.

¹⁶A quantidade referencial ao termo “tédio” pode variar de edição para edição. As setenta ocorrências do termo a que me refiro dizem respeito à edição *on-line* do *Livro*, impressa em 2012, cuja seleção e organização é de Richard Zenith. Para mais informações, está disponível em: <<https://ldod.uc.pt/edition/acronym/RZ>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

Bernardo Soares emprega esses dois estados como uma tentativa de compreender as sensações conflitantes por si sentidas. A proximidade dessas duas perturbações se estabelece porque ambas podem ser lidas como sintomas que acometem o sujeito moderno, em que o tédio se converte na sensação mor do – e no – desassossego. Para compreender como o tédio significa mais do que um estado de espírito de Bernardo Soares, diretamente proporcional à sua condição de ser e estar no mundo, falarei de cada uma dessas sensações e das suas comutabilidades com o tédio e com a modernidade. A fim de decifrar o tédio em seu cerne, bem como Bernardo Soares o assimila ao cansaço e ao mal-estar, amparo-me, nesta parte, no filósofo norueguês Lars Svendsen.

Para Lars Svendsen, em *Filosofia do tédio* (2006 [1999]), não há uma concepção definida de tédio; são poucos os que dele têm um conceito bem fundamentado. Ainda assim, é consensual que o tédio passou a ser um fenômeno cultural, visto que afeta o Homem numa situação histórica particular. Se o tédio afeta o Homem, enquanto sujeito universal, em uma situação histórica particular, por isso mesmo considerado um fator cultural, é porque ele “se destaca como fenômeno típico da modernidade” (SVENDSEN, 2006, p. 12). No *Livro do Desassossego*, o tédio se corporifica como uma das principais e mais marcantes naturezas psicológicas de Bernardo Soares, como já foi mencionado. Apesar de o narrador-personagem possuir plena consciência dessa sensação de angústia, de agonia, de ansiedade, de anseio, de desolação, de desconforto e de perturbação que lhe causam sofrimento mental e físico, ele não consegue conceber a sua causa-fonte.

Reduzido a tal impasse, Bernardo Soares busca outras sensações conhecidas na tentativa de estabelecer um paralelo entre o seu estado sentimental momentâneo e a sua complexa condição existencial de homem metropolitano. O mal-estar é um desses estados sentimentais transitórios trazidos à luz por Soares para dar aspecto ao seu tédio. Porém, o narrador-personagem falha em conseguir identificar a fonte de seu “mal-estar”, se do corpo ou da alma, se é a futilidade da vida ou se é “qualquer abismo orgânico” que atinge os seus órgãos internos:

Há mágoas íntimas que não sabemos distinguir, por o que contêm de sutil e de infiltrado, se são da alma ou do corpo, se são o *mal-estar* de se estar sentindo a futilidade da vida, se são a *má disposição* que vem de qualquer abismo orgânico — estômago, fígado ou cérebro. Quantas vezes se me tolda a consciência vulgar de mim mesmo, num sedimento torvo de estagnação inquieta! Quantas vezes me dói existir, numa *náusea* a tal

ponto incerta que não sei *distinguir se é um tédio, se um prenúncio de vômito!*
Quantas vezes...

Minha alma está hoje triste até ao corpo. Todo eu me doo, memória, olhos e braços. *Há como que um reumatismo em tudo quanto sou.* Não me influi no ser a clareza límpida do dia, céu de grande azul puro, maré alta parada de luz difusa. Não me abranda nada o leve sopro fresco, outonal como se o estio não esquecesse, com que o ar tem personalidade. *Nada me é nada. Estou triste, mas não com uma tristeza definida, nem sequer com uma tristeza indefinida.* Estou triste ali fora, na rua juncada de caixotes. (PESSOA, 2012, p. 400-401 – grifos meus).¹⁷

Esse “mal-estar”, essa “náusea” sentida por ele, “a tal ponto incerta”, não revela a sua causa, o motivo de se ter instalado tão profundamente em seu Ser. A dor de existir se infiltra no mais abissal de sua alma, a ponto de suscitar sensações físicas: “Há como que um reumatismo em tudo quanto sou”. A mortificação atinge tamanha proporção, que Bernardo Soares não sabe distinguir se é “um tédio” ou um “prenúncio de vômito” originado do seu mal-estar existencial. Leio esse “prenúncio de vômito”, decorrente da “náusea” e do “mal-estar”, como um reflexo do corpo, a contrair músculos e estômago, para expulsar aquilo que intoxica sua alma; uma vacuidade em que “Nada me é nada. Estou triste, mas não com uma tristeza definida, nem sequer com uma tristeza indefinida” (PESSOA, 2012, p. 400-401).

Descrito pelo narrador-personagem como “moléstia da alma”, o tédio é definido por ele como

uma doença de inertes, ou que ataca só os que nada têm que fazer. Essa moléstia da alma é porém mais subtil: ataca os que têm disposição para ela, e poupa menos os que trabalham, ou fingem que trabalham (o que para o caso é o mesmo) que os inertes deveras. (PESSOA, 2012, p. 397-398).

Em termos histórico-filosóficos, por muito tempo o tédio foi “um símbolo de status, como prerrogativa dos escalões superiores da sociedade, uma vez que estes eram os únicos que possuíam a base material necessária para ele” (SVENDSEN, 2006, p. 22). Porém, o fenômeno deixa de ser exclusividade dos abastados e se imiscui em todas as camadas sociais, da nobreza ao proletariado,

¹⁷Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr269/inter/Fr269_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

o que fica expresso na alegação de Soares de que o tédio “poupa menos os que trabalham, ou fingem que trabalham” (PESSOA, 2012, p. 397-398). De acordo com Svendsen (2006), com as transformações decorrentes da modernidade e todos os fatores culturais e sociais emergentes dessa nova ordem, o tédio cresce em volume e assume formas assombrosas. Esse fator inegável, que relaciona o tédio como uma sintomática do Homem moderno, me redireciona a outra sensação que vem, por vezes, alinhavada ao sentimento de tédio, que é o cansaço.

O efeito de cansar-se, este estado de fadiga provocado menos pelo esforço físico de Bernardo Soares do que pelo esgotamento mental, é provocado por uma doença da alma, a moléstia que consome todo o Existir desse ajudante de guarda-livros da cidade de Lisboa. Isso me faz recorrer novamente a Lars Svendsen, que afirma que o tédio é um “privilégio” do homem moderno e que, sem dúvidas, ele se materializa em Bernardo Soares através de todo um conjunto de eixos axiológicos subjacentes à sua condição:

Quantas vezes ergo do livro onde estou escrevendo o que trabalho a cabeça vazia de todo o mundo! Mais me valera estar inerte, sem fazer nada, sem ter que fazer nada, porque esse tédio, ainda que real, ao menos o gozaria. *No meu tédio presente não há repouso, nem nobreza, nem bem-estar em que haja mal-estar: há um apagamento enorme de todos os gestos feitos, não um cansaço virtual dos gestos por não fazer.* (PESSOA, 2012, p. 397-398 – grifos meus)¹⁸.

Em consonância com a afirmação de Svendsen (2006) de que o tédio é um fenômeno moderno, que deixou de ser exclusividade das classes sociais mais abastadas, o fragmento anterior do *Livro do Desassossego* oportuniza também essa leitura. Principalmente ao se considerar que o cansaço sentido por Bernardo Soares, no esforço de caracterizar o seu tédio, pode fluir também da sua posição proletária, em que inúmeras “vezes ergo do livro onde estou escrevendo o que trabalho a cabeça vazia de todo o mundo!” (PESSOA, 2012, p. 397-398). Aqui o tédio sobressai como uma sintomática do moderno, arraigado à relação que o homem metropolitano, neste caso, Bernardo Soares, mantém com o trabalho. Mais uma vez me amparo em Simmel (1998 [1896]), em seu ensaio *O dinheiro na cultura moderna*, com o objetivo de entender o narrado por Soares. Explica o sociólogo que o pagamento em dinheiro promove

¹⁸Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr270/inter/Fr270_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

a divisão de trabalho, uma vez que, normalmente, só se paga em dinheiro para um desempenho especializado. Mas paga-se apenas o equivalente monetário abstrato sem qualidade corresponde exclusivamente ao produto objetivo singular, que é desligado da personalidade do produtor. O desligamento da personalidade do produtor, estabelecendo um vínculo impessoal (“estou escrevendo o que trabalho a cabeça vazia de todo o mundo”), faz com que, por um lado, o dinheiro liberte, porém, por outro, o trabalho imponha uma obrigação. É dessa tensão entre trabalho e obrigação, segundo Simmel (1998 [1896]), que o desempenho pelo dinheiro provoca uma opressão.

Ao assegurar que no seu tédio não há “nobreza”, julgo que Bernardo Soares se refere a um tédio “real”, próprio do sujeito moderno metropolitano, que o mergulha em um enorme “apagamento”, uma obrigação imposta pelo trabalho objetivo singular e pela opressão do dinheiro. No excerto citado, o narrador-personagem fala de dois tédios que o consomem; diz, ainda, qual dos dois ele preferia sentir. O primeiro tipo de tédio parece-me mais banal, mais fácil de entender; poderia até mesmo causar algum prazer àquele que o sentisse. Distingue-se isso na frase: “Mais me valera estar inerte, sem fazer nada, sem ter que fazer nada” (2012, p. 397-398), desobrigado do trabalho e da submissão que o dinheiro traz. Para Soares, antes sentir esse tédio, que é muito próximo ao ócio, do que o “outro”, que é mais ameaçador, mais profundo: “porque esse tédio [o do ócio], ainda que real, ao menos o gozaria” (2012, p. 397-398 – acréscimo meu).

Afinal, Bernardo Soares descreve essa sensação perturbadora que se fixa entre esses dois tipos de tédio depois de um dia extenuante às voltas com os números, a levantar e a abaixar a cabeça dos livros. Inclusive, ele se refere a isso mais de uma vez na obra, no qual ele é consumido por um cansaço que ultrapassa os limites das suas ações físicas. O tédio pode muito bem fluir dessa imposição da obrigatoriedade do trabalho, da sujeição de Bernardo Soares provocada no seu desempenho pelo dinheiro (SIMMEL, 1998 [1896]). Neste fragmento, por exemplo, o narrador diz que, ao cumprir àquilo que “os moralistas” chamam de seu “dever social”, ele é aniquilado pelo tédio:

O tédio... Trabalho bastante. Cumpro o que os moralistas da acção chamariam o meu dever social. Cumpro esse dever, ou essa sorte, sem grande esforço nem notável desinteligência. Mas, umas vezes em pleno trabalho, outras vezes, no pleno descanso que, segundo os mesmos moralistas, mereço e me deve ser grato, transborda-se-me a alma de um

fel de inércia, e estou cansado, não da obra ou do repouso, mas de mim. (PESSOA, 2012, p. 264-265)¹⁹.

Há de-se levar em conta, pensando nesse sujeito moderno, que o trabalho, o relógio, a produção mecânica dos processos de trabalho passam a fazer parte da sua lógica de vida. E essa lógica moderna trabalho-dinheiro provoca um “forte individualismo”, que isola o sujeito em si, que aliena e distancia os homens, reduzindo-os a si próprios (SIMMEL, 1998 [1896]), quando não os reduzindo a nada (“estou cansado, não da obra ou do repouso, mas de mim” / “isso mesmo “transborda-se-me a alma de um fel de inércia, e estou cansado, não da obra ou do repouso, mas de mim”) (PESSOA, 2012, p. 264-265). O tédio também está ali, na “técnica da vida metropolitana e inimaginável sem a mais pontual integração de todas as atividades e relações mútuas em um calendário estável e impessoal” (SIMMEL, 1973, p. 15). Georg Simmel considera ainda:

Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana e não estão apenas muito intimamente ligadas a sua economia do dinheiro e caráter intelectualístico. Tais traços também devem colorir o conteúdo da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos, soberanos que visam determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral e precisamente esquematizada de fora. (SIMMEL, 1973, p. 15).

Pela descrição de Soares, o tédio de “estar inerte” em seu ofício remunerado também se assemelha àquilo que Lars Svendsen denominou “tédio situacional”, “que sentimos ao esperar alguém, ao ouvir uma conferência ou ao tomar o trem; o tédio da saciedade, quando obtemos demais da mesma coisa e tudo se torna banal” (2006, p. 44). Já o segundo tédio mencionado no fragmento pode ser entendido como o “tédio existencial” ou “tédio moderno”, que é o tédio mais experienciado pela personagem. Contrário ao “tédio situacional”, o “tédio existencial”, que acomete insistentemente o ajudante de guarda-livros, provêm de uma sensação que o desassossega e o afunda tamanha a sua violência: “No meu tédio presente não há repouso, nem nobreza, nem bem-estar em que haja mal-estar: há um apagamento enorme de todos os gestos feitos, não um cansaço virtual dos gestos por não fazer” (PESSOA, 2012, p. 397-

¹⁹Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr234/inter/Fr234_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

398)²⁰. Svendsen (2006) argumentou que, apesar de o tédio ser amorfo no seu sentido mais íntimo, algumas descrições, quando minuciosas, nos permitem vislumbrar a intensidade e a duração do sentimento entediante:

Podemos observar que o tédio situacional e o existencial têm diferentes modos simbólicos de expressão, ou melhor: enquanto expressamos o tédio situacional através de um bocejo, remexendo-nos na cadeira, esticando os braços e as pernas, o tédio existencial profundo é mais ou menos desprovido de expressão. Enquanto a linguagem corporal do tédio situacional parece indicar que podemos abandonar a submissão, nos desvencilhar e seguir adiante, no tédio existencial é como se a falta de expressão contivesse a intuição implícita de que ele não pode ser superado por nenhum ato de vontade. (SVENDSEN, 2006, p. 45).

Aqui se estabelece as diferenças principais entre o tédio situacional e o tédio existencial: enquanto um pode durar uma situação, é possível que o outro perdure por toda uma existência. Por isso a incapacidade do sujeito de superá-lo. Descentrado em sua profunda subjetivação, o tédio de Soares é, propriamente, o “tédio moderno”, “no sentido de que afeta a existência [...] como um todo” (SVENDSEN, 2006, p. 44-45). A condição existencial de Soares toma corpo à medida que ele verbaliza a sua completa falta de sentido, um esvaziar de si, um “viver-sem”, uma sensação indefinível que o abate:

Vem isto tudo, que vai dito como vai sentido, a propósito do *grande cansaço*, aparentemente sem causa, que desceu hoje súbito sobre mim. Estou não só cansado, mas amargurado, e a amargura é incógnita também. Estou, de angustiado, à beira de lágrimas - não de lágrimas que se choram, mas que se reprimem, lágrimas de uma doença da alma, que não de uma dor sensível. (PESSOA, 2012, p. 343-344 - destaque meu).²¹

O que desafia Bernardo Soares em seu grande cansaço – mais amplamente, o sujeito moderno – é o dar-se conta desse vazio de sentidos. Como Svendsen, entendo que o tédio pode ser compreendido como um desconforto comunicacional, no qual a necessidade de significado não está sendo preenchida de todo. O filósofo norueguês ainda considera que o vazio do “eu”

²⁰Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr270/inter/Fr270_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

²¹Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr224/inter/Fr224_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

desassossegado é um vazio do tempo, um vazio de sentido que não pode achar sua completude em um mundo caótico, uma vez que o homem moderno não encontra totalidade naquilo que a modernidade tem a oferecer: uma vida desprovida de significados, estabelecida através de relações sociais conflituosas e/ou provisórias e não totalizantes. Melhor dizendo: “Uma sociedade que funcione bem promove a capacidade do homem de encontrar significado no mundo; uma que funcione mal não o faz” (SVENDSEN, 2006, p. 32). Há, pois, no tédio existencial de Bernardo Soares uma vulnerabilidade por não saber o que lhe causou tal condição e um desmedido ceticismo quanto à solução:

Acordei hoje muito cedo, num repente embrulhado, e ergui-me devagar da cama sob o *estrangulamento de um tédio incompreensível*. Nenhum sonho o havia causado; nenhuma realidade o poderia ter feito. Era um tédio absoluto e completo, mas fundado em qualquer coisa. No fundo obscuro da minha alma, invisíveis, forças desconhecidas travavam uma batalha em que meu ser era o solo, e todo eu tremia do embate incógnito. *Uma náusea física da vida inteira* nasceu com o meu despertar. *Um horror a ter que viver* ergueu-se comigo da cama. Tudo me pareceu oco e tive a *impressão fria de que não há solução para problema algum*.

Uma inquietação enorme fazia-me estremecer os gestos mínimos. Tive receio de endoidecer, não de loucura, mas de ali mesmo. O meu corpo era um grito latente. O meu coração batia como se soluçasse. (PESSOA, 2012, p. 130-131 – grifos meus).²²

Ao despertar, “sob o estrangulamento de um tédio incompreensível”, Soares se vê dominado por “uma náusea física da vida inteira”, “um horror a ter que viver” e uma “impressão fria de que não há solução para problema algum” levanta-se com ele. A sensação de sufocamento se intensifica pela agressividade do testemunho: “No fundo obscuro da minha alma, invisíveis, forças desconhecidas travavam uma batalha em que meu ser era o solo, e todo eu tremia do embate incógnito” (2012, p. 130-131). O tédio de Bernardo Soares é amorfo, visto que ele não consegue identificar a fonte do seu desassossego, ou melhor, as fontes de seus desassossegos, porque é preciso levar em consideração que no *Livro* o narrador-personagem é perturbado por inúmeras sensações desassossegantes. Sendo assim, ele conclui: “Nenhum sonho o havia

²²Disponível em:<https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr049/inter/Fr049_WIT_ED_CRIT_Z/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

causado; nenhuma realidade o poderia ter feito”. Era, unicamente, “um tédio absoluto e completo, mas fundado em qualquer coisa” (2012, p. 130-131).

A indiferenciação das causas do tédio não muda o fato de que, quando se lida com uma condição existencial, o sujeito não possui as forças necessárias para sanar o seu mal, ou seja, ele não se conforma à lógica e ao ritmo moderno. “Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida” (SIMMEL, 1973, p. 11). Diante disso, o Homem entediado é aquele que reclama significado nele próprio e no mundo, apontou Svendsen (2006). No momento em que não encontra esse sentido na sua relação com o mundo exterior, o tédio se converte no mais alto grau de sua aflição, revelando-se como o sintoma mais tumultuoso da relação problemática entre o “eu” e o mundo exterior, entre o sujeito e o mundo desencantado. Por conseguinte, o tédio existencial de Bernardo Soares é a expressão maior da ausência de significado do sujeito. Certamente, algumas situações cotidianas podem vir a intensificar o tédio, como é o caso do seu trabalho e o desgosto pela vida:

Às vezes, quando ergo a cabeça estonteada dos livros em que escrevo as contas alheias e a ausência de vida própria, sinto uma náusea física, que pode ser de me curvar, mas que transcende os números e a desilusão. A vida desgosta-me como um remédio inútil. E é então que eu sinto com visões claras como seria fácil o afastamento deste tédio se eu tivesse a simples força de o querer deveras afastar. (PESSOA, 2012, p. 136).²³

A condição necessária do trabalho na vida do Homem moderno impõe ao narrador-personagem uma “ausência de vida própria”. A náusea física descrita por ele adquire contornos ambíguos. Em uma leitura mais atenta, o sentido da frase “eu me curvar” para o “livro das contas alheias”, pode ser lida tanto literalmente quanto metaforicamente. Primeiro, o sujeito se curva, literalmente, para ler os números dos livros. Segundo, ele se curva para a imposição social de trabalho que lhe rouba a vida, o tempo, a energia, o sono e que lhe oferece apenas uma esmola para a sua subsistência. Servil a essa conjuntura do sistema monetário moderno, Bernardo Soares vislumbra a facilidade de sair da sua condição inautêntica: “eu sinto com visões claras como seria fácil o afastamento deste tédio”. Não obstante, ele tem plena consciência de que não possui forças

²³Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr079/inter/Fr079_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

para se afastar: “se eu tivesse a simples força de o querer deveras afastar” (2012, p. 136).

O tédio exerce uma força de atração sobre o sujeito moderno; essa força de atração entre um e outro é tão intensa porque ambos possuem um ponto em comum que os atrai, que é o mundo moderno. Mas o tédio pode, assim como o comportamento *blasé*, ser entendido como um modo/estratégia de preservação à vertigem moderna, tal como avalia Georg Simmel:

Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado a metrópole quanta a atitude *blasé*. A atitude *blasé* resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana [...] Uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa *blasé* porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. Da mesma forma, através da rapidez e contraditoriedade de suas mudanças, impressões menos ofensivas foram reações tão violentas, estirando os nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, eles não dispõem de tempo para recuperar a força. Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. (SIMMEL, 1983, p. 15-16).

A experiência moderna legou à humanidade significativas transformações no âmbito de toda a estrutura econômica, social e cultural. A nova forma de vida, em profunda transformação, foi responsável por uma nova ordem artística, que modificou radicalmente a sensibilidade do poeta. A situação social e cultural de Bernardo Soares permite afirmar que ele é um homem de seu tempo: “um português da virada do século, imbuído do sentimento da decadência e cético diante dos acontecimentos políticos contemporâneos” (PERRONE-MOISÉS, 1986, p. 19), portanto, atravessado pela “desunidade” do mundo moderno. A infinidade de novas experiências, todo o acesso que o sujeito pôde ter às forças industriais, os incontáveis avanços no campo da ciência, a descoberta do inconsciente por Freud, em suma, todo o “processo de modernização” que “se expande a ponto de abarcar o mundo todo” (BERMAN, 2007, p. 26), também foram responsáveis pelo extenso descentramento do sujeito, perturbando-o profundamente. “O problema é que, cada vez mais, a tecnologia moderna nos torna consumidores e observadores passivos, e cada

vez menos participantes ativos. Isso dá um déficit de significado” (SVENDSEN, 2006, p. 30).

O ambiente moderno engendrou uma reação adversa de desassossego, a qual se manifestou através da perda de sentido, do devaneio, da subjetivação da realidade e do tédio: *“Mas o que fica de sentir tudo isto é com certeza um desgosto da vida e de todos os seus gestos, um cansaço antecipado dos desejos e de todos os seus modos, um desgosto anónimo de todos os sentimentos”* (PESSOA, 2012, p. 206-207)²⁴. A modernidade tornou a vida e a alma do narrador-personagem do *Livro do Desassossego* “oca”, “um caos de coisas nenhuma”, convertendo-o à impossibilidade de ser qualquer coisa além de um sujeito entediado: *“Nestas horas de mágoa subtil, torna-se-nos impossível, até em sonho, ser amante, ser herói, ser feliz. Tudo isso está vazio, até na ideia do que é”* (PESSOA, 2012, p. 206-207)²⁵. Já a hostilidade e o desencantamento do mundo subordinaram-no ao vazio: *“Tudo isso está dito em outra linguagem, para nós incompreensível, meros sons de sílabas sem forma no entendimento. A vida é oca, a alma é oca, o mundo é oco. Todos os deuses morrem de uma morte maior que a morte. Tudo está mais vazio que o vácuo. É tudo um caos de coisas nenhuma”* (PESSOA, 2012, p. 206-207 – grifos meus)²⁶.

Bernardo Soares é reduzido ao nada, dono apenas de uma não existência: *“Sou uma espécie de carta de jogar, de naípe antigo e incógnito, restando única do baralho perdido. Não tenho sentido, não sei do meu valor, não tenho a que me compare para que me encontre, não tenho a que sirva para que me conheça”* (PESSOA, 2012, p. 203-205).²⁷

O ajudante de guarda-livros se vê despojado de sua segurança no mundo – se é que já a teve em sua existência – descrente da razão positivista, cético do mundo por ele habitado, avesso às pessoas vulgares, à rotina ordinária dos operários e, como prognosticou György Lukács sobre o herói do romance, abandonado por Deus em um mundo caótico, ele culpa a sua falta de mitologia por sua condição:

²⁴Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr116/inter/Fr116_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

²⁵Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr116/inter/Fr116_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

²⁶Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr116/inter/Fr116_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

²⁷Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr115/inter/Fr115_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

O tédio... Quem tem Deuses nunca tem tédio. O tédio é a falta de uma mitologia. A quem não tem crenças, até a dúvida é impossível, até o cepticismo não tem força para desconfiar. Sim, o tédio é isso: a perda, pela alma, da sua capacidade de se iludir, a falta, no pensamento, da escada inexistente por onde ele sobe sólido à verdade. (PESSOA, 2012, p. 264-265).²⁸

Identifico que o tédio, no *Livro do Desassossego*, é paradoxal, ora está atrelado à falta: à falta de Deuses, à falta de uma mitologia, à falta de crenças, ora está relacionado ao sobejo: da angústia, da dor, do horror, do aborrecimento, do medo e do próprio tédio. Na exiguidade de significados, Bernardo Soares “busca valores que possam regenerar esse mundo que ele considera em decadência” (PERRONE-MOISÉS, 1986, p. 19). As saídas desse mundo profanado e profanador, acredita ele, só podem ocorrer pelas vias da arte e da subjetivação:

Mesmo que eu quisesse criar,

A única arte verdadeira é a da construção. Mas o meio moderno torna impossível o aparecimento de qualidades de construção no espírito.

Por isso se desenvolveu a ciência. A única coisa em que há construção, hoje, é uma máquina; o único argumento em que há encadeamento o de uma demonstração matemática.

O poder de criar precisa de ponto de apoio, da muleta da realidade. (PESSOA, 2012, p. 248 – grifos do autor).²⁹

A impossibilidade de construção do espírito, diagnosticada anteriormente por Soares, é reflexo da carência de sentidos do sujeito no mundo moderno, no qual o “eu” perde a sua identidade unificada e cai em um vazio que considera infinito. A consequência da incapacidade de o espírito frutificar foi, como bem diagnostica o ajudante de guarda-livros, o desenvolvimento da ciência e o domínio da máquina. Em um mundo em que a humanidade perde o seu significado *humanizante*, o maquinário prospera. Em razão disso, mal-estar e o cansaço podem ser entendidos como um indicativo da insuficiência sincrônica

²⁸Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr234/inter/Fr234_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

²⁹Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr384/inter/Fr384_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

entre o “eu” e o mundo exterior; outra tentativa recorrente de Bernardo Soares de buscar nas sensações conhecidas um paralelo com o seu tédio moderno:

O meu tédio assume aspectos de horror; o meu aborrecimento é um medo. O meu suor não é frio, mas é fria a minha consciência do meu suor. Não há mal estar físico, salvo que o mal-estar da alma é tão grande que passa pelos poros do corpo e o inunda a ele também. (PESSOA, 2012, p. 198-199).³⁰

Considerações Finais

O que ficou analisado até aqui foi que Bernardo Soares recorreu a diversas sensações de modo a situar o seu tédio. Há um complexo jogo de atravessamentos, de estágios das sensações, que se fazem perceber pelo leitor. Uma tentativa de separar e catalogar sensações de Bernardo Soares em primárias e secundárias cairia em um tratamento reducionista do *Livro do Desassossego*, uma vez que não é possível estabelecer uma origem primordial do tédio sentido pelo narrador-personagem. Ao invés de classificar o tédio de Bernardo Soares, apontei, no decorrer do artigo, as suas causas: o trabalho, o dinheiro, a opressão, o vazio, o ócio, o cansaço e o estar inerte diante de um mundo desencantado. Todas as sensações foram lidas como sintomas ora assimilados, ora comparados ao tédio experienciado por Bernardo Soares. O tédio existencial do ajudante de guarda-livros está intimamente vinculado à sua condição de sujeito moderno metropolitano. Tal constatação permitiu uma aproximação da modernidade a partir da experiência do indivíduo cultivada na teoria simmeliana.

Então, se o tédio é um sintoma da modernidade, não seria essas sensações sintomas do tédio? O cansaço e o mal-estar são, no *Livro do Desassossego*, mais que sensações, são tentativas de compreensão levantadas pelo narrador-personagem para fundamentar a sua existência. O tédio de Bernardo Soares se vale de outras nuances para existir. Ele é um tédio sem forma e sem objeto, mas de origem existencial, podendo ser relacionado, mas não classificado, de “tédio moderno”, segundo a teoria de Lars Svendsen, em *Filosofia do tédio*. A origem do tédio, certamente, tem as suas raízes nas incessantes mudanças culturais e na condição desamparada do indivíduo moderno em um mundo desconcertado. O “eu” “se encontra num mundo desconhecido, ele mesmo,

³⁰Disponível em: <https://ldod.uc.pt/fragments/fragment/Fr111/inter/Fr111_WIT_ED_CRIT_Z>. Acesso em: 18 jul. 2020.

parte deste mundo, incompreensível e incapaz de se compreender” (WEIL, 2012, p. 289). Ou ainda, como apontou Georg Simmel:

Na medida em que o indivíduo submetido a esta forma de existência tem de chegar a termos com ela inteiramente por si mesmo, sua autopreservação em face da cidade grande exige dele um comportamento de natureza social não menos negativo. Essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar, a partir de um ponto de vista formal, de reserva. (1983, p. 17).

A condição da existência do sujeito no “mundo desencantado” firma a sua base nos seus modos de sobrevivência: em seu trabalho, em suas obrigações sociais, em sua casa de um só cômodo, em sua solidão. O Homem moderno só vive enquanto engrenagem de todo o mecanismo social; ele é só mais uma peça que permite todo o funcionamento da estrutura monetária moderna. Mundo e sujeito se tornam proporcionalmente insuficientes, desligados, como julgou Eric Weil, o indivíduo na modernidade “só tem condições, e cada condição é de novo condicionada” (WEIL, 2012, p. 289) e, aqui, “a questão do sentido não tem sentido” (WEIL, 2012, p. 291). Por isso mesmo é que o tédio existencial envolve a perda de significado, uma aflição grave infligida àquele que foi condicionado a ela. Essa perda de sentidos e o tédio experienciado por Bernardo Soares estão conectados, em suas várias tonalidades, à tragédia da cultura moderna.

Referências

- ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. (2001). *Literatura/Sociedad*. Buenos Aires: Libreria Edicial S.A.
- BERMAN, Marshall. (2007). *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.
- COELHO, Jacinto do Prado. (1969). *Diversidade e unidade em Fernando Pessoa*. Lisboa: Editorial Verbo.
- FRISBY, David. (2013 [1986]). *Fragments of Modernity*. Theories of Modernity in the Work of Simmel, Kracauer and Benjamin. New York: Routledge.
- LIMA, Luiz Costa. (2002). *Teoria da literatura em suas fontes*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOPES, Teresa Rita. (2016). Livros do Desassossego — No plural. In: *Abriu*, n. 5, p. 79-93.
- LOURENÇO, Eduardo. (2008). *Fernando Pessoa, rei da nossa Baviera*. Lisboa: Gradiva.
- LUKÁCS, György. (2009). *A Teoria do romance*. Tradução de José Marcos M. de Macedo. São Paulo, Editora 34.

- MARTINS, Fernando Cabral.
(2000). Editar Bernardo Soares. In: *Revista Colóquio/Letras*, n. 155/156, p. 220-225.
- MOISÉS, Massaud.
(2013). *A Literatura Portuguesa*. 37. ed. São Paulo: Editora Cultrix.
- PARK, Robert, Enzra.
(1979). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 26-67.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla.
(1986) O que é o Livro do Desassossego. In: PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 11-37.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla.
(2001 [1990]). O autor, "entre o escritório e a fisiologia. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Fernando Pessoa, aquém do eu, além do outro*. São Paulo: Martins Fontes, p. 285-300.
- PESSOA, Fernando.
(1966). *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. (Org.) Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.
- PESSOA, Fernando.
(2012 [1982]). *Livro do Desassossego*. Prefácio de Richard Zenith. Porto: Assírio & Alvim.
- PIZARRO, Jerónimo.
(2016a). Os muitos desassossegos. In: *Revista do CESP*, Belo Horizonte, v. 36, n. 55, p. 11-27.
- PIZARRO, Jerónimo.
(2016b). A ansiedade da unidade: uma teoria da edição. In: *LEA - Língua e literatura d'Oriente e d'Occidente*, n. 5, p. 284-311. Disponível em: <<http://www.fupress.com/bsfm-lea>>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- PORTELA, Manuel; SILVA, António Rito (Orgs.).
(2017). *Arquivo LdoD: Arquivo Digital Colaborativo do Livro do Desassossego*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://ldod.uc.pt/>>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- SIMMEL, Georg.
(1979). A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 11-25.
- SIMMEL, Georg.
(1998 [1896]). O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA; Jessé; ÖEIZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Tradução de Jessé Sousa, Berthold Öeize [et al.]. Brasília: Editora UnB, p. 23-40.
- SIMMEL, Georg.
(1998). O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA; Jessé; ÖEIZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Tradução de Jessé Sousa, Berthold Öeize [et. AL.]. Brasília: Editora UnB, p. 79-108.
- SOUZA, Jessé.
(1998). A crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: SOUZA; Jessé; ÖEIZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Tradução de Jessé Sousa, Berthold Öeize [et. AL.]. Brasília: Editora UnB, p. 9-20.
- SVENDSEN, Lars.
(2006 [1999]). *Filosofia do Tédio*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- WEIL, Eric.
(2012) *Lógica da filosofia*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: Editora É Realizações.

Recebido em

agosto de 2021

Aprovado em

outubro de 2022

O tempo suspenso da revolta: a liminaridade na Batalha da Rua Muhammad Mahmoud em contexto da Revolução Egípcia de 2011

Pablo Pamplona¹

Mariana Affonso Penna²

Resumo

Recentemente completados, os 10 anos da chamada Primavera Árabe evocam anseios por mudança, frustrações, atos de bravura e tragédia. Em tempos de agitação social, interesses em conflitos e sonhos, por vezes irrealizáveis, ganham espaço em formato de confronto na cena pública. A própria temporalidade regular fica suspensa, dando margem para inversões, ainda que temporárias, da ordem social. A partir de uma articulação interdisciplinar entre o trabalho da historiadora Lucie Ryzova (2020) sobre a Batalha da Rua Muhammad Mahmoud, ocorrida no contexto da Revolução Egípcia de 2011, e as teses de Walter Benjamin sobre a história (2019a), com aportes da antropologia e da psicologia social, este artigo visa traçar caminhos possíveis para uma leitura crítica da ideia de liminaridade em tempos de revolta popular. Ao dialogar essas duas abordagens, identifica-se uma diferença significativa em formas de análise teórica de períodos de revolta, em particular a possibilidade da revolta como fim em si mesma ou como parte de um projeto maior de emancipação social.

Palavras-chave

Liminaridade. Revolta popular. Primavera Árabe.

Abstract

Recently completed, the 10 years of the so-called Arab Spring evoke desires for change, frustrations, acts of bravery and tragedy. In times of social unrest, interests in conflict and dreams, sometimes unattainable, gain space in the form of confrontation in the public scene. Regular temporality itself is suspended, making room for reversions, albeit temporary, of the social order. Based on an interdisciplinary articulation between the work of historian Lucie Ryzova (2020) on the Battle of Muhammad Mahmoud Street, which took place in the context of the 2011 Egyptian

¹ Doutorando em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Centro de Memórias das Lutas Populares Ana Dias. *E-mail*: pablopamplona@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com período sanduíche em École des Hautes Études en Sciences Sociales. Professora na licenciatura em história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). *E-mail*: mariana.penna@ifg.edu.br.

Revolution, and Walter Benjamin's theses on history (2019a), with contributions from anthropology and social psychology, this article aims to outline possible paths for a critical reading of liminality in times of popular uprising. When these two approaches are in dialog, we identify a significant difference in theoretical approaches to the time of uprising, in particular regarding the possibility of the uprising as an end in itself or as part of a larger project of social emancipation.

Keywords

Liminality. Popular uprising. Arab Spring.

Introdução

Em 17 de dezembro de 2010, o jovem tunisiano Mohamed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo em protesto. Vendedor ambulante, recorrentemente tinha suas mercadorias confiscadas por autoridades municipais em Sidi Bouzid. Endividado, sofreu mais um confisco e, em um ato de desespero, apelou ao governador regional por ajuda. Ignorado pelas autoridades, comprou líquido inflamável e se autoimolou em frente ao prédio. Em 4 de janeiro de 2011, morreu em função das queimaduras adquiridas. O martírio de Mohamed Bouazizi deu vazão a insatisfações represadas e, quatro semanas após sua morte, uma intensa onda de protesto derrubou o regime de Ben Ali que, por 23 anos, vigorava na Tunísia. A revolta por lá iniciada não se limitou às fronteiras do país, mas ganhou o assim chamado mundo árabe, iniciando aquela que ficou conhecida como sua Primavera (KALLIO; HÄKLI, 2017).

A partir de 25 de janeiro de 2011, também o Egito viu eclodir manifestações massivas que reivindicavam a constituição de um novo regime democrático no país. A Revolução Egípcia de 2011, como passou a ser chamada essa série de eventos, ficou famosa pela mobilização massiva de pessoas e difusão de informações sobre os acontecimentos através das redes sociais, pelas suas assembleias abertas realizadas na Praça Tahrir, o principal local de encontro e articulação dos manifestantes, e por realizar constantes protestos e atos de desobediência civil. Em fevereiro, essas manifestações derrubaram o então presidente Hosni Mubarak dando lugar a um período supostamente *de transição* liderado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas. Em novembro, as frustrações com o não cumprimento das demandas populares se acumularam, e a intensificação da repressão militar levou milhares de manifestantes de volta à Praça Tahrir para protestar contra o regime militar e

discutir, em suas assembleias abertas, as estratégias para a luta e a possibilidade de constituição de um novo regime democrático. Muito embora as manifestações desde janeiro tivessem em geral um caráter pacífico, tanto o governo de Mubarak quanto o das Forças Armadas responderam a elas com violência, chegando a matar pelo menos 846 civis ao longo de 2011 (KINGSLEY; DOSS, 2013).

A Batalha da Rua Muhammad Mahmoud se formou no contexto da nova onda de protestos e violência em novembro em um local estratégico para impedir a intervenção da polícia nos atos pacíficos, já que a polícia passava por aquela rua para chegar à Praça Tahrir, a poucas quadras. Era um lugar estratégico, também, por se situar próximo ao Ministério do Interior, do qual os combatentes se aproximavam em um jogo de avanços e recuos por território. Mas

isso não significa que qualquer um desses jovens que enfrentavam a polícia necessariamente queriam ou pretendiam tomar o prédio do ministério. Era uma batalha simbólica – ou, mais precisamente, uma luta assustadoramente real e sangrenta por uma localização simbólica. (RYZOVA, 2011).³

A batalha que começou como uma linha combativa de defesa ao protesto pacífico da praça se prolongou por cinco dias e cinco noites e acabou se tornando, pelo menos para alguns de seus combatentes, um fim em si mesmo (RYZOVA, 2020, p. 14-15). Ela foi encerrada por um muro de “blocos de concreto, impondo uma trégua improvisada” (RYZOVA, 2011), solução de segregação espacial da cidade que acabou sendo reproduzida em outros eventos. A essa altura, os manifestantes da Praça Tahrir já tinham sido dispersados e migraram para outra região próxima, onde continuaram por algumas semanas até serem brutalmente reprimidos. As mobilizações foram centrais para desgastar o regime militar, que chamou por novas eleições presidenciais para transferir o poder (RYZOVA, 2020, p. 15-16). Isso, no entanto, também não encerraria os eventos de mobilização, e até mesmo a Rua Muhammad Mahmoud seria palco de uma nova batalha, como essa de novembro de 2011, em novembro do ano seguinte (2020, p. 37).

As teses de “Sobre o conceito da História”, um dos mais conhecidos textos de Walter Benjamin, escrito em 1940, oferece importantes contribuições para uma discussão sobre o tempo de revolta. A experiência da revolta analisada

³Todas as traduções de Ryzova (2011, 2020) feitas pelos autores.

por Ryzova pode ser compreendida à luz da teoria benjaminiana, que permite problematizar algumas conclusões da autora. Considerando seu estudo de caso, Ryzova considera que aquela revolta se bastaria em si mesma, constituindo um projeto emancipatório, ainda que de curta duração. Benjamin considera as revoltas dos *de baixo* como um possível prelúdio de uma abertura messiânica, emancipadora, da sociedade. Nesse sentido, elas fazem parte de um projeto construtivo, integrado a uma longa trajetória de experiências rebeldes. Caberia aos herdeiros dos vencidos interromper o tempo linear do progresso civilizatório por um tempo liminar (ou “limiar”), que instaura a passagem da sociedade para uma nova realidade histórica.

Pelo contraste entre esses dois trabalhos, este artigo abordará a relevância das relações afetivas, da espiritualidade e da constituição de uma nova experiência com o tempo nas lutas sociais. A construção de uma história vista de baixo, conforme elaborada pela historiografia de Edward Palmer Thompson, preocupada com a experiência concreta vivida por pessoas comuns, oferece uma importante contribuição nesse sentido (FENELON, 2014). Quando se trata da mobilização popular no Egito em 2011, o conhecimento se volta aos grandes protestos, assembleias e atos de desobediência civil na Praça Tahrir. Ainda que esses eventos sejam de suma importância, Ryzova preenche uma lacuna significativa ao se aproximar de um acontecimento posto à margem da história. À semelhança dos estudos thompsonianos sobre a classe operária inglesa (THOMPSON, 2004), a historiadora volta sua atenção à batalha e aos combatentes da Rua Muhammad Mahmoud, refletindo sobre a relevância de “pequenos” elementos da luta social como os rituais, os objetos simbólicos e as relações interpessoais que, no fim, ajudam a formar a base dos grandes acontecimentos. Afinal, a esquecida batalha serviu de proteção à famosa Praça Tahrir durante um período estratégico de sua mobilização.

No esforço coletivo de reconstrução histórica de grandes eventos de transformação social, como é o caso da Primavera Árabe, quanto mais próximo nos colocamos das pessoas envolvidas, melhor poderemos destacar o seu papel enquanto agentes. “Em vez de consignar as assim-chamadas massas à impotência histórica, a história ‘vista de baixo’ tenta mostrar como elas mesmas contribuem para, apropriam-se de, e moldam, amplas estruturas e forças supraindividuais”. A história vista de baixo se volta aos destroços da história, destaca seus agentes esquecidos e se atenta às “estratégias e ‘experiências concretas’ que burlam as tendências gerais” da sociedade (PORT, 2015, p. 109, trad. nossa). Quando se aproxima dos elementos mais “vulgares” de uma revolta, ela pode ajudar a tornar mais nítido qual é o lugar da ação e da

experiência de grupos e pessoas comuns que, em outras situações, dificilmente alcançariam as ferramentas ou recursos necessários a outras formas de reivindicação por direitos e justiça social.

Neste trabalho, será discutida a experiência coletiva de um tempo suspenso e indeterminado, em contexto de revolta, como expressão de anseios por novas possibilidades de mundo. Trata-se de um trabalho interdisciplinar, que conjuga a análise crítica de um trabalho de história recente com aportes da antropologia, da psicologia social e da filosofia da história. Não pretendemos, portanto, oferecer um panorama histórico das lutas da Primavera Árabe ou da Revolução Egípcia de 2011, mas analisar um caso específico à luz da teoria benjaminiana. A seguir, será apresentada a discussão sobre o tempo liminar em contexto de revolta. Em um segundo momento, nos aproximaremos da experiência da Batalha da Rua Muhammad Mahmoud para discutir as relações afetivas e a espiritualidade que compõem a experiência liminar. Nessa experiência, as relações afetivas fortalecem e são fortalecidas por relações funcionais de trabalho, constituindo a mobilização das ruas como uma forma de trabalho e de construção de relações de confiança entre os combatentes. Por fim, problematizaremos a distinção de Ryzova entre a forma de ativismo dessa batalha e aquela forma de luta desenvolvida pelos ocupantes da Praça Tahrir, que termina em uma conclusão fatalista da autora sobre a impossibilidade de construção de projetos políticos a longo prazo. Para elaborar uma crítica a essa conclusão, destacamos as diferenças entre a teoria benjaminiana e as análises de Ryzova.

A experiência liminar da revolta

Veremos adiante que Lucie Ryzova traça uma forte distinção entre a revolta sustentada pelos combatentes da Rua Muhammad Mahmoud e a fórmula democrática e pacífica “orientada ao futuro” na Praça Tahrir. No entanto, é preciso destacar que essas duas formas de luta foram complementares na sua origem: a batalha começou como uma forma de proteção aos ativistas reunidos na praça, ao mesmo tempo que os eventos da praça davam legitimidade e suporte simbólico à batalha, como numa espécie de simbiose ou “aliança social” entre as duas frentes de luta (RYZOVA, 2011). Apesar desse vínculo direto com o projeto democrático da praça, na rua a agitação parece se converter rapidamente em uma forma de “restauração momentânea da dignidade” de seus combatentes e de quem eles representavam no campo de batalha (RYZOVA, 2020, p. 44). A dignidade (*karama*) que os combatentes

reivindicavam dizia mais respeito às noções de honra e masculinidade de seu contexto e menos respeito à luta por justiça social. “Direitos devem ser tomados; e homens tomam eles mesmos os seus direitos” sem esperar, portanto, que eles sejam forjados num processo de construção democrática (RYZOVA, 2020, p. 29) – esta seria a lógica que sustentava a participação dos jovens nessa batalha. A historiadora mostra que esses combatentes (ao menos aqueles com quem ela teve contato) experimentavam e compreendiam sua batalha como um fim em si mesmo: uma “violência performativa compreendida tanto como os meios quanto os fins da política contenciosa” (2020, p. 45). Ao contrário dos ativistas de classe média que se reuniam na Praça Tahir, eles não se interessariam pela construção de um projeto político de longo prazo. Sua luta assumiu uma forma “festiva”, em que pesem a ameaça e presença constante de ferimentos e mortes.

A experiência da batalha, segundo a autora, se deu na formação de um tempo *liminar*, que ela descreve como “um estado de espírito [*state of being*] empírico” e “uma condição temporal e histórica: [categoria essa que] descreve momentos inestruturados de fluidez dentro de vidas outrora normais e estruturadas; ou períodos de grandes transições históricas, como revoluções ou levantes, guerras ou guerras civis, ou profundas crises históricas” (2020, p. 5-6). Ela também se refere constantemente à Batalha da Rua Muhammad Mahmoud como um “período”, “situação” ou “momento” *revolucionário* e acrescenta que tais períodos (liminares) não poderiam ser contidos por qualquer *script* (2020, p. 6). Seriam, assim, imprevisíveis, espontaneístas, impossíveis de serem controlados. Essa descrição encontra paralelo com aquela de Walter Benjamin sobre a interrupção do *continuum* do progresso histórico, em particular com a passagem das Teses em que ele se refere à experiência da Revolução francesa de Julho de 1830: “Chegada a noite do primeiro dia de luta, aconteceu que, em vários locais de Paris, várias pessoas, independentemente umas das outras e ao mesmo tempo, começaram a disparar contra os relógios das torres” – “para suspender o dia”, como sugere um poeta que estava presente nos acontecimentos (2019a, p. 18-19).

É preciso destacar que um período liminar da história, como todo objeto de análise temporal, não pode ser medido precisamente nas marcações bem delimitadas do tempo do calendário ou do relógio. Se recortamos e distinguimos um período específico e o definimos abstratamente enquanto um período “transicional”, fazemo-lo apenas por economia expositiva, para que alguma representação histórica de tal acontecimento seja possível. É conveniente que, dessa abstração, a análise retorne constantemente à

experiência concreta. Para cada corpo (pessoal, coletivo ou social) que viveu aquele determinado período, este mesmo será compreendido de maneira distinta: mais largo ou mais curto, mais fragmentário ou mais conciso. Isso é observado por Ryzova em relação aos eventos da Primavera Árabe: “O começo e o fim desse tempo liminar difere de acordo com a proximidade ou distância dos vários atores ao epicentro dos eventos, e/ou sua aceitação subjetiva de que algo fundamental sobre o mundo em que eles vivem mudou” (RYZOVA, 2020, p. 7).

Mais ainda, é possível identificar um atravessamento de experiências temporais ou mesmo a emergência de certos tempos liminares “dentro” de tempos liminares “maiores”, isto é, pequenas experiências de sensação de um período temporal suspenso que se formam no interior de transições mais abrangentes. É o que ocorre no caso da batalha, que se deu em um período de cinco dias no interior de um processo revolucionário que se prolongou do começo de 2011 até meados de 2013 (RYZOVA, 2020, p. 2). “Dentro desse longo período liminar, havia ainda outros episódios liminares. Batalhas urbanas, como na Rua Muhammad Mahmoud (e outras) eram tais momentos de liminaridade condensada” (RYZOVA, 2020, p. 8). A complexidade temporal e espacial formada pelo conjunto de experiências pessoais e coletivas, ou melhor, a forma complexa como o tempo e o espaço são apreendidos de suas experiências, será mais bem compreendida quanto mais fundo a análise for capaz de adentrar nos pormenores dessas experiências e apreensões. Daí a importância de se atentar à experiência vivida “desde baixo”, pois disso podemos inferir uma complexidade crescente que se mostrará tão mais diversa quanto mais próxima a análise puder chegar das pessoas e grupos que a experienciaram.

Como Ryzova nos aponta, essa mesma ideia de liminaridade acaba por se tornar uma ferramenta útil para a análise teórica de períodos de revolta. Benjamin também lança mão do conceito em um fragmento do seu livro inacabado das *Passagens*:

Ritos de passagem - assim se denominam do folclore as cerimônias ligadas à morte, ao nascimento, ao casamento, à puberdade etc. Na vida moderna, estas transições tornaram-se cada vez mais irreconhecíveis e difíceis de vivenciar. Tornamo-nos muito pobres em experiências liminares. O adormecer talvez seja a única delas que nos restou. (E, com isso também, o despertar.) (BENJAMIN, 2009, p. 535).

Trata-se de diferentes aplicações de uma mesma categoria que foi inicialmente desenvolvida na antropologia por Arnold van Gennep (1960), agora aplicado a outros campos de conhecimento: Ryzova, para uma reflexão acerca da experiência vivida pelos combatentes da Batalha da Rua Muhammad Mahmoud, e Benjamin, para discutir o que poderíamos chamar de “estado de espírito” da sociedade de sua época, ou o que ele mesmo nomearia em outro texto como uma “pobreza de experiência” própria da vida moderna (BENJAMIN, 2019b, p. 89). Assim, ainda que a origem do debate seja comum a Benjamin e Ryzova,⁴ seu uso se difere na escala de análise – ela faz um estudo de caso, enquanto ele faz uma generalização –, na abordagem disciplinar e, como veremos adiante, nas suas implicações políticas.

Essa variação nas abordagens e nos objetos de análise a partir de um mesmo termo, no entanto, não são de todo estranhas ao seu emprego original por Arnold van Gennep. Nele, a noção de experiência liminar diz respeito a uma fase intermediária de toda variedade de “padrão cerimonial que acompanha a passagem de uma situação para outra, ou de um mundo social ou cósmico para outro” (VAN GENNEP, 1960, p. 10, trad. nossa). Van Gennep sugere uma distinção de três fases dos ritos de passagem em 1) ritos de separação, 2) ritos de transição (liminares) e 3) ritos de incorporação. Ele se refere a cerimônias como o parto, o batismo, o matrimônio, o funeral etc., que em todos os casos passariam por essas três fases, mesmo que com maior ênfase em uma ou outra delas e ainda que nem sempre se possa fazer uma distinção precisa entre elas no proceder de cada experiência concreta; mas também já reconhecia a aplicabilidade dessa tipificação e da ideia de liminaridade para além das pequenas relações grupais, apresentando exemplos de rituais em contexto de guerras e migrações. A fase intermediária do limiar se caracteriza por sua ambiguidade, um período de limbo quando o sujeito posto no rito de passagem não encontra um posto social fixo. O sujeito não é, digamos, nem menino nem homem, ou nem solteiro nem casado, não está “lá” nem “cá”, mas “entre”. Quando essa indeterminação é verificada num contexto de revolta, segundo Ryzova nos sugere, as antigas leis são postas de lado e emerge um novo sujeito autônomo.

É importante atentar ao destaque que Benjamin faz sobre o sentido ritualístico implícito na noção de liminaridade, que só tem a enriquecer aquele sentido mais trabalhado por Ryzova para caracterizar o tempo liminar em

⁴Benjamin parte diretamente de van Gennep, enquanto Ryzova se vale dos desenvolvimentos da mesma teoria produzidos por Victor Turner. A respeito desses desenvolvimentos, ver Thomassen (2012).

contexto de revolta, revolução ou crise profunda. Quando Benjamin sugere que “[o] adormecer talvez seja a única [experiência liminar] que nos restou”, ele não se refere aos ritos de passagem em geral, mas a esse momento intermediário de incerteza do tempo liminar. Limiares são experiências raras na sociedade moderna, destaca Benjamin, posto que essa sociedade oculta a sua face de indeterminação, restringindo e nivelando a experiência comum àquela do tempo mecânico capitalista, do trabalho alienado, que não reserva tempo para as transições. Jeanne Marie Gagnebin acrescenta, a respeito das transições na modernidade tardia, que “[o] melhor seria poder anulá-las e passar assim o mais rapidamente possível [...] de uma atividade a outra, como passamos de um programa de televisão a outro com um mero toque na tecla do ‘controle remoto’, sem nos demormos *inutilmente* no limiar e na transição” (2014, p. 38, *italico da autora*). A experiência liminar, no sentido contrário, permite “abandonar as ilusões de soberania e de controle do assim chamado sujeito do pensar e do conhecer em prol da multiplicidade e da riqueza do real” (GAGNEBIN, 2014, p. 40).

Em que pese essa sugestão de que nos tornamos pobres em experiências liminares e que o “adormecer” seria talvez o único tempo liminar que nos resta, podemos inferir que há uma breve contradição intencional, ou uma aposta, nos parênteses que Benjamin deixa em seguida: “(E, com isso também, o despertar.)” (2009, p. 535). Pois podemos reconhecer, com Ryzova, que há algo como ritos de transição presente na experiência coletiva de uma revolta popular: “[a] ação em linha de frente era remanescente também da ação em outros níveis. Ter feito parte da linha de frente, onde morte e ferimento eram onipresentes, era equivalente à parte da ‘prova de fogo’ de alguns rituais clássicos” (2020, p. 41). Nessas pontes interdisciplinares parece haver mais do que uma simples conveniência. Como sugere Thomassen, a antropologia tem muito a contribuir na análise científica das revoluções políticas ao compreendê-las como “situações liminares bem definidas em cenários de larga escala” (THOMASSEN, 2012, p. 688, trad. nossa), uma vez que elas representam “momentos em que dadas hierarquias, normas sociais e valores sagrados são postos em questão. A ação humana e a experiência humana ao longo desses eventos ganham uma nova importância” (THOMASSEN, 2012, p. 701, trad. nossa).

Não apenas a Batalha da Rua Muhammad Mahmoud pode ser analisada como um processo liminar interno a outros (a Revolução Egípcia de 2011 e a Primavera Árabe), como também podemos verificar se houve, no próprio tempo interno da batalha, ainda outras pequenas experiências significativas

que podemos chamar liminares. A elaboração de Benjamin evoca um sentido espiritual, transcendente, próximo (ainda que distinto) àquele da interrupção do tempo que abre caminho para a chegada do Messias. A liminaridade converte a experiência cotidiana em algo novo, fantástico, como uma “morada do sonho” (BENJAMIN, 2009, p. 535), em que o tempo funciona de outra maneira e os sentidos outrora atribuídos à paisagem são ressignificados: “à medida em que a ordem se quebra e as definições sociais se dissolvem, o *self* deixa de se restringir e conter por categorias que normalmente o definem” (RYZOVA, 2020, p. 42). A revolta, assim, como experiência subjetiva das pessoas e grupos que a vivem no seu tempo, pode se constituir, também, como um tempo de rompimento dos padrões e normas estabelecidos de cima para baixo pelos grupos que detêm o poder, favorecendo a inventividade e a produção de novas formas de vida.

Os afetos e a espiritualidade na abertura ao novo

No tempo da revolta, assim, desvendam-se novas possibilidades de ser e existir. “Talentos” que não são apenas descartáveis para o capitalismo, como também completamente contraindicados (para dizer o mínimo) ou criminalizados (para sermos realistas) são descobertos e desenvolvidos, “tais como a arte de pegar um cartucho de gás lacrimogênio assim que aterrizou e jogá-lo de volta na polícia”, bem como a função de preparar coquetéis molotov ou de prestar primeiros socorros (RYZOVA, 2020, p. 22). Embora Ryzova não aborde aqui a experiência dos ativistas da Praça Tahrir, vale destacar que o trabalho de discussão política e busca de consensos no meio de uma assembleia aberta também implica novos desafios e o desenvolvimento de capacidades que representam uma ameaça (se não econômica, ao menos no nível da legitimidade discursiva) à política estadista e seu modo de tomada de decisão, que reserva o trabalho intelectual e decisório a uma minoria apartada dos meios populares. Na Batalha da Rua Muhammad Mahmoud, no entanto, esse desenvolvimento de novas habilidades e funções se constitui um ambiente de guerra que exige uma combinação de trabalho manual/corporal com trabalho intelectual, já que implica também a leitura das estratégias de guerra e “padrões táticos” do inimigo (o Estado e seu aparato militar) junto à evolução constante de estratégias de defesa e contra-ataque (RYZOVA, 2020, p. 20).

Mais que isso, essas relações funcionais são atravessadas por relações afetivas entre combatentes, formando vínculos de amizade, respeito e confiança mútua. Aquela experiência ritualística, que Ryzova chamou de

“prova de fogo”, “criava um vínculo eterno de amizade entre aqueles presentes, um laço sagrado conectando todos os iniciantes que passaram juntos pela prova: aqueles camaradas que queimaram veículos da polícia juntos e desviaram de balas lado a lado” (2020, p. 41). Se esses rituais de passagem formavam novos significados sobre a experiência cotidiana, faziam-no a partir da experiência sensível, que passava pela corporeidade de cada participante, constituindo-se como uma rede de produção e circulação de afetos. Como nos lembra Benjamin, a luta de classes “é uma luta pelas coisas duras e materiais, sem as quais não podem existir as requintadas e espirituais”; no entanto, essas “coisas espirituais” “estão vivas nessa luta sob a forma de confiança, coragem, humor, astúcia, constância, e atuam retroativamente sobre os tempos mais distantes”. Podemos notar aqui uma clara associação entre uma dimensão afetiva da luta e aquilo que Benjamin nomeia como “espiritual”, ao que ele então sugere haver uma força transformadora, “um heliotropismo secreto”. “O materialista histórico”, ele continua, “tem de saber lidar com essa transformação, a mais insignificante de todas” (BENJAMIN, 2019a, p. 10-11).

Sua “insignificância”, é claro, está na fraca manifestação dessa força na forma de afetos, não na sua importância para a luta de classes. A associação entre a espiritualidade e os afetos não deve passar despercebida; para um materialista como Benjamin, a teologia (a que, como se sabe, ele se refere constantemente) não diz respeito a um Deus alheio e distante da vida social, mas à própria vida social tal como ela se manifesta em seus pequenos detalhes. O divino e a chegada do Messias são elementos que importam à historiografia materialista. Como destaca Michael Löwy, Benjamin está inserido em uma tradição de pensamento judaico que, na iminência da catástrofe do nazismo e inspirada na experiência das lutas socialistas, se colocou a elaborar a figura do Messias como uma figura da sociedade sem classes. “Deus está ausente, e a tarefa messiânica é inteiramente atribuída às gerações humanas. O único messias possível é coletivo: é a própria humanidade, mais precisamente [...] a humanidade oprimida” (LÖWY, 2005, p. 52). Benjamin é categórico em um texto omitido de suas teses, o que seria a tese XVIIa: “Marx secularizou na ideia da sociedade sem classes a ideia do tempo messiânico” (2019c, p. 177). E, se esses elementos metafísicos importam ao materialista histórico, é porque eles se manifestam materialmente e dizem respeito à possibilidade de transformação radical da sociedade: “Não passa por nós um sopro daquele ar que envolveu os que vieram antes de nós? [...] Então, foi-nos dada, como a todas as gerações que nos antecederam, uma tênue força messiânica a que o passado tem direito” (BENJAMIN, 2019a, p. 10). A produção consciente de um

imaginário comum, sustentada e transmitida ao longo das gerações, é uma prática fundamental para o sucesso da mobilização popular, e essa produção do imaginário tem nas relações afetivas uma base fundamental de apoio formada pelo compartilhamento de experiências, formando o sentido, ou razão de ser, da luta social.

Essas “coisas espirituais”, no entanto, não raro são ignoradas ou subjugadas mesmo entre socialistas e outros setores progressistas que tendem a prescrever uma aparência de objetividade científica para as suas ações. Essa crítica está implícita desde a analogia do jogo de xadrez na primeira tese de Benjamin, em que a teologia, representada por um anão corcunda, conduz os movimentos do materialismo histórico, representado por uma máquina autônoma que “se serve” do anão para alcançar a vitória. Enquanto um jogo de espelhos produz a “ilusão” de que a máquina é capaz de vencer qualquer batalha de xadrez, vemos que, por trás das aparências, a sua razão matemática é guiada por um corpo orgânico (BENJAMIN, 2019a, p. 9). Máquina e homem, nessa tese, não se opõem, pois “a teologia e o materialismo histórico são ora o mestre, ora o servo; são ao mesmo tempo mestre e servo um do outro, eles precisam um do outro” (LÖWY, 2005, p. 45). É nesse sentido que Benjamin critica os socialdemocratas alemães de sua época, que descartam de todo a importância da agência humana para a transformação social e se fecham em cálculos pretensamente racionalistas: “a crença cega no progresso por parte desses políticos, a confiança que têm nas suas ‘bases de apoio’ e finalmente a sua inserção servil num aparelho incontrolável constituíram três aspectos do mesmo problema” (BENJAMIN, 2019a, p. 14). Esse mesmo problema, a saber, a sua falsa concepção da história como uma caminhada “linear e homogênea” em direção à emancipação da classe trabalhadora; uma crença pretensamente científica de que, com a acentuação das contradições econômicas do capitalismo, a sociedade caminharia naturalmente ao socialismo. Segundo essa leitura particular do materialismo histórico – que Benjamin considera um marxismo vulgar (BENJAMIN, 2019a, p. 15) –, a dimensão afetiva ou espiritual seria secundária ou desimportante para a luta de classes.

Também os ativistas da Praça Tahrir, segundo Ryzova, reproduziriam uma espécie de “crença cega no progresso” expressada em uma aposta na caminhada linear da sua mobilização na direção dos seus objetivos democráticos. É questionável a categorização e generalização que Ryzova traça a respeito da forma de ativismo da Praça Tahrir como uma política ingênua e fadada ao fracasso, o que será mais adiante problematizado. Antes disso, é interessante compreender a oposição que a autora estabelece entre essas duas

experiências – a Praça e a Rua –, de forma a apreender a concepção de luta dos combatentes da Rua Muhammad Mahmoud.

“O propósito” dos ativistas da Praça Tahrir seria “originalmente muito diferente da justa violência de classe trabalhadora, visto que muitos daqueles entre a juventude mais articulada [da Praça] eram atraídos pelo processo revolucionário esperando uma transição democrática, inaugurando o Estado de Direito e a justiça social, fosse para eles ou para outros” (RYZOVA, 2020, p. 44). Seu fazer político parecia se sustentar na ideia de uma normatividade política, a soberania da “razão” sobre a violência. Na Batalha da Rua Muhammad Mahmoud, ao contrário, o diálogo pacífico foi posto de lado, e o que prevalecia era o confronto e a ação direta. A abertura ao novo se daria no transcorrer dos acontecimentos presentes, não em um futuro ordenado pela razão.

Isso não acontecia sem uma forte dose de afetividade e sacralidade. Ryzova observa que da batalha emergiram elementos sagrados que contribuíram na construção de um sentido legitimador para a luta. Um forte exemplo é a execução de rituais de entrada no campo de batalha por grupos de torcida organizada, como os Ultras, que se utilizavam de fogos para formar uma espécie de espetáculo. Também diversos grafites passaram a representar os combatentes como bailarinas, “em referência às habilidades acrobáticas e à elegância dos homens jovens ao desviar de balas”, ou como anjos (RYZOVA, 2020, p. 23). Essas imagens representadas nos muros se estendiam à significação compartilhada pelos combatentes sobre a justiça implicada na sua luta. “Eles se consideravam anjos em uma batalha metafísica entre a justiça e verdade absolutas, de um lado, e o mal absoluto, do outro” (RYZOVA, 2020, p. 35).

É possível estabelecer um interessante paralelo entre as conclusões de Ryzova acerca desta experiência e aquelas levantadas pelo sociólogo brasileiro Maurício Vinhas de Queiroz sobre o levante messiânico do Contestado. Após apresentar a experiência dos sertanejos em sua luta que visava instaurar o Reino de Deus na Terra, entre 1912 e 1916, durante o período da Primeira República Brasileira, Queiroz conclui que o arcabouço religioso da revolta se relacionava diretamente com a realidade material vivenciada. O messianismo expressava a “recusa diante de intoleráveis condições de existência, manifestando a esperança de que um herói sobrenatural abrirá as portas de uma vida livre de misérias e injustiças” (QUEIROZ, 1966, p. 287). As eclosões messiânicas seriam manifestações de desespero coletivo frente à incapacidade de obter a satisfação das necessidades vitais estabelecidas por determinada

cultura (*deprivation*). Além disso, se caracterizariam por uma ação de revolta contra adversários numa situação de poder substancialmente superior e mais favorável, com “procedimentos de dominação” “praticamente irremovíveis” (QUEIROZ, 1966, p. 288). Em decorrência disso se dá seu sentido trágico, uma vez que não haveria condições objetivas para a vitória.

No caso da Batalha da Rua Muhammad Mahmoud, conforme análise de Ryzova, o apelo ao sobrenatural, ao místico, traria o encorajamento necessário ao enfrentamento face um poder também expressivamente desigual. No entanto, seu artigo interpreta que aqueles “anjos em uma batalha metafísica entre a justiça e verdade absolutas, de um lado, e o mal absoluto, do outro” (RYZOVA, 2020, p. 35), diferentemente dos sertanejos do Contestado, teriam uma percepção relativamente desencantada da sua revolta, vivenciando-a como uma liberação momentânea e não como uma abertura messiânica capaz de derrotar decisivamente o mal que combatiam.

Outro elemento significativo nesse imaginário da batalha é o uso de uma bandeira com o rosto estampado, por *stencil*, de Mina Daniel, um ativista assassinado pelo exército um mês antes. Essa bandeira era carregada à frente do grupo de combatentes, o que favorecia o imaginário clássico de uma luta entre dois exércitos (RYZOVA, 2020, p. 20). O psicólogo social salvadorenho Mauricio Gaborit, discutindo a memória pública de massacres, detenções arbitrarias massivas e desaparecimentos praticadas pelos regimes militares na América Latina, verifica que se opera nesse contexto uma dupla vitimização dos mortos. Uma vez que os atos de violência do Estado são negados, as vítimas e sobreviventes que se esforçam em obter justiça são tratados como pessoas confusas, sentimentais ou, ainda, egocêntricas e de má-fé, “uma vez que não possuem um referencial honesto sobre os acontecimentos, tais como ocorreram” (de acordo com a história oficial). Resta-lhes ou “relegar à clandestinidade seus sentimentos de dor, perda e injustiça”, ou “dignificar” e “objetivar” seus sentimentos pela prática social, reforçando a memória da versão verdadeira dos fatos junto à sua comunidade (GABORIT, 2009, p. 255-256). O silenciamento dos sobreviventes, o apagamento da história viva das vítimas e a relativização ou negação das atrocidades causadas pelo Estado são combatidas também no campo da intersubjetividade. Tais práticas contribuem para que o passado das comunidades postas em luta revele-se um dado objetivo, histórico e passível de superação (GABORIT, 2009). A bandeira com o rosto de Mina Daniel é mais uma forma de elaboração coletiva do sentimento compartilhado de indignação, agora legitimado enquanto experiência pública, assim como uma forma de afirmação da dignidade dos ativistas, que se tornam

mártires ou anjos. Essa presença de Mina Daniel encontra concordância, ainda, com as elaborações de Benjamin, para quem a luta de classes não se dirige ao futuro, mas ao passado, à vingança “em nome de gerações de vencidos” (BENJAMIN, 2019a, p. 16).

Para usar um termo recorrente entre os movimentos sociais latino-americanos que bebem da fonte do catolicismo popular e da Teologia da Libertação, esses rituais de entrada, os grafites, a bandeira, formavam uma espécie de “mística” da luta. Deslocando o debate da teologia para o campo psicossocial, pode-se dizer que a mística é composta por

elementos materiais e simbólicos que sirvam para criar vínculos e laços afetivos, identidade coletiva e sentimento de pertença a uma comunidade organizada, que represente, para todos nós, a possibilidade de nos sentirmos acolhidos por um coletivo, e de sermos agentes do acolhimento dos outros. (GASPAR, 2010, p. 40).

Elementos materiais como a música, a dança, o fogo, a imagem, são tão importantes para as religiões quanto para a luta social, e sua sacralidade perdura no tempo e na memória coletiva dos grupos envolvidos:

Uma mitologia característica emergiu dos eventos e continua vivendo na memória. Reminiscente de suas experiências, alguns dos meus interlocutores assinalaram poderes protetivos à bandeira com a imagem de Mina Daniel; outros refletiram sobre o fato de que eles não morreram, enquanto a pessoa que estava ao seu lado, fosse um amigo ou um completo estranho, morreu. Entrevistas conduzidas cinco anos depois eram marcadas por tropos narrativos de experiências extracorpóreas e força sobre-humana, pelos quais meus interlocutores retratavam suas ações. (RYZOVA, 2020, p. 23).

0 momentâneo e o messiânico

A revolta da Rua Muhammad Mahmoud se constitui, duplamente, 1) como uma forma de trabalho coletivo e não alienado, posto que os frutos do trabalho (a defesa do processo que se dava a algumas quadras dali, na Praça Tahrir, e, em particular, a formação comum da dignidade dos combatentes) são colhidos pela sua própria comunidade; e 2) como uma forma de comunhão e troca afetiva e espiritual, estabelecendo relações interpessoais de respeito, dignidade e confiança mútua entre os combatentes. Como vimos, isso se dá no interior de um tempo suspenso e posto em aberto, de autodescoberta em um contexto

festivo e ritualístico, no qual novas qualidades são descobertas e desenvolvidas. A partir dessa experiência liminar, “a ordem social é posta em um ‘modo subjuntivo’ e admitida a refletir sobre si mesma, quando hierarquias sociais são questionadas e retificadas”, permitindo assim “a decretação momentânea de uma forma de ordem social alternativa” (RYZOVA, 2020, p. 39).

Essa inversão possibilitou, ainda que num curto intervalo de tempo, reposicionar esses sujeitos e a autopercepção de sua posição social e espaço de poder. Como a autora aponta, a maioria dos participantes da Batalha da Rua Muhammad Mahmoud era composta por homens jovens provenientes de estratos sociais rebaixados. À semelhança do jovem tunisiano que se tornou o primeiro mártir da Primavera Árabe, Mohamed Bouazizi, é possível considerar que muitos daqueles combatentes enfrentavam em seu cotidiano, prévio à revolta, os dramas da informalidade no mundo do trabalho, realidade que afeta parcela significativa da juventude no Oriente Médio e Norte da África (GATTI *et al.*, 2014). Neste sentido, é possível compreender que a revolta operava como um acerto de contas temporário, possibilitando a esses homens desfrutar do controle de seus destinos de maneira que antes lhes era privada pela realidade econômica e política vivenciada.

Ryzova destaca ainda que a formação dessas novas possibilidades abre caminho para a sensação de autonomia desses sujeitos. “É essa liberação da estrutura que repousa no núcleo da experiência de plena agência, ou plena autonomia: um sentido aguçado de si imbuído de controle total sobre sua vida e seu corpo” (RYZOVA, 2020, p. 42). No entanto, ainda que ela indique, em uma única passagem do artigo, que a experiência no campo de batalha pode fazer emergir mudanças “temporária ou permanentemente” (RYZOVA, 2020, p. 7), isto é, mudanças que perduram para além do tempo liminar da revolta, ela se refere aqui unicamente a mudanças restritas à experiência das pessoas. No mais, a novidade da experiência liminar não é senão “momentânea”, situacional.

Ao longo de seu artigo, ela insiste nas diferenças entre os combatentes da Rua Muhammad Mahmoud e os ativistas da Praça Tahrir. Sugere que, enquanto estes se orientavam a um futuro idealizado, utópico, aqueles se empenhavam em uma “temporalidade circular orgânica, para quem o assalto a uma estação de polícia ou a uma loja de luxo representava toda a ‘revolução’ que haveria para ser feita” (RYZOVA, 2020, p. 44). Para os combatentes, a correção “dos males pelas suas próprias mãos” e a “restauração” momentânea da justiça é tudo o que parece restar para a luta social (RYZOVA, 2020, p. 42).

Já os ativistas da Praça Tahrir estariam concentrados no conceito moderno de política como participação direcionada ao futuro, este “variadamente concebido como emancipação, como marcha adiante [*onward*] rumo ao progresso, ou a busca por felicidade, liberdade ou democracia” (RYZOVA, 2020, p. 9). Sua crítica da forma de ativismo presente na Praça Tahrir contradiz argumentos comuns entre analistas e ativistas que reconheceram o modelo de ocupação com assembleias abertas como uma forma de “política prefigurativa” que não visava simplesmente reivindicar um futuro democrático, mas sim *prefigurar* esse futuro desde sua prática atual, isto é, construir no presente o modelo de política democrática almejado (VAN DE SANDE, 2013). Essa forma de política encontra relações com as práticas de democracia direta e desobediência civil (CELIKATES, 2019, p. 42) que marcaram o ativismo na Praça Tahrir e outros movimentos de ocupação, como o Occupy Wall Street e os Indignados da Espanha.

Sem justificar o motivo, a historiadora assume como certa uma generalização da luta na Praça Tahrir como um projeto utópico e ingênuo na sua crença em uma temporalidade linear e progressiva que caminharia naturalmente em direção à democracia; regime este que, em sua análise, parece inviável *a priori*, ao menos no que diz respeito à realidade egípcia. Nesta interpretação desencantada, produzida após as reviravoltas e derrotas posteriores às agitações iniciadas a partir de dezembro de 2010, parece não sobrar alternativas entre uma “política compreendida em estreitos termos institucionais e procedimentais” e a política momentânea da revolta como fim em si mesma (RYZOVA, 2020, p. 34). Dessa forma, ela reduz a diversidade de interesses, concepções de tempo e finalidades entre os ativistas da Praça Tahrir a um único modelo homogêneo e iludido, orientado a um futuro utópico, o que contradiz a defesa de alguns dos próprios ativistas de que a sua política seria orientada mais ao presente do que ao futuro (VAN DE SANDE, 2013). Simultaneamente, ela opõe esse modelo homogêneo ao da revolta efêmera na Rua Muhammad Mahomoud, que, por sua vez, produziria uma inversão temporária da ordem e alcançaria o máximo de subversão possível diante das condições de possibilidade vivenciada.

Por fim, Ryzova conclui que a forma política da revolta pode se tornar cada vez mais comum nos tempos neoliberais, à medida que “projetos democráticos orientados ao futuro se tornem inatingíveis [*unattainable*]” (RYZOVA, 2020, p. 45). Embora só aqui – nas últimas palavras do artigo – Ryzova explicita uma expectativa fatalista de futuro, essa perspectiva parece guiar a sua análise sobre o ativismo democrático da Praça Tahrir ao longo de todo o artigo. Ainda que a

sua análise diga respeito também aos resultados finais da revolução egípcia que, segundo ela, implicou uma “perda da inocência” e dos “sonhos em um futuro progressivo” (2020, p. 45), ela acaba por categorizar como ingênuo todo projeto democrático orientado ao futuro em contexto neoliberal.

Ao relegar a luta política a uma ingenuidade relativa à noção de tempo linear e progressivo, ela acaba por minimizar o lugar de agência dos manifestantes que participavam das assembleias democráticas da Praça Tahrir. Em contraposição, a sua descrição da temporalidade da Batalha da Rua Muhammad Mahmoud como uma “temporalidade orgânica” mistura-se ainda a um julgamento da autonomia individual e momentânea como agência e autonomia “plena”. E, ainda assim, sua descrição desta batalha como passagem liminar “sem *script*, sem ritual que os contenha” (2020, p. 6) encontra uma breve, porém significativa, contradição na descrição do desenrolar interno de seus acontecimentos, visto que a espontaneidade dos combatentes, antes supostamente ingovernável, termina encontrando também seu próprio ciclo de repetições em um tempo “cada vez mais rotinizado e ritualizado” (2020, p. 19).

Nesse ponto de contradição, que não é reconhecido pela autora, a teoria crítica de Benjamin indica uma possível superação, já que, em Benjamin, a experiência liminar não se basta; a passagem se faz *de um lugar para outro*. A ação messiânica benjaminiana é aquela que visa abrir as portas do presente para a formação de uma sociedade emancipada – e que, justamente para que isso ocorra, abre o tempo presente ao interromper o *continuum* temporal do progresso civilizatório. Para ele, não há separação ou conflito entre a interrupção do tempo linear e a construção de um novo mundo.

A historiografia materialista [...] assenta sobre um princípio construtivo. Do pensar faz parte não apenas o movimento dos pensamentos, mas também a sua paragem. Quando o pensar se suspende subitamente, numa constelação carregada de tensões, provoca nela um choque através do qual ela cristaliza e se transforma numa mônada. O materialista histórico ocupa-se de um objeto histórico apenas quando este se lhe apresenta como uma tal mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma paragem messiânica do acontecer ou, por outras palavras, o sinal de uma oportunidade revolucionária na luta pelo passado reprimido. E aproveita essa oportunidade revolucionária para forçar uma determinada época a sair do fluxo homogêneo da história. (BENJAMIN, 2019a, p. 19).

Portanto, para Benjamin, a historiografia materialista é capaz de alcançar uma “paragem” (*Stillstellung*; na tradução de Gagnebin: “*imobilização*”) do

pensamento, de onde se atinge um estado privilegiado para analisar a história como uma mônada. A partir dos estudos de Ryzova, fica patente que esse momento de paragem esteve presente na experiência dos combatentes da Batalha da Rua Muhammad Mahmoud, algo de forma análoga àquilo que Benjamin conta da Revolução de Julho de 1830, quando os revolucionários destruíram os relógios da cidade, símbolos da modernidade e do tempo do trabalho (2019a, p. 18).

Enquanto a experiência liminar se basta como experiência coletiva dos combatentes na análise de Ryzova, para Benjamin, o materialista histórico é aquele que aproveita tal “oportunidade revolucionária” – aquela própria “liberação da estrutura” (RYZOVA, 2020, p. 42) – para seguir um princípio construtivo de uma nova sociedade ao abrir as portas para a entrada do Messias. Essa construção que se forma a partir da oportunidade revolucionária, para Benjamin, só pode se dar a partir de quando a história é compreendida como uma experiência única; e tal compreensão encontra lugar privilegiado na experiência do tempo liminar, que pode ser instaurado no tempo presente e em qualquer momento da história. Em suas palavras, “não existe um único momento que não traga consigo a sua oportunidade revolucionária – ela precisa apenas ser definida como oportunidade específica, concretamente como ocasião para uma solução radicalmente nova perante uma tarefa radicalmente nova” (BENJAMIN, 2019c, p. 177). Apenas a oportunidade do tempo suspenso não se faz suficiente para Benjamin.

Conforme aponta Gabnebin, quando não há destino nessa passagem, ainda que esse destino seja de todo desconhecido, a tendência é que se caia em um limbo repetitivo, como num conto kafkiano: “vagamos de limiar em limiar, de corredor em corredor, de sala de espera em sala de espera, sem nunca chegarmos ao destino almejado, que corre o risco de ser esquecido” (2014, p. 44). De fato, quando a Batalha da Rua Muhammad Mahmoud terminou, depois de cinco dias de rituais rotinizados e repetitivos, os ativistas da Praça Tahrir já haviam sido dispersados e migraram para outra região da cidade (RYZOVA, 2020, p. 15). Sua razão original – proteger a Praça Tahrir da intervenção policial – foi esquecida. A experiência da revolta foi sentida como emancipatória e como um fim em si mesma; no entanto, uma experiência *sentida como* emancipatória é diferente de um processo de emancipação social. Para o campo da Teoria Crítica, do qual Benjamin faz parte (ainda que marginalmente), a verdadeira emancipação só se realizaria na extinção da sociedade dividida em classes. A análise de Ryzova assume um sentido distinto, é fatalista e desencantada tanto ao considerar que nenhuma vitória democrática seria

possível no contexto da Revolução Egípcia de 2011, quanto ao assumir que no contexto neoliberal os projetos democráticos tendem a se tornar “inatingíveis”. Desse ponto de vista, o máximo de emancipação possível é aquela sentida pelos indivíduos como suspensão temporária da ordem. Embora parta do mesmo quadro de referências teóricas na sua análise do tempo liminar, sua perspectiva não se alinha com a perspectiva revolucionária de Benjamin.

Considerações finais

A análise de Ryzova sobre a Batalha da Rua Muhammad Mahmoud oferece importantes elementos para a análise teórica e interdisciplinar da experiência liminar em tempos de revolta – destacadamente no que se refere ao papel dos rituais, da construção simbólica, da espiritualidade, do atravessamento das relações funcionais e afetivas entre os combatentes e, fundamentalmente, a relação entre as pessoas e grupos em uma revolta sentida como tempo liminar.

O tempo liminar, como vimos, favorece a formação de novas experiências. Na análise de Ryzova acerca de seu estudo de caso, ele parece se bastar em si mesmo como forma momentânea de emancipação do sujeito frente a uma dada ordem opressora, e não há alternativa transformadora para além do que ali se realiza. A utopia democrática seria inerentemente ingênua e fadada ao fracasso, como a história da Revolução Egípcia de 2011 atestaria. Contrastando com esta perspectiva desencantada, Benjamin, imbuído de uma compreensão da revolução como transformação total da vida, considera que o tempo liminar pode inaugurar uma interrupção messiânica do *continuum* temporal que seria necessária para o processo de abertura de uma nova experiência de sociedade. Mesmo que derrotadas, as experiências dos vencidos deixam “um sopro daquele ar” aos que vierem depois.

Ao dialogar essas duas abordagens, apontamos para uma diferença significativa em formas de análise teórica de períodos de revolta, em particular a possibilidade da revolta como fim em si mesma ou como parte de um projeto maior de transformação social. Essa distinção não pode ser analiticamente compreendida como uma oposição fechada, sob o risco de assumirmos todo projeto de transformação como um projeto ingênuo de progresso linear rumo ao futuro desejado, em contraposição à temporalidade liminar e orgânica da revolta. No sentido contrário, pode-se tomar em conta uma diversidade de interesses, de concepções de tempo e de finalidades implicadas em cada diferente forma de luta.

Destaca-se também, com este trabalho, a utilidade da ideia de liminaridade para a construção de uma análise interdisciplinar *vista de baixo* sobre os processos de revolta. Quanto mais próximo o cientista se coloca dos sujeitos comuns presentes no evento, melhor poderá verificar a complexidade dessas experiências. A categoria de liminaridade, pela própria ambivalência e indeterminação que ela descreve, pode favorecer a descrição de elementos *baixos* da luta social como o corpo, o festivo e os afetos, muitas vezes ignorados pela história oficial.

Referências

- BENJAMIN, Walter.
(2019a). Sobre o conceito da História. In: João Barrento (Org.). *O anjo da história*. 2. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, p. 7-20.
- (2019b). Experiência e pobreza. In: João Barrento (Org.). *O anjo da história*. 2. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, p. 83-90.
- (2019c). Comentários: Sobre o conceito da História. In: João Barrento (Org.). *O anjo da história*. 2. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, p. 168-192.
- (2009). Prostituição, jogo. In: Rolf Tiedemann; Willi Bolle; Olgária Matos (Orgs.). *Passagens*. 2. ed. Belo Horizonte, São Paulo, Editora UFMG, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 531-555.
- CELIKATES, Robin.
(2019). Civilidade radical? Desobediência civil e a ideologia da não-violência. *Dissonância*, v. 3, n. 1, p. 23-69.
- FENELON, Déa Ribeiro.
(2014). E. P. Thompson – História e Política. *História e Perspectivas*, v. 1, p. 33-53.
- GABORIT, Maurício.
(2011). Memória Histórica: reverter a história a partir das vítimas. In: Raquel Guzzo, Fernando Lacerda Júnior (Orgs.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. 2. ed. Campinas, Editora Alínea, p. 245-274.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie.
(2014). Limiar: entre a vida e a morte. In: Jeanne Marie Gagnebin. *Limiar, Aura e Rememoração: Ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, p. 33-50.
- GASPAR, Marco Aurélio Fernandes.
(2010). *A Falta que faz a Mística*: Elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- GATTI, Roberta; ANGEL-URDINOLA, Diego; SILVA, Joana; BODOR, Andras.
(2014). Striving for better jobs: the challenge of informality in the Middle East and North Africa. *MENA Knowledge and Learning Quick Notes Series*, v. 49. Washington, World Bank.
- KALLIO, Kirsi Pauliina; HUKKI, Jouni.
(2017). Geosocial Lives in Topological Polis: Mohamed Bouazizi as a Political Agent. *Geopolitics*, v. 22, n. 1, p. 91-109.
- KINGSLEY, Patrick; DOSS, Leyla.
(2013). *Egyptian police 'killed almost 900 protesters in 2011 in Cairo'*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/mar/14/egypt-leaked-report-blames-police-900-deaths-2011>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- LÖWY, Michael.
(2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo, Boitempo Editorial.

PORT, Andrew.
(2015). History from Below, the History of
Everyday Life, and Microhistory. *International
Encyclopedia of the Social & Behavioral
Sciences*, v. 2, n. 11, p. 108-113.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de.
(1966). *Messianismo e Conflito social*. A guerra
sertaneja do Contestado 1912-1916. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira.

RYZOVA, Lucie.
(2020). The battle of Muhammad Mahmoud
Street in Cairo: the politics and poetics of
urban violence in revolutionary time. *Past and
Present*, v. 247, n. 1.

(2011). *The battle of Cairo's Muhammad
Mahmoud Street*. Disponível em:
<https://www.aljazeera.com/opinions/2011/11/29/the-battle-of-cairos-muhammad-mahmoud-street/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

THOMASSEN, Bjørn.
(2012). Notes towards an Anthropology of
Political Revolutions. *Comparative Studies in
Society and History*, v. 54, n. 3, p. 679-706.

THOMPSON, Edward Palmer.
(2004). *A formação da classe operária inglesa*. 4.
ed. Trad. D. Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e
Terra.

VAN DE SANDE, Mathijs.
(2013). The Prefigurative Politics of Tahrir
Square—An Alternative Perspective on the
2011 Revolutions. *Res Publica*, v. 19, p. 223-
239.

VAN GENNEP, Arnold.
(1960). *The Rites of Passage*. Chicago, University
of Chicago Press.

Recebido em
março de 2021

Aprovado em
agosto de 2022

Reconhecimento espacial: por uma gramática social do conflito urbano

Taísa Sanches ¹

Resumo

As lutas sociais por moradia constituem-se um fenômeno presente nas grandes cidades mundiais. As demandas dos ativistas vão desde o acesso a unidades habitacionais a projetos mais amplos relacionados ao direito à cidade. A partir de pesquisa e acompanhamento de quatro movimentos sociais organizados em Londres e no Rio de Janeiro, este artigo propõe a categoria reconhecimento espacial de forma a oferecer uma chave interpretativa da gramática social do conflito urbano, buscando lançar luz às distintas formas de desigualdade que recaem sobre aqueles que convivem com a precariedade habitacional, dentre as quais aquela relativa ao gênero. O conceito se constitui como uma proposta de categorização das dimensões das relações sociais de reconhecimento relacionadas à luta por moradia e mostrou-se uma ferramenta capaz de iluminar características essenciais à ampla compreensão das demandas dos movimentos sociais.

Palavras-chave

Reconhecimento. Espaço. Movimentos Sociais.

Abstract

Social struggles for housing are a phenomenon present in large world cities. Activists' demands range from access to housing units to broader projects related to the right to the city. Based on research and monitoring of four social movements organized in London and Rio de Janeiro, this article proposes the category spatial recognition in order to offer an interpretative key to the social grammar of urban conflict, seeking to shed light on different forms of inequality that fall on those who live with housing precariousness, including that related to gender. The concept is constituted as a proposal for categorizing the dimensions of social relations of recognition related to the struggle for housing and proved to be a tool capable of illuminating essential characteristics for a broad understanding of the demands of social movements.

Keywords

Recognition. Space. Social Movements.

¹ Doutora em Ciências Sociais (PUC-Rio). Pesquisadora de pós-doutorado (com bolsa PDR10/FAPERJ) e professora colaboradora no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). *E-mail:* taisasanches@gmail.com.

Introdução

A precariedade habitacional é um fenômeno que atinge as grandes cidades do mundo contemporâneo, tendo como principal vetor processos de financeirização dos programas de habitação oferecidos pelos Estados (ROLNIK, 2015; MADDEN; MARCUSE, 2016). A falta de moradia, por sua vez, é motor de lutas sociais presentes nas grandes cidades mundiais. Com base em resultados de pesquisa realizada com movimentos sociais de luta por moradia nas cidades de Londres e Rio de Janeiro, organizados a partir da iminência de remoção, este artigo procura analisar as demandas dos sujeitos envolvidos nas lutas a começar pelas dimensões de reconhecimento propostas por Axel Honneth (2003) e desenhar caminhos possíveis de interpretação de suas demandas. Para tanto, propõe-se a inclusão de uma dimensão especificamente relativa à gramática social do conflito urbano, denominada reconhecimento espacial.

Tal proposta procura dar visibilidade a dimensões da luta por moradia ainda pouco exploradas nos estudos sobre movimentos sociais no Brasil. Análises recentes demonstram que a categoria *repertório de ação* é a mais utilizada pelo referido campo de análise do país, o que, da forma como tendo sido feito, tende a obscurecer aspectos importantes de compreensão dos movimentos (PEREIRA; SILVA, 2020), ao passo que oferece poucos caminhos para análise das subjetividades inerentes à luta. O exercício aqui proposto visa a responder à necessidade de formas interpretativas mais amplas, especificamente acerca dos movimentos sociais de luta por moradia, levando em conta demandas contra o apagamento e a precariedade.

Durante os quatro anos de realização da pesquisa aqui exposta, foram feitas 23 entrevistas em profundidade com participantes de movimentos sociais nas cidades de Londres e Rio de Janeiro. Ademais, realizou-se o acompanhamento do cotidiano dos movimentos, através da participação em manifestações, reuniões decisórias, assim como de debates em plataformas de mídias sociais. Os resultados da pesquisa demonstraram que as demandas não se resumem à conquista de unidades habitacionais – o que poderia ser atendido através de políticas de redistribuição, por exemplo – e incluem questões relativas à conservação das memórias relativas ao local de moradia, dentre outras. A ameaça de remoção de casas, que aparece como vetor para a organização dos movimentos aqui analisados, figura-se como um tipo de desrespeito que afeta a própria história de vida das pessoas.

Dito isso, propõe-se a categoria *reconhecimento espacial*, que se inspira na estrutura das dimensões do reconhecimento como proposta por Axel Honneth (2003) (sua proposta está representada pelo espaço não sombreado no Quadro 1). O autor estipula distintas esferas pessoais e sociais de constituição de formas de reconhecimento necessárias para o desenvolvimento pleno da identidade e autonomia dos sujeitos sociais, baseadas nas relações afetivas (primárias), jurídicas (direitos) e relativas à comunidade de valores (solidariedade). O termo *reconhecimento espacial* une os conceitos direito à cidade (LEFEBVRE, 1991), valorização social (CAILLÉ, 2008) e memória coletiva (HALBWACKS, 1990), de forma a explorar os efeitos do lugar (BOURDIEU, 1997) na formação subjetiva de forma a analisar as demandas dos movimentos sociais acompanhados e oferecer uma categoria analítica capaz de lançar luz à formação subjetiva das pessoas neles envolvidas, os potenciais evolutivos das demandas e às formas de desrespeito relacionadas. Esta proposta está grifada em cinza no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1

Estrutura das relações sociais de reconhecimento				
Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social	Vibração social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades	Memória
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)	Espacial
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização	Direito à cidade
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima	Autopercepção
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa	Apagamento espacial/remoção
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra” e dignidade	História de vida

Fonte: Adaptado de Honneth (2003, p.211).

A partir do esquema interpretativo de Honneth (2003), a precariedade habitacional pode ser entendida como desencadeadora de diversas formas de desrespeito às dimensões do reconhecimento, como será elaborado ao longo do artigo. A categorização proposta (área sombreada do quadro) busca apontar como o lugar é uma dimensão essencial a ser explorada, sendo a disputa por ele parte da gramática social dos conflitos urbanos. Por precariedade, entende-se o enfraquecimento dos meios de acesso ao direito à moradia, ocorrido por conta dos fenômeno de financeirização, definido por Raquel Rolnik (2015)

como um processo que leva habitação a ser compreendida não mais como um bem social, mas como imóvel, ou seja, bem privado, gerador de lucros e alvo de investimentos.

Ao tomar como referência as lutas sociais dos movimentos por moradia, a perspectiva de Honneth (2003) parece fundamental, uma vez que o autor concebe o envolvimento dos indivíduos em grupos de ativismo social como uma maneira de transformação da imobilidade que pode ser causada pela sensação de desrespeito. O reconhecimento entre grupos que enfrentam problemas semelhantes, segundo o autor, pode gerar uma forma de autocompreensão fundamental para evidenciar os conflitos publicamente. Ele vê a luta social como um processo prático em que as experiências individuais de ser ou se sentir desrespeitado são interpretadas como típicas de um grupo inteiro, de maneira que podem influenciar a demanda coletiva por reconhecimento (HONNETH, 2003, p.257).

Nancy Fraser (2001), ao realizar uma crítica à teoria do reconhecimento de Honneth, alertou que há certas formas de desrespeito que poderiam ser remediadas (não resolvidas) a partir de políticas redistributivas. No caso das desigualdades habitacionais, um remédio óbvio seria a oferta de moradia. A partir das experiências analisadas ao longo desta pesquisa, no entanto, observou-se que a demanda por moradia está relacionada a diversas dimensões de reconhecimento que não se resolvem somente através do acesso a uma unidade habitacional. A casa é necessária, e isso se mostra claramente nas demandas dos movimentos, mas também é fundamental considerar sua localização, a comunidade de valores que a circulam, as memórias constituídas no local e a forma como se inserem no tecido urbano, como veremos.

A proposta de inclusão da dimensão do reconhecimento espacial no esquema interpretativo de Honneth constitui-se, então, em um exercício de colocar em diálogo as diferentes demandas dos sujeitos envolvidos em movimentos sociais de luta por moradia e pensar em como constituem-se como retratos das demandas de transformação cultural da estrutura de segregação e precariedade às quais estão submetidos. Os cidadãos, no quadro apresentado neste artigo, figuram como sujeitos políticos diante da precariedade em que vivem, demandantes do reconhecimento espacial como parte integrante de sua personalidade.

As demandas de movimentos sociais de luta por moradia

A pesquisa a partir da qual se construíram os argumentos defendidos neste artigo foi realizada com quatro movimentos sociais de luta por moradia, dois em Londres e dois no Rio de Janeiro, entre 2016 e 2020. Além das entrevistas, foi realizado o acompanhamento de atividades cotidianas e de manifestação dos movimentos, além de uma constante análise de suas publicações em redes sociais, tais como Twitter, Facebook e Instagram.

Ainda que organizados em cidades tão diferentes, os grupos se formaram a partir de fenômenos comuns a grandes cidades mundiais do mundo hodierno: a possibilidade de remoção das casas onde moravam os ativistas, processos de financeirização da moradia social, de austeridade estatal ou gentrificação local. As duas cidades em que se organizam os movimentos analisados, ademais, sediaram os Jogos Olímpicos em 2012 (Londres) e 2016 (Rio de Janeiro), o que contribuiu para que os processos mencionados fossem intensificados. Especialmente dois movimentos analisados aqui – Vila Autódromo e *FocusE15* – sofreram intensamente com as transformações urbanas geradas pelos Jogos, como será exposto adiante. Ainda que no espaço deste artigo não caiba a descrição minuciosa dos movimentos, uma apresentação breve é realizada em seguida².

O movimento *FocusE15* nasceu em 2013, quando 29 moradoras de um hostel,³ localizado no bairro de Newham, na região leste de Londres, receberam a notícia que teriam que sair dos apartamentos em que viviam. O leste de Londres foi uma das regiões mais impactadas pelas transformações que ocorreram na cidade como preparação para os Jogos Olímpicos de 2012, uma vez que grande parte dos espaços destinados aos jogos foi construído nessa parte da cidade. Atualmente o movimento realiza manifestações semanais nas ruas de *Newham*, e encontros mensais, onde organizam as atividades, tais como apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade ou ocupações de espaços na cidade.

Também como resposta à possibilidade de remoção de um condomínio de edifícios situado no bairro de Hackney, um dos mais gentrificados⁴ da cidade,

² A descrição pormenorizada dos movimentos apresentados neste artigo pode ser encontrada em Sanches, 2020.

³ Denominado hostel ou *foyer*, o prédio onde moravam as mães era um local destinado à habitação provisória de mães e pais em situação de vulnerabilidade social.

⁴ O termo gentrificação foi designado por Ruth Glass (1964) para designar, *grosso modo*, lugares ocupados por classes desfavorecidas, que passam a ser valorizados e ocupados por classes mais

nasceu o movimento *SaveNorthWold*.⁵ A incorporadora que administra o *Council Estate*, como são denominados os edifícios de moradia social do país, propunha o chamado *redevelopment* do conjunto de prédios, ou seja, uma renovação de toda a construção, com opções de construção de novos apartamentos nas áreas vazias do conjunto, demolição parcial e redensolvemento de todo o conjunto ou demolição total e redensolvemento do conjunto.⁶ As opções foram negadas pelos moradores, e o movimento teve sucesso em barrar as transformações após um longo período de resistência, que incluiu a formação de rede com grupos de apoio, tais como o *Architects for Social Housing*, que publicou um documento mostrando o valor social e arquitetônico para manutenção do conjunto de prédios.

Os grupos brasileiros constituem-se parte de um amplo movimento de favelas na cidade do Rio de Janeiro que lutam contra as remoções. O caso da Vila Autódromo é reconhecido por sua resistência durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016, quando as transformações urbanas cobriram o bairro da Barra da Tijuca de iniciativas privadas, sendo aquelas levadas a cabo por incorporadoras e construtoras de imóveis as mais significativas. Em meio a esse turbilhão de investimentos, ao lado do Parque Olímpico e na fronteira com o bairro de Jacarepaguá, se encontra a Vila Autódromo, onde cerca de 600 famílias foram removidas, tanto por meios violentos quanto por compensação financeira. Após ampla negociação, vinte casas foram construídas pela Prefeitura Municipal para abrigar as famílias que permaneceram e que hoje mantêm o movimento vivo através de ações como a criação do Museu das Remoções, que promoveu, dentre outras coisas, o emplantamento das ruas que permanecem e de pontos significativos para a comunidade.⁷

O caso do Horto é o mais antigo dos quatro. A comunidade, localizada na zona sul carioca, tem suas origens na construção do Parque Jardim Botânico, quando trabalhadores escravizados foram levados a viver no local para construir e manter o mesmo. As famílias atualmente residentes ali não possuem nenhum tipo de segurança em relação à sua permanência na comunidade e

altas, gerando a expulsão dos mais pobres.

⁵ O conjunto de edifícios se chama NorthWold Estate.

⁶ Essas opções foram apresentadas aos moradores do conjunto de edifícios em reuniões com a incorporadora Guinness, que faz a administração do local em conjunto com o *Council* da região.

⁷ O acordo de urbanização assinado em 2016 inclui, ademais das casas, a construção de áreas de lazer e uma associação de moradores. As obras não foram entregues pela Prefeitura Municipal até o momento (abril de 2021).

sofrem ameaças de remoção, sendo a principal justificativa a proteção ao meio ambiente e ampliação da área do Instituto de Pesquisas do Parque. Segundo Armando Filho (2013, p.27), até meados dos anos 1980 a comunidade viveu no local com tranquilidade, mas nesta década, com uma maior regulamentação do meio ambiente, foi constatado que “boa parte dos moradores não possuía quaisquer vínculos com a administração pública que juridicamente justificassem a permanência no local” e centenas de pedidos de reintegração de posse foram realizados pelo poder público. As ameaças de remoção, no entanto, não chegam a áreas valorizadas próximas à comunidade, o que faz com que moradores denunciem como “racismo ambiental” os administradores do Jardim Botânico e o poder público. O grupo do Horto também organiza o Museu do Horto, que é um instrumento fundamental de sua luta atualmente.

É plausível afirmar que as demandas dos sujeitos envolvidos nas lutas por moradia acompanhadas podem ser localizadas nas dimensões propostas por Axel Honneth (2003): buscam o direito jurídico de permanecer onde vivem ou de conseguir uma moradia legalizada; fazem-no através de uma comunidade de valores; e na construção dos movimentos criam relações de afeto que lhes garantem um mínimo de igualdade de participação. No entanto, este artigo visa a questionar, como fez Allan Caillé (2008): por quem e para quem querem ser reconhecidos os sujeitos? De que reconhecimento e de que forma os indivíduos querem ser reconhecidos?

O autor propõe a ideia de “valor social” para procurar responder às questões que coloca. Segundo ele, “lutar para ser reconhecido não significa nada além do que lutar para se ver reconhecer, atribuir ou imputar um valor”, e se questiona: “mas que valor?” (CAILLE, 2008, p.158). Ao tratar da realidade de jovens do subúrbio francês, o autor aponta o fato de eles buscarem as três dimensões do reconhecimento honnethiano quando demandam respeito, mas também identifica em suas atitudes a demanda por provas e testemunhos de gratidão, ou o “reconhecimento de uma dádiva” (Idem, p.162). Ou seja, reconhecimento pelo que a pessoa faz perante a sociedade, por seu valor social. Sob essa ótica, as sociedades deveriam ser capazes de oferecer aos indivíduos os instrumentos para que eles pudessem aumentar seu valor social, sua capacidade de doação à coletividade.

Neste caminho, adiciona-se às questões propostas por Caillé (2008) a seguinte pergunta: onde querem ser reconhecidos? Defende-se aqui que o valor social da forma como pensado por Caillé só pode ser ampliado a partir de uma igualdade mínima relacionada à construção e participação dos espaços onde se edifica o cotidiano. Se adotarmos a premissa de que a vida na cidade exige um

"acordo tácito, coletivo, não escrito, mas compreendido através da linguagem e do comportamento por quem usa a cidade" (CERTEAU, 2013, p.47), podemos assumir que os movimentos, ao demandarem fazer parte da cidade, pedem que sua linguagem – sua memória, sua história – seja reconhecida como parte dela, e não apenas pela comunidade de valores composta pelos integrantes dos grupos. Como se procura demonstrar ao longo do artigo, os movimentos pedem que a cidade ofereça aos indivíduos as possibilidades de desenvolverem suas identidades de maneira plena. Propõe-se aqui o termo reconhecimento espacial, como mencionado, de forma a incluir o espaço como dimensão fundamental de reconhecimento.

O lugar do espaço nas lutas por reconhecimento

Henri Lefebvre (1991), ao cunhar o termo direito à cidade, apontava a importância de pertencer à entidade coletiva e às formas de estar no mundo que brotam dela. Para o autor, a cidade pode ser vista como prática, como obra de quem mora nela e participa de seu modo de vida. Neste sentido, para aqueles a quem é negada a oportunidade de fazer parte de sua prática, o urbano e seus significados se tornam uma obsessão:

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do urbano. (LEFEBVRE, 1991, p.98-99).

É importante pensar nas categorias integração e participação utilizadas pelo autor. Emil Sobottka (2019), por exemplo, propõe o termo *integração espacial* para designar um tipo de relação construída por imigrantes nas cidades em que vivem, que não acompanha sua integração política ou cultural. Neste caso, o termo parece adequado, pois oferece a possibilidade explicativa em casos em que os indivíduos buscam manter a identidade cultural de seu país de origem no contexto de vida encontrado nos países de residência. Denota situações transitórias, ou como define o autor (SOBOTTKA, 2019, p.60): “se oferece como alternativa adequada para o encontro entre a expectativa do migrante e o cumprimento do dever ético de hospitalidade da comunidade acolhedora”. Lefebvre, no entanto, se refere a uma integração e participação capazes de transformar a vida nas cidades. O autor francês idealiza uma cidade efêmera,

onde o “acordo tácito” de Certeau (2013) e a “gramática moral do conflito” de Honneth (2003) estariam em constante construção, ou seja, seriam sempre passíveis de mudança, conforme a necessidade de integrar formas insurgentes.

Ainda que o filósofo pense nesse tipo de cidade como ideal, é interessante desenvolver alguns questionamentos. Seria a efemeridade algo possível ao espaço urbano? Essa ideia de direito à cidade poderia dialogar com as demandas dos movimentos, que de alguma forma buscam a permanência onde estão? Como criar as linguagens comuns em espaços efêmeros? Para levantar possíveis respostas a essas questões, pode-se pensar na constituição de memórias coletivas como fundamentais no estabelecimento de linguagens comuns em territórios em transição.

Isso porque as cidades, em certa medida, estão construídas e são vividas com base em *memórias coletivas*. Maurice Halbwachs (1990) foi o primeiro a propor esse termo para indicar como nossas memórias são constituídas em contextos sociais determinados e relacionadas a espaços. As cidades e os espaços construídos, segundo o autor, são condição essencial para a criação de memórias coletivas, que, por sua vez, são condição para a vida nas cidades. Para o autor, ainda que tenhamos experiências de cidade próprias, de visitas que fazemos ou de nosso próprio cotidiano, nossa memória é quase sempre coletiva, pois a construção dos espaços onde as criamos depende de outros: até mesmo a sinalização das ruas, que serve de guia para deslocamento, depende da memória de outros.⁸

O autor mostra que a manutenção dos espaços construídos é fundamental para que as pessoas possam reconhecer-se nas cidades, apontando uma relação entre as construções físicas (como prédios e casas) e a vida social, e que essa é mantida cotidianamente pela memória. Segundo o autor, as memórias coletivas contêm uma espacialidade que é imprescindível à vida nas cidades, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial (HALBWACHS, 1990, p.143). No entanto, Halbwachs (1990) lembra que não há quadro sem figura. Ou seja, ainda que o espaço seja fundamental para a constituição de memória e de vida nas cidades, não pode ser separado das pessoas que o ocupam e como o fazem.

No quadro relativo ao direito à cidade, pode-se dizer que os sujeitos são aqueles que o demandam. Lefebvre (1991) propõe o termo por considerar que o espaço urbano está dominado pela economia, expulsando os mais pobres (a classe trabalhadora) por essa camada da sociedade não poder consumir a

⁸ O autor considera que as memórias íntimas estão mais relacionadas a sensações e sentimentos.

cidade. Quando pauta o referido direito nos conceitos integração e participação, o faz de forma a antagonizar o foco no consumo do espaço urbano como ideal. Por esse caminho, pode-se dizer que os sujeitos que demandam o direito à cidade são todos aqueles que desejam protagonizar a própria constituição dos espaços, distanciando-os do destaque econômico a eles relacionado.

A partir das perspectivas apresentadas, pode-se afirmar que o que se constrói cotidianamente nas cidades são as memórias coletivas relativas aos espaços, e há aí um possível ponto de diálogo entre os autores. Quando os movimentos pedem a permanência e lutam por manter a memória de suas classes e comunidades vivas, demandam o não apagamento de sua memória na cidade, sua história.⁹ Fazem-no criando uma linguagem comum de conflito (contra seu apagamento no espaço¹⁰), em uma tentativa de incluírem no “acordo tácito” as suas formas de vida. O termo *reconhecimento espacial* está ligado à ideia de memória nesse sentido, quando se demanda o espaço como dimensão de reconhecimento, se almeja que as memórias e a história criadas em determinados espaços sejam valorizadas de maneira a permanecer e constituir-se verdadeiramente em direito à cidade. Seguindo esse caminho, e a partir dos conceitos gênero e informalidade urbana, procura-se experimentar o uso da dimensão espacial relativa ao reconhecimento e apontar o que essa categoria nos diz sobre as demandas dos movimentos.

Moradia: substantivo feminino

Woman has only two dwellings, the house and the tomb
(BOURDIEU, 1970)¹¹

As mulheres são maioria em grande parte dos movimentos sociais contemporâneos (GOHN, 2007), e naqueles voltados à demanda por moradia isso fica bastante evidente. As mulheres estiveram historicamente relacionadas ao espaço privado (BUTLER, 2018), ainda o são em diversas culturas, e seu

⁹ Como é o caso dos movimentos organizados em algumas favelas cariocas, a partir da criação de Museus Sociais que visam a divulgar o histórico de ocupação dos espaços de moradia e demandar a permanência da população nas comunidades, como veremos adiante. Dois casos foram acompanhados durante quatro anos e informam esta pesquisa: Museu das Remoções, na Vila Autódromo, e Museu do Horto, na Comunidade do Horto.

¹⁰ Contra higienização social e *against social cleansing* são termos usados pelos movimentos.

¹¹ “A mulher tem apenas duas habitações, a casa e o túmulo”, tradução nossa.

protagonismo em movimentos por moradia parece óbvio neste sentido, uma vez que estão mais envolvidas em questões relativas à manutenção de seu lar. Mas seu engajamento em movimentos nos informa mais do que isso.

O caso de Estela é exemplar à análise que segue.¹² Durante uma conversa informal, a moradora da Vila Autódromo disse: “eu me sinto presa aqui, não tenho mais o que fazer na rua e não consigo sair daqui”. Com 82 anos, a mulher contava um pouco sobre sua vida antes e depois das remoções da comunidade. Ela relatou que costumava estar sempre nas ruas, indo ao mercado e visitando vizinhos enquanto cuidava da casa. Seu envolvimento nas lutas contra as remoções foi marcante, e até hoje é reconhecida por isso. No dia que destruíram sua casa, conta com lágrimas nos olhos, estava preparando um macarrão, e a água ainda estava no fogão quando os tratores chegaram. Hoje ela vive com um de seus filhos e depende dele para tudo. Comprar pão, o que antes fazia na própria rua, agora demanda transporte, e ela não vai mais ao mercado por conta disso. Estela conseguiu permanecer na comunidade, mas sua autonomia foi perdida. A breve história que Estela contou dialoga com outras. Cristina¹³, do *FocusE15*, reclamou de situação similar. Morando em Basildon, distante de Londres, disse que não se contentava em morar naquele local porque aquilo representava sobrevivência, mas não vida: “I wanna live as well, I don't wanna survive! But even then I'm surviving still”.

Dados mostram que as mulheres são as principais impactadas pela precariedade habitacional nos países onde se localizam os movimentos sociais abordados na pesquisa. No Reino Unido, as mulheres sofrem mais quando buscam comprar, alugar ou se dependem de benefícios. Isso porque seus salários são menores que os masculinos, o que impossibilita também o aluguel (“Não há região na Inglaterra onde moradias particulares sejam acessíveis com base nos ganhos médios das mulheres”) e estão sendo as mais afetadas pelos cortes dos benefícios estatais levados a cabo no país, uma vez que representam 60% dos beneficiários.¹⁴

No Brasil, o número de famílias brasileiras chefiadas por mulheres cresceu 105% entre 2001 e 2015 (CAVENAGHI; ALVES, 2018). No entanto, dados mostram que o rendimento mensal das mulheres é equivalente a 76% do ganho masculino, e que elas gastam quase o dobro de horas semanais com afazeres

¹² Nome fictício. A conversa ocorreu em julho de 2018, durante a organização de uma manifestação pelo movimento social.

¹³ Nome fictício. Entrevista realizada em novembro de 2017.

¹⁴ Considera-se moradia acessível aquela que representa até um terço dos ganhos.

domésticos¹⁵. Colocados em conjunto, os dados apontam a precariedade de vida das mulheres no país. Além de estarem em situação econômica mais precária, dependem mais da rede de apoio do que na Inglaterra, onde serviços básicos de educação e saúde são mais acessíveis.

Os países analisados, ademais, passaram, nos últimos anos, por políticas sociais que mercantilizaram alguns serviços que eram tradicionalmente oferecidos pelo Estado (tais como saúde e educação), dentre eles a moradia. No Brasil, “o período 2003–2016 ocultou o aprofundamento do processo de delegação, ao setor financeiro, de serviços tradicionalmente prestados pelo Estado no campo da proteção social” (LAVINAS; GENTIL, 2018, p.195). No Reino Unido, quase metade (48%) das famílias monoparentais vive na pobreza, em comparação com um quarto das famílias de casais. Na grande maioria (86%) dessas famílias monoparentais, a mulher é a chefe do domicílio.

É possível concluir que, nos dois países, o caminho da financeirização e de desmonte das políticas públicas, também voltadas à moradia social, afetam mais intensamente as mulheres. Incluir a dimensão do *reconhecimento espacial* como peça fundamental à capacidade de realização dos indivíduos e como potencial motivador de conflitos parece válido nesse sentido. As dimensões apontadas por Honneth (2003) são bastante explicativas das gramáticas de conflito construídas pelas ativistas. No entanto, a dimensão espacial oferece uma possibilidade interpretativa mais ampla, especialmente no caso das mulheres envolvidas na luta por moradia, por três principais razões, expostas em seguida.

A primeira refere-se ao potencial evolutivo dessa dimensão, traduzido pelo conceito “direito à cidade”, da forma como proposto por Lefebvre (1991). A dimensão jurídica apontada por Honneth (2003) carrega um potencial normativo forte, pautado em uma leitura da realidade de países europeus onde a lei teria força reguladora na determinação e ampliação de direitos. Ora, no caso das mulheres, os direitos sociais encontram impedimentos diversos e recaem sobre elas o peso da exclusão. Assim, ainda que as políticas públicas sejam direcionadas a minimizar os impactos das desigualdades de gênero, não logram ser efetivas, ao passo que alimentam o estigma associado às mulheres dependentes de benefícios.

O conceito direito à cidade, neste sentido, parece apresentar um caminho de interpretação da lei para além de seu efeito normativo. Lefebvre defende o termo como “forma superior dos direitos”, ao passo que inclui “o direito à

¹⁵ Dados de 2016.

liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)” (LEFEBVRE, 1991, p.135). Ou seja, o termo traduz formas de uso e produção das cidades que ultrapassam a concepção do espaço como palco das relações sociais. O autor adota uma perspectiva filosófica para pensar o espaço e divide sua produção entre os usos, as representações e as formas que o vivenciamos – ou seja, os espaços vivido, concebido e percebido. O termo direito à cidade procura reunir essas dimensões, de certa forma, ao se referir “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (Idem, p.143).

A pesquisadora Tovi Fenster (2005), ao analisar as relações de gênero localizadas nas cidades a partir de três conceitos-chave relacionados aos sentimentos e experiências em relação ao espaço – conforto, pertencimento e comprometimento –, sugere que o espaço é culturalmente construído como uma entidade pela qual mulheres e homens nutrem sentimentos distintos. A partir da análise de experiências femininas relacionadas às cidades¹⁶, a autora propõe uma classificação de distintas camadas de pertencimento a espaços: propriedade, memória, cidadania e pátria.

Fenster (2005) aponta para a existência de “fronteiras de pertencimento” nas cidades, que são criadas de forma simbólica para determinar aqueles que são autorizados ou não a frequentar certos lugares. Exemplos mencionados pela autora são parques públicos, que têm seu uso controlado por guardas, e *shopping centers* que expulsam simbolicamente algumas pessoas. O poder de exclusão desses espaços é, segundo a autora, baseado em tais “fronteiras de pertencimento” que, por sua vez, são traduzidas no “poder do planejamento urbano, na monopolização do espaço através do zoneamento, e no rebaixamento de grupos mais fracos da sociedade para espaços menos desejáveis e atraentes” (FENSTER, 2005, p.249. Tradução nossa).¹⁷ A abordagem de Fenster direciona o conceito direito à cidade ao debate acerca de gênero, demarcando a necessidade de incluir os sentimentos relacionados aos espaços na definição de suas utilidades, em sua constituição e construção. Isso porque a segregação urbana e a marginalização das moradias das mulheres

¹⁶ Londres e Jerusalém, na análise realizada pela autora.

¹⁷ No original: “The power to exclude, which is based on ‘the boundaries of belonging’, becomes in many cities the power of urban planning, of monopolizing space through zoning, and the relegation of weaker groups in society to less desirable and attractive spaces”. (FENSTER, 2005, p.249).

mais pobres faz com que estejam mais vulneráveis à violência de gênero, ao passo que circulam por locais mais perigosos e dependem mais de meios de transporte público. No entanto, há um hiato de dados específicos sobre a violência de gênero definida espacialmente,¹⁸ o que reforça a necessidade de inclusão da dimensão espacial do reconhecimento quando se discute o direito à cidade¹⁹, tarefa aqui proposta.

A questão da constituição dos espaços também nos leva ao segundo ponto acerca da inclusão do termo reconhecimento espacial, que se refere à valoração social e à autopercepção. A relação entre planejamento urbano e pertencimento espacial remete a uma fala de Pilar,²⁰ em que mostra que sua autopercepção se transformou quando passou a sofrer as ameaças de remoção, ao não se sentir desejável no espaço dos Jogos Olímpicos:

E eu que já estava aqui, que vi esse bairro crescer, essa comunidade crescer, e que nunca o governo fez nada por ela, e de repente vai ter um grande bairro com urbanização...eu me perguntava: por que que eu tenho que sair daqui? Por que que o novo vizinho não pode se adaptar a mim? Qual a diferença entre a gente?

A autopercepção, proposta aqui como autorrelação prática na estrutura de relações de reconhecimento, dialoga com a ideia de valoração social. Pilar se sentiu menos valorada socialmente quando a “expansão” da Barra da Tijuca se aproximou de sua moradia devido aos preparativos para os Jogos Olímpicos. Ela passou a ser reconhecida como precária para aquele espaço que se valorizava economicamente, ao passo que sua percepção de si também foi modificada. A demanda por reconhecimento, no caso, ultrapassava o direito à moradia, sendo mais bem traduzida pelo direito de permanência devido a sentimentos de pertencimento. O espaço, então, parece ser parte fundamental

¹⁸ Conforme reforçam as plataformas e centros de pesquisa, no Brasil: <http://www.generonumero.media/mulheres-negras-crime-estupro-brancas/> e https://eva.igarape.org.br/public_security. E no Reino Unido: <https://www.womensaid.org.uk/research-and-publications/> e <https://www.centreforwomenjustice.org.uk/policy-research>. Acesso em: fevereiro 2020.

¹⁹ Há uma iniciativa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que relaciona o acesso a meios de transporte a desigualdades de acesso a oportunidades de trabalho e consequente aumento da vulnerabilidade social. O relatório produzido pela iniciativa mostra que a segregação espacial reduz o acesso a oportunidades de trabalho e reforça a necessidade de pesquisas que comparem os diferentes fatores que contribuem para as desigualdades. Mais informações em <https://www.ipea.gov.br/acessoootportunidades/>. Acesso em: março 2020.

²⁰ Nome fictício. Entrevista realizada em março de 2018.

da construção identitária de gênero, tanto masculino quanto feminino, mas, quando relacionado à moradia, se conecta mais ao reconhecimento feminino, pelas razões expostas.

A terceira razão pela qual sugere-se a inclusão da dimensão espacial na estrutura de relações sociais de reconhecimento refere-se à memória e história de vida, ou à capacidade das mulheres de construir sua própria historicidade. Os usos da memória levados a cabo pelos movimentos, através da constituição dos museus sociais, por exemplo, assinalam uma relação de interdependência entre passado e futuro que parece ser fundamental para o reconhecimento das desigualdades relativas ao espaço de moradia. No Rio de Janeiro existem hoje diversos museus sociais, dentre eles os Museus do Horto e das Remoções, acompanhados durante esta pesquisa, além dos Museus da Maré, Sankofa, de Favela, dentre outros, sendo que grande parte deles são organizados majoritariamente por mulheres.

A abordagem da Museologia Social se distancia da linguagem tradicional dos museus, que os incluía dentre as instituições de manutenção de hierarquias sociais, e está mais interessada em transformações sociais. Nesta medida, é interessante pensar em como a manutenção da memória é fundamental como instrumento de luta por moradia:

A museologia social (...) está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.17).

Há, através da formação dos museus sociais, uma demanda por agência na construção e participação da e na cidade. Ao traduzirem em linguagem acessível as reivindicações dos movimentos, os museus sociais promovem a possibilidade de engajamento de pessoas não diretamente atingidas pela falta ou precariedade de moradia à participação eletiva nos movimentos sociais por indivíduos que compartilham dos valores de uso e participação da cidade, publicizados pelos movimentos.

A utilização da memória como instrumento de luta também é feita nos casos dos movimentos sociais londrinos acompanhados, ainda que não tenham formado museus para institucionalizar tal demanda. O local onde o movimento *FocusE15* realiza seus encontros mensais, por exemplo, foi batizado como

Sylvia's Corner em homenagem a Sylvia Pankhurst, uma sufragista londrina. No site do movimento, explicam:

O espaço do escritório é uma loja de esquina situada entre as ruas residenciais de Stratford. O nome Sylvia é um aceno à Sylvia Pankhurst, que era uma sufragista e organizadora socialista no East End de Londres. Ela se organizou com mulheres da classe trabalhadora, conversando com milhares de pessoas em reuniões de massa sobre os direitos das mulheres. Ao longo de sua vida, ela foi uma crítica aberta do Império Britânico e estabeleceu laços com a luta por uma Irlanda livre e independente. Ela era uma comunista nata, inspirada na Revolução Russa e depois se tornou uma organizadora antifascista. Ela era conhecida no leste de Londres entre as mulheres da classe trabalhadora como "nossa Sylvia". O movimento Focus E15 foi iniciado por jovens mães, que se organizaram no East End e lideraram a luta por moradias decentes. Elas estavam preparadas para desafiar o sistema e confrontar a autoridade. Chamar esse espaço de Sylvia's Corner liga as lutas atuais lideradas por mulheres militantes às inspiradoras lutas revolucionárias do passado.²¹ (Tradução nossa)

Ao recorrer à memória das lutas sociais das mulheres da cidade, as ativistas do *FocusE15* buscam, de certa forma, situar-se como parte da história de lutas da cidade e convidar outras pessoas a unirem-se ao movimento.

O movimento *FocusE15* também mantém uma parceria constante com o *Museum of Homelessness*²², com quem participaram de uma exibição na galeria de arte *Tate Modern*²³ em 2017 e fizeram campanhas coletivas nos últimos anos²⁴. O *Museum of Homelessness* (MoH) foi fundado na Inglaterra em 2015 e

²¹ "The office space is a corner shop situated amongst residential streets in Stratford. The name Sylvia is a nod to Sylvia Pankhurst who was a suffragette and socialist organiser in the East End of London. She organised with working class women, speaking to 1000s of people in mass meetings about women's rights. Throughout her life she was an outspoken critic of the British Empire and she formed links with the struggle for a free and independent Ireland. She was an early communist, inspired by the Russian Revolution and later became an anti-fascist organiser. She was known in the East End of London amongst working class women as 'our Sylvia'. Focus E15 campaign was started by young mothers, who organised in the East End and who have been leading the fight for decent housing. They were prepared to challenge the system and confront authority. Calling this space Sylvia's Corner links the current struggles led by militant women to the inspiring revolutionary struggles of the past". Disponível em: www.focuse15.org Acesso em: 9 abr. 2020.

²² Para saber mais, acessar: <https://museumofhomelessness.org/about/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

²³ Para mais informações, ver: <https://www.tate.org.uk/whats-on/tate-modern/tate-exchange/workshop/state-nation-exchanges-on-homelessness>. Acesso em: 16 jan. 2020.

²⁴ Como uma campanha de solidariedade a Andrew, um morador de rua da cidade de Londres. Disponível em: <https://focuse15.org/2017/02/09/building-campaigns-with-political-solidarity/>.

funciona como uma instituição de caridade que tem por objetivo disseminar informações sobre pessoas em situação precária de moradia: “O MoH aborda a falta de moradia e a desigualdade habitacional, ampliando as vozes de sua comunidade por meio de pesquisas, eventos, oficinas, campanhas e exposições (...) também fornece apoio direto - bolsas, mentoria, treinamento e apoio prático.”²⁵

O Museu conta com um acervo de documentos doados durante a exposição realizada na *Tate* que conta a história da precariedade habitacional na cidade desde o século XVII. Diferentemente dos museus sociais da Vila Autódromo e do Horto, o *MoH* se constitui mais como uma rede nacional de conscientização acerca da situação habitacional inglesa do que como repertório de ação de movimentos por moradia.

É relevante, portanto, pensar a categoria memória como importante variável de influência a ativistas em suas formas de organizar discursos e frames em comum. Nicole Doerr e Noa Milman (2014) consideram que poucos estudos de movimentos sociais dedicaram-se a isso e propõem um exame mais acurado acerca das “formas de contar histórias que ajudam a mediar as memórias de exclusão”²⁶ (Idem, p.215 – tradução nossa), de maneira a processá-las e incluí-las em um discurso que visa ao reparo social.

A proposta de compreender memória como dimensão da personalidade afetada a partir do reconhecimento espacial, e história de vida como componente ameaçado em caso de sua ausência parece fazer sentido a partir do exposto, ao passo que o protagonismo na construção dos discursos acerca dos locais de moradia é uma demanda colocada pelos movimentos, através da constituição dos Museus Sociais.

Políticas urbanas e movimentos sociais

Subnormal, irregular, ilegal: todas essas categorias são ou foram utilizadas como referência às moradias de pessoas entrevistadas à pesquisa que orienta este artigo, ou às ações dos movimentos sociais organizados por elas, quando ocupam o espaço público das cidades. Em comum, carregam não apenas a ideia de precariedade como remetem ao planejamento e controle do espaço urbano

Acesso em: 25 jan. 2020.

²⁵ Disponível em: <https://museumofhomelessness.org/about/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

²⁶ No original: “ways of storytelling that help to mediate memories of exclusion get processed and included in such a way as to encourage social repair.”

que assim as identifica. A partir da proposta do termo *reconhecimento espacial* e das dimensões elencadas como relacionadas a ele, procura-se, nesta seção, discorrer sobre como seu uso pode ser bem-vindo nas discussões futuras sobre políticas urbanas.

No Brasil, as políticas de remoção de favelas estiveram historicamente ancoradas no princípio da ilegalidade das ocupações ou do risco ambiental representado pelas construções. Mas a violência em relação a esses espaços não se resume às remoções. No caso específico do Rio de Janeiro, a falta de reconhecimento das favelas como parte do tecido urbano da cidade representa entraves no cotidiano dos moradores. Ana²⁷, uma das moradoras e ativistas do Horto, descreve da seguinte forma a vida em sua comunidade, comparando-a a outras favelas da cidade:

A partir do momento que é discriminada, que o estado considera a área como área informal e que ninguém tem seu registro, seu título de posse, é igual a outra favela qualquer (...) os correios, eles não entregam as correspondências dentro da comunidade. (...) A COMLURB não varre,²⁸ só vai lá recolher o lixo, quer dizer, não tem diferença. Não tem. É favela sim. No meu entendimento não tem diferença não.

O histórico da comunidade do Horto mostra que as casas ali localizadas foram majoritariamente edificadas pelos próprios moradores. Na Vila Autódromo, a realidade é a mesma: autoconstrução. Até mesmo o sistema de esgoto da comunidade foi construído pelos moradores, através de um projeto conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz e depois de receber diversas negativas da Companhia de Água e Esgoto da cidade.

A política urbana brasileira, durante a primeira metade do século XX, tolerou a construção e a permanência de muitas favelas, como forma de “esquivar-se de reconhecê-las oficialmente”, afastando “a possibilidade de reivindicações sociais mais elaboradas”, como ressalta Rafael Gonçalves (2013, p.232). O golpe militar de 1964, no entanto, transformou esse cenário. As favelas passaram a ser reconhecidas, mas como problemas a serem eliminados. Durante os anos de ditadura se produziu “um novo quadro normativo, permitindo uma intervenção estatal mais vigorosa nos diversos ramos de atividade, no interior das favelas” (p.233). As remoções operacionalizadas pelo Estado foram marcadas por diversas negociações e arranjos que acabaram por

²⁷ Nome fictício. Entrevista realizada em julho de 2018.

²⁸ Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

estimular o mercado imobiliário das favelas, uma vez que as negociações eram feitas individualmente e incentivavam a busca por vantagens individuais por parte dos moradores. Ou seja, as construções não pararam de crescer, com o aval estatal, que se esquivava de reconhecê-las a não ser em momentos limítrofes como os de remoção.

Somente nos anos 1980, políticas de urbanização começam a tomar forma no Rio de Janeiro, quando muitas famílias passaram a ter acesso a serviços públicos básicos, através de programas do governo de Leonel Brizola. Nos anos 1990, o plano diretor da cidade, através do programa “Favela-Bairro”, proporciona um alívio para os moradores das favelas, de forma a afastar o medo das remoções. Através dele, o governo de César Maia procurou intensificar as políticas públicas direcionadas às favelas, através de sua urbanização. O programa, no entanto, não foi levado adiante pelos governos posteriores.

Lícia do Prado Valladares (2005) busca remontar a história do surgimento e evolução das favelas no Rio de Janeiro e propõe quatro períodos como fundamentais: 1) o mito de origem (anos 1920); 2) o momento de transformação da favela em problema social e urbanístico (Código de Obras de 1937 em diante); 3) a época em que passa a ser encarada como um problema administrativo (anos 1960); e 4) um último período, em que a favela passa a ser definida através de dados estatísticos oficiais (anos 1980). À sua análise, pode-se adicionar o período de tratamento da favela como *locus* de violência, a partir dos anos 1990, como sugere Marcia Leite (2012).

Como se pode perceber, a periodização do histórico de formação e consolidação das favelas cariocas tem como foco a forma como o Estado as reconhece. Por esse caminho, é válido questionar em que consiste a valoração social, proposto no esquema interpretativo como modo de reconhecimento relativo à dimensão espacial, no caso das remoções das favelas analisadas. O viés proposto por Allan Caillé (2008) pareceu válido ao tratar das demandas como a de gênero, mas será possível pensar nesses termos para o caso das remoções? O próprio autor se questiona em que medida a ideia de reconhecimento de valor social pode explicar os casos em que as demandas são direcionadas também a bens materiais passíveis de redistribuição. No entanto, defende que a partir do princípio das capacidades, de Amartya Sen (2000),²⁹ é

²⁹ Amartya Sen (2000) propõe um modelo de desenvolvimento capaz de expandir as “capacidades” das pessoas de um país. Grosso modo, capacidades são a junção de recursos e agência. O autor propõe que as capacidades individuais podem ser aumentadas por políticas públicas, ao passo que o direcionamento dessas políticas é influenciado pela agência que os indivíduos adquirem com a

possível propor um tipo de reconhecimento material baseado na valoração social.

Ainda que Caillé (2008) apenas aponte o caminho proposto por Sen (2000), é possível explorar essa rota. Ananya Roy (2003), por exemplo, se utiliza da teoria das capacidades para analisar a desigualdade espacial em Calcutta, na Índia, relacionando a questão da oferta de políticas públicas (tais como regularização fundiária e moradia) ao aumento das capacidades dos indivíduos. Segundo ela, a pobreza pode ser aumentada por erosão de direitos, ou seja, quando políticas sociais não atendem à população, que acaba não tendo “capacidade” suficiente para desenvolver sua agência. Roy (2003) considera fundamental termos em mente que as ações de regularização e distribuição de terras pelo Estado não são neutras, mas direcionadas.³⁰ Por esse caminho, pode-se pensar em termos de valoração social pelo Estado como fundamental ao reconhecimento espacial. Para tanto, é necessário voltar ao esquema interpretativo proposto.

A dimensão do reconhecimento relacionada às relações jurídicas, segundo Honneth (2003), deriva do mesmo mecanismo de reciprocidade necessário à dimensão amorosa, uma vez que somente a partir do momento em que enxergamos a nós mesmos nos outros é possível compreender que os membros da sociedade são pessoas com os mesmos direitos que nós mesmos. Uma diferença marcante entre os dois tipos de reconhecimento, no entanto, é que o segundo “só pôde se constituir na sequência de uma evolução histórica” (HONNETH, 2003, p.180). Isso significa que, para que o reconhecimento jurídico seja possível, foi necessária a transição prévia à modernidade, que trouxe consigo a universalização da compreensão dos indivíduos como tais, não mais definidos a partir de características relativas a privilégios familiares, honra ou dádiva.

Uma questão que se coloca a partir dessa transição gira em torno da concepção de um tipo de reconhecimento capaz de simultaneamente se desligar de sentimentos de afeição, mas continuar exigindo um comportamento individual que seja empático à comunidade. Essa questão diz respeito ao caráter regulador do reconhecimento jurídico, que se diferencia do

expansão de suas capacidades.

³⁰ A autora relaciona esse direcionamento de direitos também à questão de gênero: “It is clear that such entitlements are differentiated by gender, with the benefits of agrarian reforms, be they land titles or sharecropper deeds, having gone overwhelmingly to male heads of households. My research shows that, in urban arenas, the negotiation of both de jure and de facto land rights remains primarily a male and masculinist enterprise” (ROY, 2003, p.75).

que Honneth (2003) denomina “estima social”, e que, por sua vez, se relaciona a um reconhecimento da “comunidade de valores” (Idem, p.184), relativo ao respeito às liberdades individuais. Esse pressuposto é fundamental à perspectiva proposta aqui, pois a luta por reconhecimento jurídico se mostra não apenas como a demanda por leis e participação política institucionalizada, como também por ampliação do alcance social do *status* necessário para o acesso a direitos.

Quando define a esfera da comunidade de valores (solidariedade), Honneth tem em mente uma arena, diferente da jurídica, em que os sujeitos possam expressar suas individualidades. Dessa forma, estariam definidas as dimensões tanto da igualdade (jurídica) quanto da valoração social, em que os indivíduos podem demandar reconhecimento por identidades distintas. Como definem Giovanni Saavedra e Emil Sobottka:

No caso da forma de reconhecimento do direito, são postas em relevo as propriedades gerais do ser humano. No caso da valoração social, são postas em relevo as propriedades que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, as propriedades de sua singularidade. Portanto, Honneth parte do princípio de que a terceira forma de reconhecimento, a saber, a comunidade de valores ou solidariedade, deve ser considerada um tipo normativo ao qual correspondem as diversas formas práticas de autorrelação valorativa. (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p.12).

As formas de desrespeito relacionadas à dimensão jurídica, segundo Honneth (2003), podem ser medidas através dos graus de universalização e materialização dos direitos. Ou seja, o autor define o Estado como tendo papel primordial na definição dos sujeitos de direito, ainda que antes mencione sentimentos de igualdade apenas possíveis na modernidade como condicionantes do autorrespeito. Por esse caminho, parece ser necessário levar em consideração fatores que diferenciam a atuação do Estado, como os espaços de moradia. Ou seja, avaliar em que medida a dimensão jurídica também é passível de demandas por valoração social, necessárias ao desenvolvimento de autorrespeito.

No caso do Horto, Virginia Totti Guimarães e Paula Máximo (2019) defendem que o racismo ambiental ao qual a comunidade está submetida tem papel fundamental na forma diferenciada como as leis são aplicadas na comunidade. Comparando o caso da comunidade do Horto ao do Condomínio Canto e Mello, localizado dentro do perímetro do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico e composto por casas de alto padrão, as autoras discutem as

razões pelas quais a primeira não tem o direito de permanecer na localidade, enquanto o segundo, ainda que tenha respondido à ação judicial, conseguiu permissão da União para tal, e apontam para uma “disparidade do discurso ambiental no campo do Direito, bem como em relação ao tratamento dispendido aos envolvidos” (Idem, p.100). As autoras demonstram que os moradores do Horto são considerados invasores pelo sistema, que desconsidera o histórico da comunidade, construída ali segundo diretrizes do próprio Estado há anos, ao passo que os moradores do Condomínio Canto e Mello são autorizados a permanecer, sem nunca terem sido denominados invasores.

Nos casos analisados, o próprio Estado é responsável pela violação de direitos por ele próprio estabelecidos, sendo os casos de remoção involuntária exemplos claros. Os espaços de moradia e as formas de ocupação das cidades são determinados pelo Estado, e essa determinação carrega em si valorações diversas, que produzem e reproduzem as desigualdades do espaço urbano. A dimensão relativa ao reconhecimento espacial, como proposta, é capaz de lançar luz a essa realidade, que muitas vezes ultrapassa as fronteiras puramente legislativas, a apontar a fatores que influenciam as ações estatais.

Conclusões

A proposta de inclusão da dimensão do reconhecimento espacial no esquema interpretativo de Honneth (2003) constituiu-se um exercício de incluir demandas relativas às subjetividades das pessoas envolvidas nos movimentos sociais à construção de uma categoria interpretativa abrangente. Apontaram-se caminhos de análise a serem seguidos a partir da categoria proposta, que poderão ser testados e ampliados em outros estudos, envolvendo, por exemplo, a demanda por terra em espaços rurais.

Ainda que os movimentos analisados aqui tenham nascido da luta contra as remoções, a proposta de inclusão da dimensão espacial ao esquema interpretativo relativo à luta por reconhecimento se estende também a casos distintos, podendo esta tarefa ser testada em futuros artigos. Ao incluir o direito à cidade como potencial evolutivo do reconhecimento espacial, por exemplo, e propor autopercepção e valoração social como conceitos-chave, abrem-se caminhos para análises de movimentos sociais por moradia e por permanência espacial em territórios rurais. Tarefas a serem aprofundadas no futuro.

Colocar os sujeitos no centro da análise foi fundamental, ao passo que a esfera de reconhecimento espacial lança luz aos sentimentos de pertencimento (construído a partir de memórias coletivas e individuais) e valoração social relativos ao local de moradia, sendo o direito à cidade um dos potenciais evolutivos de tal dimensão. A centralidade dada aos participantes dos movimentos também foi crucial para iluminar como as políticas urbanas podem estar enviesadas por leituras legislativas equivocadas, o que pode mascarar formas de desrespeito.

Algumas questões sobressaem a partir da análise proposta. Os usos que os movimentos fazem da categoria memória é uma delas. Os grupos utilizam as memórias coletivas e individuais de modo a demandar o direito à permanência em seus locais de moradia, demonstrando assim a importância de acesso a uma casa para que se construam histórias de vida. Percebe-se como a precariedade imposta pela possibilidade de remoção ou pela insegurança da permanência no local de moradia afeta diversas dimensões da vida e leva os indivíduos a demandarem reconhecimento de vidas a serem vividas. Moradia aparece como condição para pertencer às cidades e participar ativamente na esfera pública, ao passo que a falta de políticas públicas relativas a sua provisão revela um amplo fracasso social. Dois pontos parecem fundamentais nesse sentido: a manutenção dessa precariedade pelo Estado e as formas que os sujeitos encontram de torná-la pública a partir da consciência de sua existência.

A partir de dois enfoques distintos (políticas públicas de moradia e gênero), foi possível destrinchar as dimensões propostas como parte da categoria reconhecimento espacial, assinalando como podem ser tradutoras de ações já analisadas, porém oferecendo um enfoque que prioriza as subjetividades das pessoas envolvidas na luta. A centralidade dada aos participantes dos movimentos foi crucial para iluminar como as políticas urbanas podem estar enviesadas por leituras legislativas equivocadas, o que pode mascarar formas de desrespeito. É o caso, por exemplo, do malabarismo legislativo realizado para defender a permanência dos moradores do Condomínio Canto e Mello e ameaçar a comunidade do Horto de remoção.

Entendemos o reconhecimento espacial como uma dimensão que leva em conta tanto demandas materiais quanto simbólicas, ao passo que a completa efetivação desse tipo de reconhecimento acarretaria o exercício pleno do direito à cidade, incluindo maiores possibilidades de participação na construção do espaço urbano pela população. A proposta de inclusão de uma nova categoria para interpretar as demandas dos movimentos sociais aqui analisados indica,

a partir do exposto, que esquemas interpretativos mais amplos podem trazer percepções mais refinadas acerca de suas demandas e ações.

Referências

- BOURDIEU, Pierre.
(1970). The Berber House, or the World Reversed. *Social Science Information*. v. 9, p. 151-70.
- BOURDIEU, Pierre.
(1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- CAILLÉ, Allain.
(2008). Reconhecimento e Sociologia. *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, n.66, p. 151-210.
- CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz.
(2018). *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Disponível em: https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso em: maio 2020.
- CERTEAU, Michel de.
(2013). *A invenção do cotidiano: 2. morar e cozinhar*. Petrópolis, Vozes.
- DOERR, Nicole; MILMAN, Noa.
(2014). Working with images. In: DELLA PORTA, Donatela. *Methods of Social Movement Analysis*. Oxford, Oxford University Press.
- FENSTER, Tovi.
(2005). Gender and the City: The Different Formations of Belonging. In: NELSON, L.; SEAGER, J. *A Companion to Feminist Geography*, Oxford, Blackwell Publishing Ltd.
- FRASER, Nancy.
(2001). Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé. *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, Editora UNB.
- GLASS, Ruth.
(1964). *London: Aspects of Change*. Londres, MacKibbon and Kee.
- GONÇALVES, Rafael.
(2013). *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro, Pallas.
- HALBWACHS, Maurice.
(1990). *A memória coletiva*. São Paulo, Edições Vértice.
- HONNETH, Axel.
(2013). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. 34.
- LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise.
(2018). Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Novos estudos Cebrap*, v. 37, n.2, p. 91-211.
- LEFEBVRE, Henri.
(1991). *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes.
- PEREIRA, Matheus; SILVA, Camila.
(2020). Movimentos sociais em aq<o: repertHrios, escolhas t9ticas e performances. *Sociologia & Antropologia*, v.10, n.2, p. 615 – 645.
- ROLNIK, Raquel.
(2015). *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo, Boitempo.
- ROY, Ananya.
(2003). *City Requiem, Calcutta: Gender and the politics of Poverty*. Minneapolis/London, University of Minnesota Press.
- SAAVEDRA, Giovani; SOBOTTKA, Emil.
(2008). Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Cívitas*, Porto Alegre, v.8, n.1, p.9-18.

SEN, Amartya.
(2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.

Condomínio Canto e Mello (Gávea/RJ). *Revista Desigualdade & Diversidade*, v.2, n.17, p. 89-106.

SOBOTKA, Emil Albert.
(2015). *Reconhecimento: Novas abordagens em teoria Crítica*. Porto Alegre, Annablume.

Recebido em
abril de 2021

TOTTI, Virginia; MAXIMO, Paula.
(2019). Racismo ambiental e aplicação diferenciada das normas ambientais: uma aproximação necessária entre os casos da comunidade do Horto Florestal e do

Aprovado em
setembro de 2022

Experiência democrática na ponta dos dedos: digitalização, riscos e desafios contemporâneos

João Vitor Rodrigues Loureiro ¹

Resumo

Este artigo pretende discutir, a partir de contribuições teóricas contemporâneas, de que maneira a democracia, no Brasil e no Ocidente, vem sendo desafiada pelo processo de digitalização e disseminação de redes sociais e aplicativos de mensagens. Por um lado, se o regime democrático apresentou ganhos importantes, graças às mobilizações e novas narrativas e sujeitos construídos, por outro, foi enormemente desafiado pela lógica de funcionamento dessas redes (algoritmização), em um contexto de combinação entre a hegemonia da razão neoliberal e uma governamentalidade cibernética. Para além desse cenário, explicações de natureza cultural e comportamental auxiliam também a compreender o atual estágio da experiência democrática. A partir da breve revisão de literatura narrativa, conclui-se que a superação desse cenário depende da revisão dos dispositivos e a construção de um novo regime de circulação de afetos, baseado na alteridade, na ressignificação da esfera do coletivo e na justiça como amparos ao indivíduo.

Palavras-chave

Digitalização. Democracia. Governamentalidade.

Abstract

This article aims to discuss, based on contemporary theoretical contributions, how democracy, in Brazil and in the Western civilization, has been challenged by the process of digitization and dissemination of social networks and messaging applications. On the one hand, if the democratic regime showed important gains, thanks to social mobilizations and new narratives and new constructed subjects, on the other hand, it was enormously challenged by the functioning logic of these networks (algorithmization), in a context of a combination between the hegemony of neoliberal reason and a cybernetic governmentality. In addition to this scenario, explanations on cultural and behavioral grounds also help to understand the current stage of the democratic experience. From a brief narrative review of literature, one concludes that the overcoming of this scenario depends on the revision of such devices and the construction of a new affection circulation regime, based on alterity, on the redefinition of the collective sphere and on justice as safety nets for each individual.

¹ Doutorando em Sociologia na UnB. *E-mail*: joaovloureiro@gmail.com.

Keywords

Digitalization. Democracy. Governmentality.

1. Introdução

Nos últimos anos, a cena política tem observado a transposição de uma suposta barreira existente entre a virtualidade das redes sociais e as efetivas representações políticas, parlamentares e em cargos majoritários. Isto é, se em alguma medida as conhecidas caixas de comentários, páginas em redes sociais e mensagens instantâneas valiam para a livre expressão de opiniões pessoais, visões de mundo e até mesmo manifestações debochadas – *trollagem* – nesses espaços, nos últimos anos tais ferramentas se converteram em verdadeiros instrumentos de mobilização política: no Brasil, desde as convocações de atos que legitimaram a deposição de uma presidente eleita pelas vias democráticas, ou que exigiam intervenção militar e o fechamento do Supremo Tribunal Federal, chegando mesmo à convocação de marchas contra o aborto e em defesa do voto impresso. A expressão da opinião pessoal converteu-se, por assim dizer, em discurso político, organizado em torno de ações reais na vida social e política nacional.

Nesse processo, partidos, plataformas e candidatos que melhor capturaram o misto de sentimentos e discursos desses setores, e que souberam alinhavá-los com estratégias eleitorais capazes de mobilizar outros públicos (muitos deles, insatisfeitos com a repetição de escândalos de corrupção nos meios de comunicação), foram eleitos enquanto encarnações de valores conservadores. Apesar de nem sempre o eleitorado se identificar com todas as pautas e agendas desses candidatos, tais elementos constituíram-se indispensáveis para a mobilização social em torno dessas pautas dispersas, servindo de justificativa amalgamadora de interesses e valores difusos. A pauta dos costumes adentrou, assim, o espectro político como nunca, embebida nas agendas anticorrupção e moralizante da política brasileira nos últimos anos.

O nicho cibernético, enquanto espaço de sociabilidade e construção de agendas e mobilizações políticas, alçou um voo importante no Brasil. Segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao segundo semestre de 2018, conduzido por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (BRASIL, 2020), a sociedade brasileira está cada vez mais conectada aos chamados *gadgets*: o celular é

utilizado por 79,3% da população brasileira com 10 anos ou mais de idade, revelando um pequeno aumento em comparação com o mesmo período de 2017, quando 78,2% possuíam o aparelho (Idem, Ibidem). A pesquisa aponta também para a prevalência da posse dessa tecnologia entre os habitantes de áreas urbanas (82,9%), número significativamente superior à posse de celulares em áreas rurais (57,3%) (Idem, Ibidem). A difusão do uso do celular que, no final da primeira década do século, foi integrado ao acesso instantâneo à Internet por meio das tecnologias de satélite (3G, 4G e, a mais recente, 5G), permitiu uma proporcional ampliação de acessos a conteúdos disponibilizados na Rede Mundial de Computadores: tanto que, segundo o IBGE, no ano de 2018, a penetração da Internet em domicílios no Brasil aumentou 4,2 pontos percentuais e ficou em 79,1%, totalizando 56.747 milhões de residências. Nas áreas urbanas, o percentual subiu de 80,2%, em 2017, para 83,9% em 2018. (Idem, Ibidem)

A difusão de novas tecnologias no mercado de consumo de massas abriu espaço ao exercício frequente, em igual proporção, para o consumo em massa de informações. A vida *on-line*, expressão consistente da segunda década do século XXI, se, por um lado, empurrou o Brasil a sua pretensa faceta moderna, atualizada com os avanços tecnológicos mundiais mais recentes, por outro, fez (re)emergirem valores, discursos e expressões de longa data recônditos à esfera de opinião pessoal. Tais valores, discursos e expressões foram assim alçados a arenas comunicativas, parafraseando Habermas (2002), ampliadas pelos espaços virtuais de interação social. Numa apertada síntese, podemos notar uma espécie de ambivalência entre o *arcaico* e o *moderno*, utilizada como ferramenta explicativa do processo de consolidação do capitalismo no país (FERNANDES, 1975; WERNECK VIANNA, 2004; SOUZA, 2003), também nos desdobramentos mais recentes da construção da democracia brasileira. A democracia brasileira, atualmente marcada pela difusão de uso de tecnologias para mobilização política e pelo exercício de ativismos digitais (moderno) de toda ordem, foi capaz de, nesse mesmo processo, reeditar discursos conservadores (arcaico) e, em alguns casos, também antidemocráticos, avessos aos próprios sustentáculos da democracia.

Nesse processo, a mera existência de espaços virtuais de interação e manifestação de opiniões, à primeira vista, parece constituir uma nova *esfera pública*, a qual, supostamente, permitiria ampliar os mecanismos interativos e, em última medida, formar tendências e agregar preferências políticas, concretizando-se como ferramenta útil de participação democrática.

O conceito de esfera pública, embora encontrado em diversos autores, como Fraser (1996), Young (2000) e Benhabib (1996), ganhou notória repercussão a partir das contribuições de Jürgen Habermas (1997). Para o autor, a esfera pública consiste em um espaço de discussão que se encontra fundamentado pelo princípio de que argumentos racionais possam ser confrontados também com opiniões igualmente orientadas por critérios racionais. Nesse sentido, a construção de uma opinião pública, nesse espaço de esfera pública, ganha relevo e expressão, sobretudo a partir dos meios de comunicação existentes.

Conforme sustenta Losekann (2014), alguns autores têm se dedicado a aplicar esse conceito ao contexto brasileiro: a partir dos anos 1990, com o processo de redemocratização, os estudos da ciência e da sociologia política passaram a conferir importância aos processos extrainstitucionais, de formação de uma cultura política democrática, organizada no seio da sociedade. Nesse sentido, um desses modelos de esfera pública seria aquele da sociedade de massas, constituído a partir da dominação exercida por meios de comunicação poderosos, indutores do debate político a partir de interesses de seus próprios dirigentes. Costa (2000) refuta a aplicação de modelos no contexto brasileiro, já que ele superestima o poder de influência da mídia sobre as forças vivas da sociedade.

Entretanto, os efeitos da disseminação das tecnologias digitais – embora possam constituir importantes ferramentas interativas para a persistência da democracia – ainda permanecem questionáveis. Embora a constituição da esfera pública virtual pareça, à primeira vista, ampliar possibilidades de participação, interação e arenas discursivas de debates – ainda que abstratamente orientados por critérios racionais – isso nem sempre é verificado, o que abordaremos mais adiante.

Duas perguntas emergem desse cenário: afinal, a difusão de ferramentas digitais permitiu ampliar a participação na vida política contemporânea e proporcionar maior consistência em seu funcionamento? Quais os principais riscos expostos no processo de escalada tecnológica da democracia, no Brasil e nas demais democracias ocidentais? Tentaremos explorar essas perguntas a seguir.

2. Novas arenas e novos sujeitos entre a realidade e a ilusão participativa

Uma das principais contribuições das redes sociais mais largamente utilizadas (Facebook, Twitter, Instagram) é, sem dúvidas, a expressão instantânea (senão escancarada) de certos estados emocionais subjetivos e de construção de identidades virtuais baseadas em preferências pessoais. Nesses espaços, é possível identificar uma certa exaltação de virtudes, conquistas e opiniões pessoais, e a agregação de seguidores e amigos virtuais em torno dessas mesmas preferências, que podem (ou podiam) geralmente se manifestar por meio de aprovação (*likes*, curtidas, seguidas e afins) dessas opiniões, dessas imagens e textos pessoais. Em suma, o perfil virtual é uma espécie de exaltação do *self* virtual do usuário dessas redes. O indivíduo, assim, constrói uma espécie de imagem referenciada para o outro, à espera de aprovação e curtidas.

A exaltação de indivíduos e a construção de subjetividades, nesse sentido, é trazida para o centro do próprio uso dessas redes: cada perfil é considerado único, caracterizado por experiências, fotos, postagens, opiniões e preferências também únicas, administradas pelo usuário como sua expressão subjetiva na vida virtual.

Em importante medida, essas ferramentas permitiram trazer ao espaço virtual discursos e textos fortemente apegados a questões identitárias, contribuindo para a organização de fóruns, comunidades e intercâmbios de experiências entre usuários com preferências ou afinidades. No campo das identidades, viu-se uma profusão de alinhamentos, por exemplo, entre mulheres denunciando práticas machistas, negros organizados em torno de pautas antirracistas e usuários com orientações sexuais e identidades de gênero diversas às dominantes, propondo a agregação discursiva em torno de novas narrativas. Em igual medida, identidades políticas – especialmente no campo conservador de direita – foram forjadas em grupos e comunidades, elegendo um inimigo em comum: a esquerda, a derrubada do governo que a representava, e tudo aquilo que fosse associado a esse campo.

Foi nesse segundo cenário que organizações e movimentos, como o Movimento Brasil Livre (2,9 milhões de curtidas no Facebook), o Vem Pra Rua! (1,9 milhão de curtidores no Facebook), O Movimento nas Ruas (942 mil curtidas no Facebook) o Movimento Endireita Brasil (671 mil curtidores no Facebook), organizaram ações reais em capitais brasileiras, convocando atos contra o governo eleito, carretas e protestos iniciados em 2013 e refortalecidos

em 2014 em 2015 e em 2016. Valendo-se de uma estética apelativa a símbolos nacionais e sentimentos nacionalistas (como o uso do hino nacional, da bandeira nacional, de camisas da seleção brasileira de futebol), tais atos e organizações afirmavam a defesa do Brasil da corrupção e imiscuíram-se de organizações e tendências que iam desde a defesa da intervenção militar até mesmo à exaltação de valores como a *família tradicional* (compreendida como a resultante do casamento entre um homem e uma mulher), a oposição ferrenha a qualquer tentativa de descriminalização do aborto, do uso de drogas e a exaltação do armamento privado como direito individual.

Apesar de haver diversas tendências e expressões, esses grupos e movimentos organizados nos meios cibernéticos mobilizaram-se e constituíram seu capital político a partir de uma premissa em comum: derrotar a esquerda no campo político, o que se tornou possível por meio de uma forte campanha midiática, associada a instrumentos de *lawfare* e desmoralização pública reiteradas do governo. Somados a isso, a crise econômica iniciada em 2014 e agravada em 2015 e os rumos da operação lava-jato ofereceram a tempestade perfeita para o processo de *impeachment* do governo Dilma Rousseff e, em 2018, para a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República.

Em suma, o que as redes sociais e a mobilização virtual parecem ter proporcionado foi a construção de uma certa coesão em torno da rejeição a candidaturas do Partido dos Trabalhadores, à esquerda de modo geral, e de políticos e lideranças tidos por tradicionais, ou, ao menos, associados aos esquemas de corrupção denunciados em cadeia nacional. Em outras palavras, enquanto um campo estava organizado em torno de uma pauta comum, de aversão e derrubada de um governo, outro campo esteve fragmentado em torno de pautas identitárias que, apesar de importantes para o debate político, foram também contributivas para a mobilização diametralmente oposta, em torno de uma cultura moralizante e reprodutora de valores conservadores.

Nesse mesmo sentido, as redes sociais e os aplicativos de mensagens foram inundados de informações falsas, pânico morais e narrativas alarmistas. Não por acaso, um dos mais influentes financiadores da chamada *alt-right* (*alternative right*, ou direita alternativa estadunidense) foi responsável por importantes estratégias de mídia de massa que culminaram nas prévias vitoriosas para Donald Trump como candidato do Partido Republicano, e “foi um dos primeiros populistas a entender que ‘politics is downstream from culture’ – ‘a política deriva da cultura’” (EMPOLI, 2019, p. 29).

O que setores conservadores entenderam – e conseguiram traduzir em ações concretas no campo político – foi que a política de fato deriva da cultura. Seguramente, os tempos do capitalismo tardio digital impuseram novas dinâmicas sociais, dos tempos imediatos, das reações narcísicas, dos afetos deslocados e também de um sentimento quase permanente de destruição, fim dos tempos ou de colapsos inevitáveis. Somado a isso, verifica-se um sentimento de *temps perdu* da vida social contemporânea, em que as pessoas parecem não ter tempo para o exercício da vida política, quiçá de sua vida privada com a dedicação necessária. Talvez a ressurreição e remodelagem dos valores tradicionais (família, propriedade, religião, nação, defesa e aversão ao público) tenham sido contextual e estrategicamente aproveitados em contextos de crises morais da democracia e dos partidos políticos. Esses valores, repaginados em redes virtuais e encarnados em lideranças populistas, encontraram esteio em meio à opinião pública e apoio nas urnas. Uma cultura neoconservadora (e, em alguns casos, antidemocrática) foi sendo forjada na condição de aversão ao *establishment*, em um movimento de reação (ou, para alguns, de revolução) cultural.

Por outro lado, as lutas por reconhecimento, como pontua Nancy Fraser (2001), acabaram por se envolver em uma espécie de segregacionismo identitário, mediante coisificação das identidades de um grupo, passando também a serem acompanhadas de um deslocamento das pautas de redistribuição enquanto agenda. Nesse aspecto, as eleições de 2018 parecem ter expressado essa condição: os aspectos de luta por redistribuição foram substituídos por um discurso de natureza moralizante e pautas de aversão identitária a um suposto espectro de esquerda.

O principal desafio, nesse sentido, talvez seja repovoar as arenas de significações políticas com sentidos alargados, que integrem tanto as pautas por reconhecimento quanto as por redistribuição. Como lembra Fraser (2008, p. 184): “nem o culturalismo, nem o economicismo são suficientes para compreender as sociedades contemporâneas. Ao invés, necessita-se de uma abordagem que possa acomodar a diferenciação, a divergência e a interação em todos os níveis”.

Essa não demonstra ser a tônica dos aplicativos de mensagens (WhatsApp) e redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram). De maneira geral, esse cyberespaço parte da premissa de que cada usuário é um potencial consumidor. Portanto, suas preferências, ideias, tendências e características são exploradas na condição de nicho mercadológico, orientando anúncios de publicidade para esses gostos individualmente considerados. No entanto, esses

mesmos gostos e tendências são organizados poderosamente, mediante agregações e técnicas estatísticas e computacionais, nos chamados grandes dados (*big data*), de interesse direto por parte de companhias e empresas. Em outras palavras, as agregações de usuários e preferências tendem a seguir uma lógica algorítmica, estabelecida em agrupamentos e tendências classificatórias que, se à primeira vista permitem organizações por afinidades e nichos, por outra, constroem verdadeiros abismos de interações entre sujeitos: aplacados em sua própria bolha, conviventes apenas com seus pares e apartados de diferenças de significação cultural.

Assim, nos *big data*, conforme aponta Teles (2018, p. 435):

se procura diretamente na correlação dos dados a expressão dos fenômenos. As relações estatísticas dos datamining esquivam-se das normas sociais de seleção, classificação e hierarquização dos dados, transitando diretamente entre o real das informações e a operação destas via seus elementos técnicos e tecnológicos. **A realidade ganha uma aparência de esfera pública**, porém controlada por interesses particulares e com governos e empresas coletando quantidades massivas de dados não classificados. (**grifo nosso**)

As redes e mecanismos virtuais de sociabilidade parecem ter dado lugar a uma cultura de imediatismos, que trabalha com projeções velozes, interações superficiais, reações instantâneas, em um lugar no qual a experiência de tempo e espaço diminui consideravelmente: ao mesmo tempo em que a Internet encerra em seu lugar todo o planeta conectado, também imediatiza relações e reações. É o tempo de fábricas de notícias que provocam emoções, reações furibundas e enérgicas a fatos sociais pouco ou nada explorados pela reflexão crítica, celebridades que ascendem com um único *hit* de sucesso ou uma simples postagem, ou memes que consubstanciam emoções em uma combinação eufórica entre imagem e texto.

O universo das redes desponta, assim, com uma aparência de esfera pública, em que indivíduos restariam livres para tecerem ideias, expressarem desejos e se organizarem, comunicarem-se uns com os outros e disporem-se também uns com os outros ao debate público. No entanto, o que na prática se verifica é um cenário de interferência entre interesses mediados e interações viabilizadas por meio de funções algorítmicas, cuja característica é produzir mecanismos de reforço ideológico e controle, e com dados intercambiados em proporções gigantescas, em que discursos restam restritos a bolhas, paulatinamente direcionadas e herméticas (TELES, 2018).

Se a política é a arte de mediação dos dissensos, da composição das diferenças, as redes sociais e o mundo virtual demonstram haver destituído essa finalidade da vida política, na medida em que ofereceu o consumo de informação adequada ao que interessa a cada um e a interação frequente com seu semelhante. Nesse cenário, a política se desidrata, perde seu sentido original de compor as diferenças e construir e regular, a partir dessas diferenças, a coletividade. A política se torna, dessa maneira, refém da capacidade de organização desses nichos na mobilização de afetos, paixões e ação na esfera do real, cada dia mais assemelhada com o universo virtual.

Resta claro que as redes criam uma aparência de esfera pública que, à primeira vista, permitiu mobilizações, formações de opinião e construção de comunidades de informação e desinformação, com livre expressão. Há um aparente paradoxo: ao mesmo tempo que potencializaram mobilizações, essas redes também desmobilizaram, graças a uma ilusão de efetiva participação no debate supostamente público, por meio de postagens e mensagens. Essa ilusão de participação se constitui de três principais razões: (1) os públicos a que se direcionam essas mensagens são previamente escolhidos não pelo remetente, mas por algoritmos pré-definidos, desidratando a potencialidade do dissenso; (2) as mensagens são facilmente deletáveis e dissolvidas em um informar de dados, por vezes sendo difícil não apenas identificar seu conteúdo mas, também, seu verdadeiro autor/emissor e (3) a cultura da informação é instável e imediata, renovada a cada fração de tempo em *feeds* atualizados. O texto torna-se velho, a opinião, fato passado, a notícia, reminiscência, e cada pessoa envolvida nessa rede resume-se a uma presa, a um pequeno inseto enredado, à espera de que uma aranha o abocanhe.

3. A aranha que sufoca a democracia no Brasil e no Ocidente

Por vezes, observar algumas relações entre seres na natureza pode servir de inspiração a metáforas explicativas sobre os fenômenos sociais. Peço a licença do leitor para recorrer a uma dessas observações recorrentes: quando uma presa, um pequeno inseto, geralmente em voo, se choca contra uma teia de aranha, ocorre uma certa vibração em toda a superfície da teia. Imediatamente a esse fato, a aranha que a teceu dirige-se rapidamente à presa e a enrola em seus fios de fibras. O inseto apreendido nessa operação termina semelhante a uma pequena múmia, sufocada nesse tecido de proteínas, e provavelmente tornar-se-á uma refeição da aranha ou de suas proles.

Essa metáfora nos auxilia a compreender o atual cenário da democracia brasileira, sufocada pela imensa rede de (des)informações proporcionadas pelos meios digitais. Não por acaso, nas eleições municipais de 2020, uma das preocupações centrais² do Tribunal Superior Eleitoral foi promover o combate às chamadas notícias falsas (*fake news*), largamente disseminadas nas eleições gerais de 2018. Nesse cenário, a aranha que fiou a armadilha das redes consiste em um objeto um tanto mais abstrato, mas não menos perigoso: a governamentalidade produzida pelas redes, suas estratégias de controle e a racionalidade neoliberal vigente, construídas no mundo opaco do crepúsculo das democracias.

Francis Fukuyama sustenta (1992) que a derrota do fascismo após a Segunda Guerra Mundial e a debacle do socialismo real alçaram o liberalismo como uma espécie de ideia-força para a organização político-econômica das diferentes sociedades mundo afora: alicerçado na combinação entre democracia liberal “ocidental” como modelo político e a economia de mercado como forma econômica. Segundo o autor, os diversos problemas frequentemente atribuídos ao capitalismo (como a violência, as desigualdades de oportunidades, entre outros) não resultariam dos limites das democracias liberais, mas das dificuldades de implementar os princípios de igualdade e liberdade. O liberalismo constituiria, assim, o espírito do tempo, o norte axiológico da vida social, um triunfo resultante, até mesmo, de uma espécie de evolução ideológica da humanidade.

O elogio triunfalista do liberalismo e a teoria de *fim da história* (ou fim dos antagonismos à ideologia liberal, outrora encarnados no fascismo e no socialismo) endereçado por Fukuyama denota exagero sobre a hegemonia liberal, e vem sendo desconstruído à luz de diversos processos econômicos e sociais e de reflexão teórica, os quais colocam em xeque essa perspectiva. As democracias ocidentais parecem ter perdido força diante de investidas populistas recentemente configuradas nos Estados Unidos, com Donald Trump; na Itália, com Matteo Salvini; na Hungria, com Viktor Orbán; e no Brasil, com Jair Bolsonaro³. Autores como Levitsky e Ziblatt (2018) apontam

² Ver campanha disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/tse-faz-campanha-contra-a-desinformacao-201cse-for-fake-news-nao-transmita201d>>. Data de acesso: 7 dez. 2020.

³ Apesar das inúmeras diferenças de estilo de governar e métodos de ascensão ao governo central (exceto Salvini, que não assumiu o governo central, mas exerceu e vem exercendo funções estratégicas no governo italiano, como Ministro do Interior e Vice Primeiro-Ministro) e manutenção dessa posição, essas lideranças têm sido apontadas pela literatura recente como expressões importantes de estratégias de silenciamento midiático, inversão da noção de verdade (endereçando

certas semelhanças dos processos de ascenso de líderes populistas, no que diz respeito ao ataque aos fundamentos da democracia, como a rejeição das regras do jogo democrático, acompanhada de um compromisso débil com essas regras, a negação da legitimidade dos oponentes políticos, a tolerância ou engajamento à violência e a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

Apesar do caráter populista desses governos, parece-nos relevante destacar que eles constituem expressão superficial de forças que operam transformações culturais mais profundas. Conforme afirmamos inicialmente, a aranha da teia que sufoca a democracia enquanto presa não seriam esses governos, cuja duração e capacidade de constituição de capital político permanente nos é impossível prever – basta vermos a derrota de Donald J. Trump em sua tentativa de reeleição à presidência no pleito de 2020. Nessas eleições, também as redes sociais tiveram enorme influência, como no caso de denúncia da ação policial violenta que assassinou George Floyd na cidade de Minneapolis, mobilizando o eleitorado democrata e o debate sobre a democracia racial nos Estados Unidos.

Mas, afinal, que concepção de democracia parece estar em jogo? Isto é, que possíveis ameaças à democracia a digitalização e a disseminação das redes produzem?

Uma importante contribuição ao conceito de democracia foi formulada por Robert Dahl (1999), teórico norte-americano. Para ele, a democracia poderia ser mensurada por meio de variáveis, que indicariam o grau de democratização de uma sociedade industrial moderna. O nível de democracia máximo, nesse contexto, seria representado pela chamada poliarquia.

Para alcançar tal nível, Dahl (1999, p. 101) sustenta a necessidade de cumprimento de alguns requisitos: controle do governo exercido pelo dirigente eleito pelos cidadãos, realização de eleições livres, justas e frequentes, a garantia à liberdade de qualquer indivíduo se manifestar ou exprimir sem constrangimentos sua opinião, a existência de fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes de controle de governos ou de grupos políticos, que não sejam negados direitos de cidadania igualmente a todos os cidadãos e a autonomia de associação.

críticas à imprensa que denuncia seus governos e ações como *fake news*, uso de redes sociais e aplicativos de mensagem como alternativas diversionistas às informações dos meios de comunicação *mainstream*. Nesse sentido, ver a obra de CAMPOS DE MELLO, Patrícia. A máquina do ódio - Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

Considerando esse conceito, a disseminação do uso e modos de interação em redes digitais pode representar certo desvirtuamento de um importante requisito da vida democrática: a existência e efetivo acesso a fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes de controle de governos ou de grupos políticos. Além delas, a própria realização de eleições livres e justas parece ser colocada à prova. Trataremos mais adiante sobre tais ameaças. A aranha que sufoca a democracia ocidental – e a democracia brasileira nesse mesmo processo – parece resultar da combinação entre a razão neoliberal e uma governamentalidade cibernética. Tentaremos explicá-las a seguir.

Por razão neoliberal, podemos entender uma certa combinação entre dispositivos e práticas que se desenvolvem na sociedade, bem como a sua relação com o Estado, de tal forma dispostos a forjar sujeitos que reforcem valores e concepções típicos do neoliberalismo, quer no plano prático, quer no campo das ideias. Recorremos aqui à discussão que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) propõem, partindo de uma inspiração foucaultiana, para descrever a emergência de um novo sujeito, forjado sob a premissa da liberdade. Esse sujeito é resultado direto de uma lógica prevalente, regida por dispositivos, tecnologias e disciplina, de ser e agir enquanto empreendedor de si mesmo: o sujeito-empresa, responsável sozinho por seu sucesso e seu fracasso nas economias competitivas de mercado, livre, portanto, para tomar suas decisões e construir seu destino.

Ao acionar essa dimensão, Dardot e Laval (2016) referem-se à introjeção de práticas, ideias e valores em pessoas a partir das experiências concretas do neoliberalismo, organizadas especialmente a partir dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em fins do século passado, e difundida anos mais tarde como premissas liberais para a organização de outras sociedades contemporâneas. Distinguindo-se do liberalismo clássico, exatamente em razão do protagonismo do Estado, responsável por garantir as condições de funcionamento do mercado (senão constitui-lo) e ser regido pelas leis desse mercado.

A extinção de sindicatos, a unitarização da família e do indivíduo, o desmantelamento de serviços públicos, a rejeição às formas de organização coletiva e à própria noção da centralidade da esfera pública e da vida coletiva puseram na esteira das paixões e da sociabilidade essa nova razão neoliberal.

Essa nova razão passou, assim, a representar uma ideia-força totalizante, um estilo de vida que entrega sujeitos – em corpo e alma – à eficiência produtiva e competitiva, à autovalorização e à busca de uma ética profissional, de que pela via do esforço todos são capazes de enriquecer em uma sociedade

tida como livre – já que destituída de estamentos e privilégios nobiliárquicos – que não veda a ascensão social. Dessa maneira, o neoliberalismo constitui-se razão de mundo: elenca o mercado como espaço da sociabilidade e o Estado como instrumento regulatório da economia, em favor desse mercado e em detrimento de seu papel enquanto promotor da organização da vida coletiva a partir de valores como confiança, distribuição, solidariedade e justiça.

Tais transformações são paulatinamente imprimidas em um mundo que desidrata a importância da vida coletiva, e no qual a participação política é entendida por muitos como incapaz de produzir efeitos. Ao indivíduo só lhe resta cuidar de sua própria vida, pois a ação coletiva não parece produzir nenhum efeito, nem lhe proporcionar qualquer retorno. Partidos no poder são também compreendidos como meros gestores desse binômio Estado-mercado, e reforçadores da ideia de que há responsabilidade exclusiva do indivíduo pela solução de problemas tipicamente sociais, como educação e saúde. É possível, assim, compreendermos como a democracia perde sua substância, assim como a própria política: o cidadão torna-se desinteressado pela esfera pública, ao mesmo tempo que ocorre certa desvalorização do bem público e da própria ordem jurídica.

Essa nova razão neoliberal – muito mais que uma conspiração global orquestrada por elites econômicas – resulta de processos complexos no nível das subjetividades e de instrumentos, técnicas e dispositivos, que imprimem tais valores à vida social: *coachings* (verdadeiros gurus do sucesso autorreferenciado), metas de produtividade laboral e intelectual, mecanismos de controle de produtividade empresarial e, talvez, a mais importante de todas: a hipersubjetivização virtual, construída em redes sociais e espaços virtuais de sociabilidade.

Portanto, entendemos que, além desses valores e modo de vida social vigentes que constituiriam a razão neoliberal, os instrumentos atuais de sociabilidade virtual – redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e aplicativos de mensagens instantâneas – WhatsApp e Telegram, inteiramente conectados a essa razão, trouxeram ameaças concretas à própria democracia. Trata-se do exercício de uma governamentalidade cibernética em tempos de razão neoliberal.

O conceito de governamentalidade foi desenhado por Michel Foucault (2008a), e volta-se a uma compreensão sofisticada sobre a ideia e a práxis do poder. O autor não limita sua análise ao papel do Estado, e tampouco na objetivação de uma prática única: ao contrário, o poder é subjetivizado nas escolhas feitas pelos indivíduos, que procuram alinhá-las aos objetivos das

autoridades. Afinal, o poder é também subjetivo, e governar não significa suprimir a subjetividade dos indivíduos, mas cultivá-la em formas específicas aos objetivos das autoridades: desde o pecador da fé cristã até o sujeito interessado e empreendedor da ideologia neoliberal. Os sujeitos governados são ativos em seu projeto de governamentalidade. Portanto, governar não é algo direcionado a pessoas submissas, passivas, mas sujeitos ativos. O poder é exercido sobre sujeitos livres e apenas enquanto livres. Para Foucault (2008b), governamentalidade é, assim, o conjunto de instituições, procedimentos, lógicas e tecnologias que permitem exercer essa forma de poder muito específica, qual seja, governar uma população.

Assim, as redes sociais e suas disposições, orientadas à venda de produtos e serviços, ao direcionamento de publicidades e limitações de interações segmentadas por algoritmos, construíram um processo de hipersubjetivação de perfis e usuários. Ao mesmo tempo, tais redes promovem, em certa medida, considerável desconexão do usuário com a vida real e as necessidades e desafios exteriores a esses espaços virtuais. As bolhas, dessa maneira, revelam-se não apenas como bolhas de usuários e preferências, mas também a partir de discursos e narrativas desconectadas com a dimensão do real, cada vez mais falseável em discursos e mensagens que se pretende legitimar como verdadeiros ou expressão genuína do real. As comunidades virtuais de compartilhamento de pseudonarrativas ou de informações falsas espalham-se e encontram meios de organização para alcançar milhões de usuários, financiando *blogs*, *sites*, páginas, comunidades, grupos e disparos em massa de mensagens instantâneas.

A combinação – combustiva – entre esses mecanismos narcísicos de hiperbolização dos indivíduos (em postagens que refletem comportamentos, atributos pessoais, opiniões individuais) e a razão neoliberal que rege a vida contemporânea, constrói uma governamentalidade difusa, em que usuários de redes têm a ilusão de estarem contribuindo com o livre debate – porque, afinal, livres para expressarem opiniões e preferências, ao mesmo tempo que são diariamente bombardeados com publicidades e indução de desejos e preferências e, por vezes, de notícias falsas. Somado a isso, a organização dessas informações em *big data* permite, inclusive, às companhias que administram redes sociais (como Google) dispor de uma mercadoria valiosa de alto interesse de empresas e também pela inteligência governamental do Estado: a previsibilidade sobre eventuais convulsões sociais, protestos e manifestações, por exemplo.

Assim é que nossa aranha sufoca a democracia: forjando hipersujeitos que revalorizam a lógica do indivíduo responsável por si mesmo, narcísicos, imersos em um mar de informações e textos, organizados em nichos de preferência e indução de desejos virtualmente construídos. Esse sujeito, ocupado como consumidor e com a expressão quotidiana de seu *self* virtual, cada vez mais encontra-se alijado da vida pública, de sua condição de cidadão, visto que reforça e é reforçado por essa mesma lógica.

Nesse quesito, parece-nos que o acesso a fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes de controle de governos ou de grupos políticos resta ameaçada, posto que é construída uma experiência avessa ao próprio requisito da vida pública, do debate: a efetiva preocupação e engajamento com ela. Muito embora a experiência com o uso da Internet e de redes sociais permita um grau de nivelamento – todos os usuários passam a poder consumir conteúdo e manifestar opiniões com certo grau de igualdade (permitindo-os supostamente até interações entre figuras públicas e anônimos) – há um segundo aspecto relevante nessa mesma experiência. Ele consiste no fato de os nichos produzidos pela via das bolhas algorítmicas criadas pela racionalidade cibernética vigente produzirem abismos cada vez maiores entre grupos de diversos matizes sociais, separados por comunidades discursivas

Além disso, também passa a ser menos reflexivo, e cada vez mais imediatista: a reflexão que se diminui em um tuíte, a ideia reduzida a caracteres de postagens é, afinal, o pensamento induzido por aprovações e curtidas. A comunicação entre sujeitos parece assim ocupada de aprovações mútuas, dando margem a pouco dissenso, divergência, debate. E, nesse mesmo processo, a hiperconectividade em *gadgets* e computadores fulmina a energia vital da democracia: a reflexão. Esgotadas pela disciplina do trabalho – hoje enormemente envolvido com o uso de computadores e tecnologias – as pessoas estão também imersas em administrar um outro eu – em suas contas pessoais nessas redes e perdem com isso o tempo precioso da reflexividade e das interações reais para mecanismos induzidos de reação e comunicação previsível.

Somado a isso, um dilema também surge nesse mesmo cenário: as companhias *big techs*, que controlam redes sociais e plataformas de conteúdo, ao capitalizarem a disseminação de informações (mediante alcance de postagens por mecanismos pagos), estimulam por outro lado o eco de vozes que se pretendem majoritárias, a partir do quesito monetário: quem dispõe de recursos alcança um público maior. Isso evidentemente gera distorções, na medida em que todo tipo de discurso pode alcançar maiores públicos, inclusive

aqueles inverídicos. Sob esse aspecto, essa governamentalidade cibernética parece modular um distanciamento da experiência democrática de disponibilidade efetiva de fontes diversas de informação, já que os usuários passam a consumir cada vez menos informações, concentradas em canais com evidentes interesses políticos. Nesse sentido, observa-se uma importante ameaça a um dos requisitos da poliarquia defendida por Dahl (1997) não apenas quanto à existência de fontes alternativas de informação, diversificadas e independentes, mas, sobretudo, de seu efetivo uso e acesso delas. Não por acaso, alguns candidatos, tendo conhecimento dessa possibilidade, valeram-se em processos eleitorais de estratégias como o disparo em massa, o impulsionamento de páginas, resultando em difusão de conteúdos com objetivos claramente eleitorais. E, tão menos por acaso, diante de eventuais barreiras impostas pelas instituições a medidas de governo ou a ações diversas, políticos eleitos valeram-se dos mesmos canais de comunicação para desacreditar instituições, adotando estratégias não apenas diversionistas – mas, sobretudo, voltadas a desacreditar a legitimidade das instituições.

Assim foi como Donald J. Trump mobilizou um estridente movimento de ocupação do Capitólio, o Congresso estadunidense, responsável por ratificar o resultado eleitoral, em janeiro de 2021. Sob os gritos de fraude eleitoral, os manifestantes ameaçavam a suspensão da sessão do Congresso que ratificaria o resultado das eleições realizadas em 2020, que conferiu vitória ao candidato do Partido Democrata, Joe Biden, e a conseqüente derrota de Trump. A ação resultou na morte de quatro pessoas e ameaçava o cumprimento dos ritos de legitimação do resultado das eleições. Sem qualquer prova das alegações, o candidato acabou por aceitar sua derrota. No entanto, o evento de invasão trouxe preocupações sérias à estabilidade e validação do processo eleitoral da democracia estadunidense. Sob esse segundo aspecto, verificamos uma ameaça concreta à realização de eleições livres e periódicas, conforme preconiza Dahl (1997).

É afinal nesse cenário que a fábrica de factoides, mentiras e notícias falsas imprime ansiedade por novas bombas, capazes de desestabilizar repúblicas em um clique. É nesse cenário, afinal, onde a verdade desaparece e é incapaz de ser apreendida pelo intelecto. É nesse cenário onde, afinal, a democracia perde sua substância.

4. Conclusão. Nem tudo está perdido

Tentamos explorar de que modo a difusão do uso de tecnologias virtuais sinaliza um processo de ambivalências e rupturas com as conquistas e permanências da democracia contemporânea. Ao mesmo tempo em que aponta para riscos e fragilizações em suas premissas, essa disseminação reacendeu debates antes pouco disseminados e permitiu mobilizações mundo afora – como o movimento *Black Lives Matter*, as mobilizações de estudantes no ano de 2018 contra a revogação de uma lei que visava ao alcance gradual da gratuidade no ensino superior público, no Chile, ou protestos como os voltados à redução do preço de passagens de ônibus no Brasil, em 2013. A arena de debate público virtual reacendeu paixões e trouxe ao centro da vida cotidiana valores e discursos antes menos evidentes, ou menos capilarizados, em diversos campos políticos, de ultraconservadores de direita a neorrevolucionários de esquerda, e permitiram mobilizações de rua que extrapolam a mera manifestação virtual.

A despeito de as redes proporcionarem uma maior participação de diversos grupos e expressões em novas arenas discursivas e de debate, como apontamos alhures, esse processo oculta uma perigosa combinação entre a razão neoliberal e governamentalidade cibernética, cujos potenciais corrosivos e destrutivos à própria ideia de democracia ficam evidentes. É nesses termos que Wendy Brown (2019) chama a atenção para as atuais ameaças à democracia, visto que correlação de forças ora disposta está assentada em um contexto de predomínio de uma razão neoliberal que mina o projeto social e o lugar do coletivo na vida política contemporânea. Essa perda do coletivo, resultado também da hipersubjetivação narcísica das redes e de seu uso massivo, teria dado vazão a rebeliões antidemocráticas, marcadas por mobilizações demagógicas nacionalistas, que sugerem crescentes déficits da democracia, da pactuação e negociação social entre diversas camadas da sociedade.

Os instrumentos e dispositivos tecnológicos produzem resultados imprevistos ou não desejados – como a hipersubjetivação/ hiperindividualização, a algoritmização das relações, a superficialização dos desejos e do próprio indivíduo perante fatos sociais e políticos e a desconexão com o mundo real. Eles abrem espaço à disseminação de notícias falsas e mobilizações avessas à ideia de convivência democrática, respeito ao outro e às próprias instituições que sustentam a democracia. Tal fato torna relevante e urgente que esses mecanismos e a relação dos usuários com eles sejam, afinal, revistos. Revisá-los não significa extingui-los, mas conferir sentidos e

finalidades distintas ao seu uso e espaço que ocupam na vida quotidiana: afinal, uma vez criados e disseminados, parece improvável extinguir seu uso e sua capilaridade. Na verdade, é necessário aprender a trabalhar com os efeitos sociais, psicológicos e políticos indesejáveis por eles produzidos. Essa é uma tarefa de todo o conjunto das forças vivas da sociedade.

Os mecanismos indutores da chamada *economia da atenção* produzida pelas redes sociais (conteúdos que de alguma forma despertem atenção e engajamento do usuário, voltados a induzir sobretudo o consumo) apontam para as ambivalências do uso e disseminação de redes sociais, mecanismos de busca na Internet e aplicativos de mensagens. Revisar esses mecanismos pode ser uma importante saída, mas certamente não a única. Afinal, na contemporaneidade, vivemos uma ressignificação dos afetos, em que a política é construída a partir do que as pessoas percebem, sentem e veem, a partir de um regime estabelecido sobre o que as pessoas podem ver, sentir e perceber. Quem controla esse regime de visibilidade, de percepção, e de sentimento controla o jogo político (SAFATLE, 2018). Diante de um modelo em que nos sentimos subjetivamente desamparados, em que alternativas não aparentam possíveis, em que a combinação entre governamentalidade cibernética e razão neoliberal sugere um curto-circuito desses afetos, é possível que o desamparo reconfigure conexões e o próprio regime de visibilidade, percepção e sentimentos mobilizadores.

A digitalização e a disseminação do uso de redes sociais, se, à primeira vista, aparecem sob o manto de um aspecto quase-determinista de solapamento da experiência democrática (especialmente quanto à diversidade de acesso à informação e quanto à ameaça à realização de eleições livres e regulares), por outro lado, merece ser mais bem estudado enquanto fenômeno. Entender os reais mecanismos de exclusão e constituição de nichos discursivos, o alcance de outros discursos e métodos de disseminação e de que modo eles ameaçam não somente a democracia – de seu ponto de vista substantivo, especialmente quanto aos elementos apontados por Dahl (1997), mas também a racionalidade, aspecto essencial da constituição da esfera pública, sob a ótica defendida por Habermas (2003), Fraser (1996) e Benhabib (1996).

Parece-nos que a experiência política e especialmente a experiência democrática – exercitada na esfera pública virtual merece atenção dos estudos políticos. A experiência política, muito antes de se tratar de um campo exclusivamente racional, é permeado de paixões, impulsos, desejos, e constitui uma expressão genuína do humano e de sua necessidade de conferir ordem ao mundo social. Promover o reposicionamento do eixo de uma sociedade

hiperindividualista, desfocada da atenção à vida coletiva e ao outro, e atrelada à economia da atenção cibernética, não prescinde de uma profunda transformação da própria concepção de democracia. Esta última pautada não somente em consultas periódicas sobre mandatos parlamentares e executivos, mas em um regime de visibilidade e interação horizontais, em que garantias fundamentais sejam levadas a sério, em que minorias e majorias possam participar igualmente da vida política e social em bases equânimes. Nem tudo está perdido, afinal. A formação de uma cultura política democrática – repleta de sentidos – depende da construção de uma nova razão de mundo, baseada na solidariedade, na justiça e na ressignificação da coletividade e dos afetos quanto ao *outro*, como formas de amparo ao desamparo do indivíduo.

Tal cultura, aparentemente concebível ao alcance digital – na “ponta dos dedos” que digitam opiniões na esfera pública virtual – depende de outros múltiplos fatores para se constituir e se fortalecer: fatores tanto de natureza estrutural (das próprias regras e mecanismos de funcionamento dos meios digitais de comunicação) quanto de aspectos subjetivos, organizados a partir da ressignificação de afetos, de um efetivo reposicionamento dos sentidos mais profundos dessa mesma experiência, por parte dos usuários, subjetiva, individual e coletivamente considerados.

Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
(2020) *Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Pnad Contínua*. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705>
Acesso em: 2 dez. 2020.
- BENHABIB, Seyla.
(1996). Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas.
In: CALHOUN, Craig. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press.
- BROWN, Wendy.
(2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politeia.
- CAMPOS DE MELLO, Patrícia.
(2020). *A máquina do ódio: notas de um repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Cia das Letras.
- COSTA, Sergio.
(2000). “Esfera pública, e as mediações entre cultura e política: para uma leitura sociológica da democracia”. *Revista Travessias*, n. 1, Rio de Janeiro. DAHL, Robert (1997). *Poliarquia*. São Paulo: Editora Usp.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian.
(2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- EMPOLI, Giuliano Da.
(2019). *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio.

- FERNANDES, Florestan.
(1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FOUCAULT, Michel.
(2008a). *Segurança, território e população*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- (2008b). *Nascimento da biopolítica*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- FRASER, Nancy.
(1996). "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". In: CALHOUN, Craig (Ed). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press.
- (2008). Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: D. IKAWA; F. PIOVESAN; D. SARMENTO (coord.). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, Lumen Júris.
- (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista, in: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB.
- FUKUYAMA, Francis.
(1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel.
(2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOSEKANN, Cristiana.
(2014). "A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro". *Pensamento Plural* 4: 37-57.
- HABERMAS, Jürgen.
(2002). Três Modelos Normativos de Democracia. In: *A inclusão do outro: estudos da teoria política*. São Paulo: Loyola.
- (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SAFATLE, Vladimir.
(2018). *O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SOUZA, Jessé.
(2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- TELES, Edson.
(2018). Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 59, n. 140. p. 429-448, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2018000200429&lng=en &nrm=iso>. Acesso em: 6 dez. 2020.
- WERNECK VIANNA.
(1999) Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- YOUNG, Iris Marion.
(2000). *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido em
dezembro de 2020

Aprovado em
agosto de 2022